



“SENZALA EM CORES”, A CAPOEIRA NA CONTRA-MÃO DO ATLÂNTICO

O projeto da Capoeira no processo Sócio Educativo de crianças e jovens do Instituto Profissional do Terço, notas da gestão.

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto Universidade do Porto, com vista à obtenção de grau de mestre em Ciências dos Desporto, especialização em Crianças e Jovens, de acordo com o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março.

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria José Carvalho

Co-orientadora: Prof.^a Doutora Paula Botelho Gomes

Cleverson São João

Porto, Outubro de 2011

Ficha de Catalogação

São João, C. (2011). *“Senzala em Cores”, a Capoeira na contra-mão do Atlântico. A participação da Capoeira no processo Sócio Educativo de crianças e jovens do Instituto Profissional do Terço, notas da gestão.* Porto: C. São João. Dissertação de Mestrado em Crianças e Jovens apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: POLÍTICAS DESPORTIVAS, CRIANÇAS E JOVENS, CAPOEIRA, DIVERSIDADE CULTURAL, INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Todo o empenho e trajetória para conclusão deste estudo são dedicados primeiramente a duas grandes mulheres, minha mãe, Marleni José da Silva e minha irmã, Alessandra da Silva São João que acreditaram no caminho que decidi percorrer. Dedico ao meu pai, Idevair Mistieri São João por me oferecer a liberdade para percorrer o caminho que escolhi. Dedico ao meu grande Mestre e amigo Alexandre Salomão por acreditar e incentivar a caminhada. Dedico a todos os Mestres e a todos os capoeiras que ainda caminham pela *resistência* da arte.

Saravá

Agradecimentos

Os Agradecimentos que estão nesta página não tem uma hierarquia e dispensam formalidades, mas aparecem nesta lista com um ato de reconhecimento e carinho por parte do autor por se tratar de pessoas que realmente fizeram diferença e contribuíram de alguma forma para conclusão deste trabalho, então vamos lá:

Agradeço a Prof. Doutora Maria José Carvalho por todo trabalho de orientação e disponibilidade no decorrer do estudo, pelo presente de aniversário e por ter apresentado a cidade do Porto como boa anfitriã portuguesa que é.

Agradeço a Prof. Doutora Paula Botelho pelo trabalho de co-orientação neste estudo, por me receber no Mestrado de Desporto para Crianças e Jovens e compreender meus atrasos.

Agradeço minhas grandes amigas de moradia, Débora Inês Guedes e Virginie Freire pelo carinho, amor, compreensão com a minha personalidade difícil e empréstimo das bicicletas (que foram fundamentais) e outros pormenores. Agradeço aos amigos Paulo Guedes e Vera Teixeira pelas viagens, aventuras e festas. Agradeço ao casal conterrâneo de Sul do Brasil, Danielle Miotto e Bernardo da Silva pelo acolhimento e festas em sua casa. Agradeço ao meu parceiro de quarto e Prof. de ritmo Luís Pedro por todas as conversas e sua simpatia. Agradeço meu parceiro de som e de penteado Sécio Carvalho. Agradeço ao Mestre Feijão, meu Mestre de Capoeira. Agradeço ao Prof. Tijolo pelas aulas e por me receber no Grupo de Capoeira Angola Irmãos Guerreiros. Agradeço a toda a equipe do Espaço Compasso por confiar no meu trabalho. Agradeço a amiga/aluna de forró e natação Rita Sousa por ter me proporcionado momentos de reflexão e de felicidade. Agradeço a impecável Maria Ligia Charcon pela ajuda e paciência e a amiga Mariana Oliveira pela parceria nos saltos acrobáticos. Agradeço as colegas da biblioteca da FADEUP, Patrícia e Virgínia pelo trabalho impecável e paciência. Agradeço a toda equipe de limpeza da FADEUP pelo trabalho perfeito. Agradeço meu camará, irmão de coração e parceiro de som, Capoeira, festas e outros eventos especiais, Randerson Santos (Dão) por acreditar tanto no que eu acredito!

Agradeço a toda a equipe do Instituto Profissional do Terço por ter confiado em meu trabalho, mas em especial agradeço pela colaboração e disposição do Prezado Provedor, José Manuel Cadão Formosinho e ao Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva e Prof. de Educação Física Daniel Ricardo da Silva Formosinho pela participação de ambos no estudo. Agradeço especialmente a Tânia (Educadora Social), Tiago (Educador Social) e Sofia (Psicóloga) como sendo pessoas disponíveis e fantásticas. Para agradecer os meninos que participaram do projeto de Capoeira não existem palavras de gratidão, não a como expressar sentimento, não existe uma só palavra para agradece-los!

“Depois que o euro chegou o tempo passou mais rápido”.

(Dona Aurora, companheira trabalhadora responsável pela limpeza da FADEUP)

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	01
REVISÃO DE LITERATURA	11
1. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA “NA RODA SOCIAL”	13
2. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA “NO JOGO COM A DIVERSIDADE CULTURAL”	19
3. A GINGA DO CORPO SOCIAL	31
4. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA, “UMA ATUÇÃO DE LUTA”	37
4.1. Regulação e os amparos legais, “os fundamentos do jogo”	39
4.2. Projetos da cultura corporal, “no ritmo da necessidade”	49
5. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, “OS QUILOMBOS URBANOS”	57
6. INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO, “A SENZALA COLORIDA”	65
6.1. Direitos e Proteção de Crianças e Jovens em risco, “o refúgio da nação zumbi”	70
6.2. Meninos do Terço, “guerreiros flagelados”	72
6.3. Estatutos, Projeto Socioeducativo e Regulamento Interno, a estratégia do jogo”	83
7. CAPOEIRA, “A RESITÊNCIA AINDA NÃO ACABOU”	87
7.1 O jogo duro da história	87
7.2 Os lusitanos entram na roda	90
7.3 Capoeira... luta, dança ou brincadeira?	92
7.4 Violência, um golpe sem esquiva	96
7.5 O berimbau ensina	99
METODOLOGIA	103
8. METODOLOGIA	105
8.1. Material e método	108
8.2. Participantes	110
8.3. Recolha de dados	110
8.4. Entrevista	111
8.5. Aplicação das entrevistas	114
8.6. Tratamento de dados	115
ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS	117

9.ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS	119
9.1.Relação do Estado com IPSS's/IPT	119
9.2.Parcerias e investimentos	120
9.3.Regulação e organização	121
9.4.Desporto e diversidade cultural	122
9.5.Políticas desportivas e histórico da Cultura Corporal e Desportiva	127
9.6.Crianças e jovens e o direito desportivo	127
9.7.Programas atividades e objetivos da Cultura Corporal e Desportiva	128
9.8.Capoeira.....	129
9.9.Reflexões e projetos para o futuro	131
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
ANEXOS	145
ANEXO 1.....	147
ANEXO 2.....	151

Resumo

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso por preocupar-se em investigar uma realidade singular. Para isso adotou métodos qualitativos para análise e investigação que teve como universo empírico o contexto de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), especificamente o Instituto Profissional do Terço (IPT), situado na cidade do Porto, Portugal. O estudo empenhou-se em investigar as expectativas que a gestão do IPT teve quando decidiu oferecer a Capoeira como proposta de atividade da Cultura Corporal que tinha como objetivo participar do processo de intervenção socioeducativo de crianças e jovens em situação de risco social entre os anos 2010 e 2011. Para tentar perceber o fenómeno foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas, a primeira com o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva da Instituição, (Prof. de Educação Física e Diretor técnico) do IPT, a segunda com o Provedor, (Engenheiro Químico, Especialista em Administração Escolar, Pós Graduado em Equipamentos Escolares e Mestre em Administração e Planificação de Educação) e gestor da Instituição. A busca por significações para o fato comprometeu-se através da literatura aproximar assuntos ligados a realidade do estudo, investigar a regulação relativas as IPSS's, Projeto Sócio Educativo, Estatutos do IPT e, como já foi comentado, foram realizadas duas entrevistas com o objetivo de inquirir de maneira interpessoal e direta a veracidade da investigação. Depois da coleta, organização, tratamento e análise crítica dos dados constatou-se que a “vida” de uma IPSS's, especificamente do IPT, seus projetos, seus investimentos, sua regulação, suas decisões, sua intervenção e até suas crianças e jovens institucionalizadas esbarram em idealismo religioso e principalmente político que influenciam na ação de resposta social de Instituições que teoricamente considera-se independente.

Palavras-chave: POLÍTICAS DESPORTIVAS, CRIANÇAS E JOVENS, CAPOEIRA, DIVERSIDADE CULTURAL, INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Abstract

This research was characterized by a study case by caring to investigate a specific reality and for that it was adopted qualitative methods for the analysis and investigation, and had as empirical context the environment of a Institution of Private Social Solidarity (IPSS), and particularly the Instituto Profissional do Terço (IPT), located in Porto, Portugal. The study engaged in analyzing the interest and/or expectations that the management of the IPT had when deciding to offer Capoeira as a proposal of activity of the Corporeal Culture, that had as goal to integrate in the process of socio-educational intervention for children and teenagers in social risk situations, between the years of 2010 and 2011. In order to try to understand the phenomena, there were performed two semi-structured interviews, being the first one with the Coordinator of the Corporeal and Sport Culture from the Institute (Physical Education Teacher and Technical Director), and the second one with the Provider and Manager of the Institute (Chemical Engineer, Specialized in Scholar Management, Post-Graduate in Scholar Equipments and Master in Education Management and Planning). The search for these meanings was accomplished because the literature links the subjects to the study reality, investigates the regulation relatively to the IPSS's, Social Educative Project, IPT Statutes and, as before mentioned, two interviews were performed with the goal of obtaining direct and personal veracity of this investigation. After the collection, organization, treatment and critical analysis of the data, it was identified that the “life” of a IPSS, specifically of IPT, its projects, its investments, its regulations, its decisions, its intervention and even its institutionalized children and teenagers come up against with a religious and mainly political idealism that influence in the action of the social answer of the Institutions that in theory are independents.

Key-words: SPORT POLICIES, CHILDREN AND TEENAGERS, CAPOEIRA, CULTURAL DIVERSITY, INSTITUTIONS OF SOCIAL SOLIDARITY.

INTRODUÇÃO

A humanidade entrou para o século XXI marcada pela “luta” de classes e injustiças sociais que consequentemente gera desigualdades económicas, um problema que afeta atualmente a maioria dos países, mas principalmente países menos desenvolvidos. A má distribuição de renda e o investimento ineficiente em políticas públicas de base acentuam ainda os problemas causando certa tensão social.

A desigualdade social assume formas distintas porque é constituída de um conjunto de elementos económicos, políticos e culturais próprios de cada sociedade.

O Estado português abalado por uma grave e duradoura crise económica tornou-se (Diário de Notícias publicou uma nota em 02 de Dezembro de 2010) a segunda nação da União Europeia com o valor mais alto no índice da desigualdade social perdendo somente para a Letónia. A sociedade portuguesa está “doente” carenciada de assistência social que satisfaça as necessidades do povo português.

O jornal Público no dia 22 de Outubro de 2011 – 17:25 – publicou uma nota informando “Governo é incapaz de resolver sozinho problemas sociais do país, diz secretário do Estado”. O Diário de Notícias publicou no mesmo dia uma nota semelhante com o seguinte título: “Governo sozinho não resolve problemas sociais do país”. O Secretário de Estado da Solidariedade Social, Marco António Costa, reafirmou que o Governo português não consegue resolver sozinho o problema social do país, e diante dessa situação faz um apelo de ajuda a sociedade civil.

“[...] é necessária “compreensão e inter-ajuda” porque o país só será capaz de resolver os problemas sociais “em parceria com as IPSS que transformam tostões em milhões e que garantem, através de voluntariado e duma rede social solidária e generosa, que haja uma resposta social a mais de um milhão de portugueses”. (Marco António Costa, Secretário de Estado da Solidariedade Social. Jornal Público, 22/10/2011 – 17:25)

O Estado português defronte uma crise que perdura, recorre a apoios que permitam uma resposta rápida de intervenção social para enfrentar as dificuldades sociais presentes. Sendo assim, a sociedade civil tem desenvolvido medidas de amparo ao Estado que são as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que são Instituições do terceiro setor que Ribeiro (2009) definem-se como “[...] género de pessoas coletiva constituídas sem fins lucrativos que, de maneira geral, visam a proteção social das pessoas prevenindo as situações de carência, disfunção e marginalização social promovendo a integração comunitária”. (Ribeiro, 2009, p., 24)

As IPSS’s desenvolvem intervenções sociais caracterizando-se como Associações de Solidariedade Social, Associações de Voluntários de Ação Social, Associações de Socorros Múltiplos, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia. Estas entidades prestam serviços como apoio a crianças e jovens em situação de risco, apoio a família, apoio à integração social e comunitária, proteção dos cidadãos na velhice e na invalidez e em todas as situações de falta de meio de subsistência ou de capacidade de falta de trabalho.

O Instituto Profissional do Terço (IPT) qualifica-se como uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação tomando características de Lar de Infância e Juventude (LIJ) na forma de Associação e é reconhecido como entidade de utilidade pública pelo Decreto de Lei 22/071926. O Instituto move ações de intervenção social acolhendo menores do sexo masculinos carenciados que se encontrem em situação de risco promovendo proteção social, reinserção familiar, encaminhamento de ensino geral, profissional ou artístico e autonomização.

As ações de intervenção que o IPT move são balizadas pela regulação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em risco, Estatutos das IPSS’s, Estatutos Internos da própria Instituição, Projeto Socioeducativo e Regulamento Interno. A Cultura Corporal e Desportiva está incluída nestes documentos como sendo uma vertente de auxílio ao desenvolvimento do processo socioeducativo de crianças e jovens do IPT.

A Capoeira enquadrando-se como atividade da Cultura Corporal que Daolio (2004) define como manifestações culturais humanas relacionadas ao corpo e ao movimento humano, historicamente definidas como jogo, desporto, dança, luta e ginástica. A partir deste princípio considera-se a Capoeira uma prática que participa como colaboradora no processo de desenvolvimento humano dentro da esfera da Cultura Corporal e Desportiva.

O projeto **Capoeira um Movimento...** apresentou sua proposta ao IPT em Outubro de 2010. Depois da análise da proposta teórica do projeto, feita pelo Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva foi realizada uma aula experimental para perceber como seria o primeiro contato com o professor e com a prática da Capoeira diante da primeira experiência dos educandos. A aula experimental teve uma resposta positiva que acabou motivando os participantes presentes em continuar, e então as atividades deram início em Novembro de 2010 e encerram em Julho de 2011.

A Capoeira defendia uma proposta de prática da Cultura Corporal e de aproximação com a cultura brasileira podendo facultar um diálogo intercultural entre as diferentes culturas fazendo valer o conceito de interculturalidade que Vieira assim considera:

A interculturalidade implica não somente reconhecer as diferenças, não somente aceitá-las, mas – que é o mais difícil – fazer com que elas sejam a origem de uma dinâmica de criações novas, de inovação, de enriquecimento recíproco e não de fechamento e de obstáculos ao enriquecimento pela troca. (Vieira, 1999, p., 68)

Diante da aprovação e aplicação do projeto a Capoeira assumiu a responsabilidade junto com a equipe técnica do IPT em participar no processo de resposta social e de intervenção socioeducativa de crianças e jovens do Instituto.

Com o desafio de transformação social visando a reinserção familiar e social de crianças e jovens em risco através da Cultura Corporal e Desportiva utilizada como meio socioeducativo de intervenção surgiu a possibilidade de

desenvolver um estudo sobre o interesse e/ou expectativas atribuído pela gestão do IPT na participação da Capoeira, no processo de mediação Sócio Educativa de crianças e jovens em situação de risco social.

O IPT agrega em seu complexo 48 meninos que passaram por diferentes casos de vida. Casos esses, traduzidos em experiências desde abusos, abandonos e chegando a atos violentos contra a integridade físicas e moral de cada um.

O Instituto tenta através de seus recursos, que envolve desde Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais, Auxiliares Educativos, Professores, Coordenadores de Grupo e todos os outros setores que de maneira geral estão ligados diretamente e indiretamente com o Instituto resgatar a integridade humana e a cidadania de crianças e jovens através de ações que venham promover e preparar essas pessoas para um novo convívio social e familiar. Para essa intervenção o IPT segue estratégias pedagógicas planejadas que propendem orientações vocacionais guiando para o processo de ensino e aprendizagem artístico ou profissional.

O dia-a-dia do IPT estabelece uma realidade complexa que carece de elementos que se encaixem com seu perfil de atuação para tentar alcançar os objetivos traçados pela Instituição. Com a aprovação do projeto da Capoeira levanta-se a seguinte questão:

Qual as expectativa atribuída pela gestão do Instituto Profissional do Terço em ter a participação da Capoeira no processo de intervenção Sócio Educativo de crianças e jovens em situação de risco social?

Ao originar-se determinado problema, através de um olhar crítico que se dispõe a tentar superá-lo ou criar condições para tratar da problemática, sendo assim, o assunto não limita-se a um ponto somente ou ao questionamento central. O problema central é o marco zero, é o início da pesquisa, é o ponto-chave para que venham a tona outras indagações.

Sendo assim, com base na interpelação do problema surgem algumas perguntas:

- 1º Qual a relevância dada pelo IPT as práticas da Cultura Corporal e Desportiva?
- 2º Por que oferecer aos educandos do IPT práticas da Cultura Corporal e Desportiva?
- 3º Qual é a predominância de atividades da Cultura Corporal e Desportiva por parte dos educandos IPT?
- 4º Existe algum gestor ou responsável pela Educação Corporal e Desportiva no IPT?
- 5º Para qual faixa etária são destinados as práticas da Cultura Corporal e Desportiva do Instituto?
- 6º Por que oferecer a Capoeira, uma luta, a crianças e jovens em situação de risco, que supostamente já vem de um contexto problemático?
- 7º A Capoeira pode aumentar a agressividade dos participantes das aulas?
- 8º Existe política de interculturalidade no IPT?

As interrogações causaram certa inquietação então motivaram uma investigação específica justificando assim dedicar esforços em aprofundar sobre o fenómeno.

Outro ponto relevante que não pode ser esquecido, que pode ser considerado como justificativa, é a relação histórica da origem da Capoeira que foi mediada pelo decurso da colonização e escravização dos negros africanos levados para o Brasil Colónia. A Capoeira por muitos anos foi proibida, reprimida, marginalizada, hoje está presente na nação, no país do ex-colonizador educando sem distinções étnicas, educando uma geração que tem em seu passado um histórico de supremacia política, económica, religiosa, corporal, racial e moral. Atualmente a Capoeira orienta-se na rota contrária do Atlântico, o rumo da contra-mão da resistência cultural!

Diante de uma realidade a ser “explorada”, com o intuito de tentar compreendê-la, e ao mesmo tempo agir sobre ela, surge então a necessidade

de organização de certos aspectos para que venham servir de guias para um planeamento que colabora com a eficácia do estudo em questão. Nesse sentido observa-se as palavras Gaya e Garlipp (2008) sobre a formulação dos objetivos da pesquisa científica que explanam os indicativos do que se pretende e o que se quer explicar, transformando o fenómeno em teoria científica.

O objetivo geral da investigação firmou-se em analisar a expectativa atribuído pela gestão do IPT em ter a participação da Capoeira no processo de intervenção socioeducativo de crianças e jovens em situação de risco social

A partir do objetivo geral especifica-se alguns pontos que balizam a investigação diante de assuntos que procuram alcançar a singularidade do fenómeno e principalmente da realidade da ação investigativa permitindo assim aprofundamento de aspectos que são de suma importância para este primeiro ensaio. Sendo assim, o estudo pretende:

- ✓ Caracterizar o IPT dentro dos princípios de regulação e sociopolíticos que envolvem as Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- ✓ Identificar a relação existente entre o Estado e as IPSS's;
- ✓ Resgatar o histórico das práticas da Cultura Corporal e Desportiva do IPT;
- ✓ Identificar e caraterizar a política da Cultural Corporal e Desportiva do IPT;
- ✓ Determinar os objetivos da oferta de práticas da Cultura Corporal e Desportiva a crianças e jovens do IPT;
- ✓ Verificar quais são as práticas da Cultura Corporal e Desportiva que estão sendo desenvolvidas na atualidade no IPT;

- ✓ Investigar quais as atividades para crianças e jovens relacionadas com a política de diversidade cultural;

O estudo preocupou-se com a realidade presente no IPT. Com isso, organizou as temáticas para discussão do problema tentando aproximar-se do contexto de convivência do Instituto. Sendo assim, o capítulo um trata da relação que a Cultura Corporal e Desportiva tem com o processo de transformação social. O capítulo dois envolve sobre a Cultura Corporal e Desportiva diante de uma realidade de diversidade cultural que pode vir a influenciar o convívio do IPT e que apoiando-se nos conceitos de interculturalidade e multiculturalismo para essa análise. O capítulo três trabalha a influência social sobre corpo. O capítulo quatro lida com regulação da Cultura Corporal e Desportiva defronte a “luta” pelo direito a Cultura Corporal. O capítulo cinco mostra de forma sucinta como as IPSS's se constituem. O capítulo seis apresenta o IPT como o universo empírico da pesquisa e também onde a Capoeira desenvolveu sua ação prática. O capítulo sete vai trabalhar a Capoeira em aspectos históricos, pedagógicos e característicos dentro da esfera da Cultura Corporal. O capítulo oito apresenta o problema que de ponto-chave para a discussão do estudo. Os capítulos subsequentes vão tratar da estruturação da pesquisa que se organizam sendo o capítulo nove a metodologia, o capítulo dez os objetivos, onze a análise crítica dos dados e o capítulo encerrando com a conclusão.

REVISÃO DE LITERATURA

1. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA “NA RODA SOCIAL”

As sociedades são estruturadas por inúmeros fenómenos que vão desde aspectos culturais de identidade social pré-estabelecidos historicamente – que podem vir a se recriar ao longo do tempo – passando por questões ligadas aos direitos cívicos e políticos que estabelecem uma “luta” entre a sociedade civil e o Estado. O universo social articula-se com questões políticas, morais, culturais, religiosas e de movimentação económica que se dividem entre o individual e o que é comum e toda essa estrutura submete-se a leis que “regulam” a ordem, ditam condutas sociais, uma espécie de *fair play*¹ social, fazendo uma analogia com as palavras de Bourdieu.

Leão referencia Norbert Elias (2006), que manifesta uma visão sobre o processo de civilização do ser humano sobre aspectos singulares fazendo referência a condutas sociais individuais que regulam, em momentos, a pacificação social.

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou desvios desses impulsos de seus fins primário para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. (Leão, 2007, p., 20)

Leão, apoiando-se nas palavras nas palavras de Elias, expondo que o ser humano, por si só, tem a capacidade de auto-julgamento, auto-controle e auto-regulação de seus atos que o tornam assim civilizado. Um estado psíquico individual que acaba por geral pacificação social intrínseca que o auxilia na avaliação de seus atos diários que determinam seu comportamento em grupo.

Apesar da existência individual de regulação civil que Elias apresenta, observa-se a relação social que movimenta-se, transforma-se pela ação do ser

¹ “O fair play é a maneira de jogar o jogo dos que se deixam tomar pelo jogo a ponto de esquecerem que se trata de um jogo, daqueles que sabem manter a “distância relativa ao seu

humano que aparece como agente social responsável por essa transformação devido sua própria evolução e relação com o mundo, sendo assim, ele cria vínculos de convívio comunitários em determinado local ou região empregando uma forma de “contrato social”². Com esse pensamento de “contrato social” Madec e Murard dizem:

Segundo essa ideia, os homens cessam de viver no estado normal e torna-se cidadãos assinando um contrato, no qual se comprometem a respeitar as leis da República que lhes garante por seu lado a liberdade, a segurança e a igualdade dos direitos. Na realidade o estado natural nunca existiu. O homem não pode sobreviver senão em sociedade, ou seja com costumes e leis. Além do mais as posições dos indivíduos são diferentes, pois todos sabem que os poderes não são partilhados igualmente. O contrato social portanto é um mito, uma ficção política. (Madec & Murard, 1995, p., 94)

Nesse momento cabe até as palavras de Fiori para dar complemento ao pensamento de “contrato social”: “O homem não se naturaliza, humaniza o mundo”. (Fiori, 1975, p., 15)

A ideia de *regulação individual de civilidade* e de *contrato social* estruturam o universo social que é dividido e regido por condutas, obrigações e até direitos que determinam, condizem um contexto coletivo através de leis que são constituídas por uma minoria dominante, que influencia a vida de uma maioria, e essa mesma minoria promulga as leis de acordo com interesses próprios.

Mas agora indo por caminhos da cultura, o ser humano como sendo o único ser capaz de gerar cultura, faz com que este fenómeno se apresente como representativo e de relevância e que quando interpretado pode contribuir para um entendimento da vida coletiva. As práticas da Cultura Corporal e do Desporto são modelos deste tipo de fenómeno cultural abrangente e de representatividade. Através dessa observação Murad expõe que “o esporte, por exemplo, é um fato social que é total porque totaliza, engloba, isto é, consegue

² Contrato social: forjado pelo filósofo inglês Thomas Hobbes no século XVII, retomado por Rousseau no século seguinte, a expressão designa ato pelo qual os homens decidem associar-se para formar uma sociedade.

ajudar a explicar a sociedade onde ele está inserido, na medida que contribui para tornar visíveis as ambiguidades desta mesma sociedade”. (Murad, 2009, p., 59)

Porém, em algumas realidades sociais a Cultura Corporal e Desportiva assumem funções de interesses a determinada classe dominante que se servem desse fenómeno para outros fins, modificando-os de acordo com suas conveniências.

Partido da concepção de Bourdieu (2003), sobre Cultura Corporal e Desportiva como cultura social, o autor chama atenção para o processo de derivação dos desportos pelo decurso histórico dos jogos populares e da Cultura Corporal, principalmente nas escolas das elites burguesas da Inglaterra. Esse procedimento fez com que tal fenómeno se reconfigurasse submetendo-se a regras específicas, limitando e reduzindo assim as práticas, pela necessidade das “trocas” desportivas por regiões.

As palavras de Stigger reforçam a colocação de Bourdieu quando assim o autor afirma:

Poderia então ser dito que o desporto é exemplo de localismos globalizado, na medida em que, inventado pelos ingleses, ele adquiriu autonomia própria e hoje – ocupa de forma significativa o lugar do que antes eram passatempos populares localizados – é praticado em todo o mundo, vinculado a uma mesma lógica. (Stigger, 1999, p.,70)

A introdução das regras não se deu somente pelo fato de possibilitar a prática desportiva em diferentes regiões. As regras estabeleceram-se para tentar dar conta de alguns aspectos inerentes as atividades como, por exemplo, amenizar a violência e também por necessidade de diferenciação de práticas populares para práticas burguesas. O indivíduo então passou a ter que “respeitar” normas pré-estabelecidas para realizar seus movimentos, e isso então, acabou por guiar sua participação em determinado contexto desportivo.

Diante da gênese desportiva moderna na Inglaterra, que se “engatou” com o processo de industrialização e urbanização com o desenvolvimento capitalismo, a hegemonia desportiva ganha o mundo recriada através de padrões globais. Stigger faz referência a Bracht (1997) que afirma:

[...] após o seu surgimento, o desporto como que tomou de assalto o mundo da cultura corporal e do movimento e passou a ser sua expressão hegemónica. Esta afirmação encontrará sustentação nas posições de muitos historiadores do desporto, os quais afirmam que ele veio – com suas regras, modalidades, técnicas e organização difundidas de forma padronizadas por todo o mundo – substituir o que outrora eram passatempos populares desenvolvidos apenas num nível localizado de determinados grupos sociais. (Stigger, 1999, p., 64)

Stigger (1999), baseado em Boaventura de Souza Santos, usa o termo *globalismo localizado* para explicar a hegemonia desportiva globalizada que transformou práticas culturais locais em práticas *desportivizadas*. E um bom exemplo de prática cultural transformada pelo processo de globalização desportiva é a Capoeira, que inclusive o próprio Stigger cita o mesmo exemplo em seu artigo. A Capoeira, uma prática da Cultura Corporal popular, depois de absorvida pelo mercado enviesou-se por características desportivas para que pudesse ter uma “melhor” aceitação e definição de sua prática.

De uma forma sucinta observou-se então a necessidade que o ser humano tem em organizar seu convívio determinando regras, estipulando condutas, leis e costumes como assim já afirmaram anteriormente Madec e Murad (1995).

O homem social segue regras pré-estabelecidas, isso se fez com a ideia de criar “ordem” social, ou seja, uma maneira de lidar com problemas que a priori não tinham solução. Essa mesma concepção também se aplicou aos desportos depois do processo de “ressignificação” desportiva dos jogos populares, que eram considerados despojados das funções sociais por parte da burguesia que reservava ou ainda reserva uma importâncias aos títulos, vitórias e recordes.

Depois dessa “ressignificação” das práticas desportivas elas retornaram as camadas populares regidas por regulamentos e normas estabelecidas diante de outros interesses, ou seja, uma apropriação da cultura popular que depois retorna ao popular modificada por um ideal alheio a cultura do povo, que pode nomear-se como a *“ordem” desportiva*.

Firmando-se na estrutura social estabelecida pelo ser humano, e a Cultura Corporal e Desportiva como sendo parte integrante dessa estrutura, Bento (1998), então afirma a subordinação desportiva as normas e valores que predominam e que são estabelecidos socialmente. O desporto não é regido por valores específicos de si próprio, ele é regido pela ética ou moral vigente de seu contextual social.

Os seres humanos, a dinâmica social, os desportos, a arte, a literatura, a produção científica e outros elementos, são submetidos *ao que pode, e ao que não pode fazer, quem pode, e quem não fazer*, retomando assim, mais uma vez, a ideia de “contrato social”!

2. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA “NO JOGO COM A DIVERSIDADE CULTURAL”

A descolonização e a globalização mercantil possibilitaram uma via de duas mãos entre nações colonizadoras da Europa e ex-nações colonizadas da África, América Latina e Ásia. Este fluxo imigratório se acentuou nas décadas de oitenta e noventa provocando impactos demográficos em algumas cidades europeias que viram-se forçadas a um convívio social, moral, político, religioso e económico entre diferentes culturas.

A partir dos anos oitenta a imigração das ex-colónias portuguesas escolheu como destino terras lusitanas pelo fato de não apresentar barreiras com a língua, posicionamento geográfico, acordos bilaterais e também por Portugal fazer parte dos países da União Europeia e Comunidade Económica Europeia. Com isso, a imigração viu uma possibilidade de crescimento económico no mercado de trabalho português que acabou estabelecendo uma estrutura trabalhista formal, aos imigrantes altamente qualificados – uma minoria – e outra estrutura de trabalho informal, a maioria esmagadora dos imigrantes.

Nos últimos anos a aceleração imigratória em Portugal não ficou ligada somente nas relações históricas ou económicas. Baganha (2005) segmentou a população estrangeira em território luso colocando em primeiro plano nacionais de países europeus e do Brasil. Em segundo, estrangeiros dos PALOP³ e um subconjunto, em crescimento, de nacionais vindos de países como Zaire, Senegal, Paquistão, Roménia e Moldávia. Atualmente pode-se citar um terceiro grupo que é composto por moçambicanos, indianos, paquistaneses e chineses, que ainda é pequeno, mas que tem relações de inserção económica particulares, como comercio e restauração, distinguindo-se assim dos outros grupos anteriormente citados. E ainda não deixando de lado o grupo dos ciganos que também compõem essa “salada” cultural étnica.

³ PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A imigração que essencialmente ligava seus interesses a economia, não mexeu somente com a balança financeira, esse fenômeno transformou de certa forma a estrutura social portuguesa que passou a dividir seu espaço com o latino-americano, com africano, com o asiático, com o cigano e com o próprio europeu imigrante, criando assim um cenário étnico de atuação multicultural. Esta realidade fez surgir os conceitos de *multiculturalismo* e *interculturalidade*.

Assim, por questões conceituais, Rosado e Mesquita fazem referência a Cortesão (1991), dizendo:

(...) multiculturalismo é entendido como uma constatação da presença de diferentes culturas num determinado meio e da procura de compreensão das suas especificidades. Já a interculturalidade é vista como um percurso agido em que a criação da igualdade de oportunidades supõe o (re)conhecimento de cada cultura, garantindo através de uma interação crescente, o seu enriquecimento mútuo. (Rosado e Mesquita, 2009, p., 23)

A imigração trouxe na “bagagem” a diversidade cultural que veio de encontro com a cultura local dominante de cada nação europeia, estabelecendo assim um choque sociocultural.

Diante da relação de sociocultura de origem local e multiplicidade cultural, alguns países que convivem com essas questões passaram a tomar medidas de intervenção ao multiculturalismo ou interculturalidade como a criação de políticas públicas de suporte ao processo de imigração, ou seja, houve a necessidade de controlar o “trânsito” migratório, porém em condições limites de tolerância. Cada vez mais países da Europa enfrentam a multiplicidade cultural que torna o convívio social oscilatório entre os conceitos de multiculturalismo e interculturalidade.

A multiplicidade cultural gera uma nova ordem social de convivência que em momentos fica na tolerância existencial das diferenças, ou seja, uma aceitação de convívio pelo fato de estar dividindo o mesmo espaço físico mas com certo distanciamento onde as relações de trocas de experiências restringem-se a grupos de mesma identidade cultural que pouco ou nada

relacionam-se com outros grupos culturalmente diferenciados dando características assim ao conceito de multiculturalismo. Já em outros momentos de inter-relações que procuram diminuir o distanciamento cultural, mas sem a intenção de homogeneização cultural que sobrepõe uma cultura dominante em relação a outra dita subcultura, a proposta seria de “intercâmbio cultural” que possa oferecer um equilíbrio cultural que pelo menos favoreça a interpretação das diferenças seguindo um modelo de interculturalidade.

Boaventura de Sousa Santos discute a relação multicultural com uma visão de contra-hegemonia cultural demonstrando a premissa de incompletude:

[...] todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepção de dignidade humana. A incompletude provém da própria existência de uma pluralidade de culturas, pois, se cada cultura fosse tão completa como se julga, existiria apenas uma só cultura. A ideia de completude está na origem de um excesso de sentido de que parecem enfermar todas as culturas, e é por isso que a incompletude é mais facilmente perceptível do exterior, a partir da perspectiva de outra cultura. Aumentar a consciência de incompletude cultural até ao seu máximo possível é uma das tarefas mais cruciais para a construção de uma concepção multicultural de direitos humanos. (Santos, 1997, p., 22)

A complexidade da realidade multicultural tenciona modos culturais legítimos locais que se conflituam entre a variedade cultural confrontando-se entre hegemonia cultural de origem e o peso da diversidade cultural migratória, que no caso de Portugal, esse peso aumenta pela diversificação cultural das ex-colónias da América Latina, África, a migração do leste europeu e asiática e a presença cigana como já foi citado anteriormente.

Em relação a “pressão” gerada pelo pluralismo cultural Martins explana sua ideia sobre sociedades divididas pelas diferenças culturais:

O pluralismo e a incompreensão perante as diferentes identidades culturais obrigam, deste modo, a lançar as bases de uma “sociedade aberta”, que seja capaz de compreender a diversidade cultural pelo que esta representado de fato, e não pelas ilusões alimentadas por muitos em nome do “politicamente correcto”. Daí a necessidade de considerar a complexidade – que deve levar-

nos ao diálogo entre culturas, muito mais que à noção indiferenciada de multiculturalismo. (Martins, 1998, p., 84)

A proposta contextual de interculturalidade configura-se em uma nova forma de contato cultural ligado a cidadania que traz a tona um convívio de adaptação diante aspectos como educação, política, saúde, desporto e lazer, economia e outros que tem relação a esse processo.

Ainda fazendo referência as palavras de Martins, o autor argumenta sobre questões que envolvem um trato social amplo para uma relação intercultural:

A diversidade e o diálogo entre culturas obrigam-nos ainda, porém, a pôr a questão dos direitos fundamentais não apenas na sua consideração formal, mas nas condições económicas, sociais e culturais para a realização e concretização. Não basta defender a abertura e o respeito mútuo, se não há igualdade de oportunidades, se não há desenvolvimento económico e social. (Martins, 1998, p., 85)

E Vieira completa o pensamento abordando a interculturalidade dentro de aspectos de “trocas” culturais:

A interculturalidade implica não somente reconhecer as diferenças, não somente aceitá-las, mas – que é o mais difícil – fazer com que elas sejam a origem de uma dinâmica de criações novas, de inovação, de enriquecimento recíproco e não de fechamento e de obstáculos ao enriquecimento pela troca. (Vieira, 1999, p., 68)

Frente a isso, seguimentos da sociedade como entidades educacionais necessitam de um ajustamento sociopedagógicos que visem alcançar a cidadania educacional em acordo com a interculturalidade. Referencia-se o termo de *adaptação cultural* que Rosado e Mesquita (2009) trabalham o tema propondo uma educação intercultural com atitudes pedagógicas de objetivos próprios com destaque em um contexto adaptado as diferentes culturas, para

que isso favoreça uma inter-relação entre as culturas distintas possibilitando a comunicação e ajudando na compreensão cultural moderna e capacitando assim a interação social.

Defronte a realidade da diversidade cultural de alguns países, principalmente da União Europeia, a proposta de Rosado e Mesquita demonstra uma necessidade presente diante de um contexto cada vez mais tomado pelas diferenças, e que essas mesmas diferenças passaram a dividir espaços, e espaços esses voltados a ações sociopedagógicas que envolvem desde escolas a Instituições Particulares de Solidariedade Social. Porém, seria válido saber, como hipótese para outro estudo, se isso vem sendo praticado nos países que seguem pelo caminho da interculturalidade.

Com a proposição de educação multicultural, Vieira (1999) evidencia dizendo que a preocupação estaria em educar para a justiça social e igualdade, despertando para uma política de combate a discriminação que atingem determinados grupos sociais. Sendo assim, o desenvolvimento de uma política educacional intercultural, voltada a crianças e jovens, justifica-se na tentativa de educar para a *construção da consciência* da diferença multicultural de convívio.

Com o crescimento, a criança constata cada vez mais o outro. Vê-o na televisão, encontra-o na escola e noutros grupos sociais onde cada vez mais vai interagindo. A criança, entretanto adolescente, vai descobrindo a alteridade sociocultural: outros comportamentos, outras referências, outras representações, outras religiões, outras etnias, etc. O jovem adolescente vai então arrumando a diversidade aprendendo a identificar e a classificar as diferenças. A sua personalidade começa a fazer a aprendizagem da diversidade cultural. (Vieira, 1999, p., 69)

Diante dos aspectos elencados por Vieira na citação anterior, o indivíduo *constrói* seu conceito social de aceitação ou de não-aceitação de diferença do “outro”. A aceitação do “outro” está longe de ser uma atitude espontânea, natural. Os indivíduos são forçados a um jogo dialético produto de uma

trajetória social de que resulta ou não a tomada de consciência do etnocentrismo intrínseco ao olhar sobre o outro.

Com o ideal de uma pedagogia pluricultural de inclusão e igualdade, como atestam Rosado e Mesquita (2009), e ainda dando reforço com as palavras de Viera (1999), mediante ao fato de interculturalidade, realmente é necessária – de forma didática – uma reestruturação pedagógica, curricular e metodológica a fim de dar conta da valorização das disparidades culturais, transformando assim as diferenças em valores a serem discutidos entre os próprios agentes de grupos culturalmente diferenciados que se inter-relacionam, mas isso dentro de uma perspectiva de entendimento moral, comportamental, de crenças e de costumes/tradições existentes em um determinado meio que tais culturas se encontram. Porém isso se traduz em uma missão complexa e cuidadosa, pois cada cultura já traz em sua “bagagem” uma série de aspectos pré-determinados historicamente que pesam nesse processo pluricultural de inter-relação e que se não ficarem bem “entendidos” podem vir a causar instabilidades de convívio.

Martins (1998) ainda afirma que quando se percebe o “outro”, relacionando a ideia do autor com conceito de *alteridade*⁴, onde se procura saber do “outro”, entende-lo diante das diferenças, isso pode contribuir para o desenvolvimento e descobrimento de si próprio e no processo de aperfeiçoamento da sociedade. Ao tentar compreender o “outro” isso pode fazer despertar para *incompletude cultural* – da concepção de Boaventura de Sousa Santos – oferecendo então consciência da diferença.

A Cultura Corporal e Desportiva ao deparar-se com a realidade de alteridade, ou seja, da diferença, do exótico, do distanciamento, Betti, citado por Daolio (2004), diz que o profissional de Educação Física deve considerar o “outro” – aluno ou atleta – numa relação de totalidade, não como objeto, mas como sujeito humano, ouvindo-o, conhecendo-o, aceitando-o como ser humano global. Porém, o sentido global não deve descaracterizar cada cultural.

⁴ Segundo a Enciclopédia e Dicionário Infopédia, **alteridade** é a qualidade ou estado do que é o outro.

Portugal é um dos países da União Europeia que passa pela realidade da diversificação cultural. Com isso, Rosado e Mesquita (2009) fazem referência ao estudo Bruto da Costa (1991), realizado em Lisboa, que demonstrou que a parcela dos imigrantes das ex-colónias, em comparação com o total de residentes estrangeiros no país, compõem um quadro de marginalidade, pobreza e exclusão social com uma maior percentagem. E o mesmo estudo diz ainda que os africanos são o grupo de estrangeiros que enfrentam dificuldades de integração.

Costa alega que os obstáculos que os africanos enfrentam está na razão da origem **étnico-cultural** por ser ***muito distinta*** da **sociedade de acolhimento** e do **protótipo da cultura ocidental** e por **não** possuírem património económico, **não** possuírem património **cultural e social**, **não** possuírem **educação formal** e redes de relação, então as dificuldades para esse grupo, em específico, se agravam ainda mais pelos motivos citados e destacados.

A referência anterior leva a alguns questionamentos: Qual seria então o posicionamento de Portugal em relação ao processo da diversidade cultural Multiculturalismo ou Interculturalidade? A nação lusitana depois da expansão colonial pelo mundo não contava fluxo migratório? O europeu esperava por uma emancipação rápida e de não dependência dos povos africanos depois de anos de escravização? Com referência na data do estudo de Costa (1991), quais foram as medidas tomadas pela “sociedade de acolhimento” nos últimos dez anos em relação a imigração?

E o que dizer sobre as linhas dedicadas aos africanos, onde a culpa pela não inserção na “sociedade de acolhimento” recai totalmente e inteiramente em seus ombros, pesando ainda mais com os termos anteriormente destacados. Os termos em evidência criam condições restritivas e limitadas de convívio sobre a alegação da não adequação dos africanos em padrões da cultura ocidental dando assim alusão de superioridade cultural e negando também a cultura e sociedade africana e que pelo fato de não terem educação “formal” não se relacionam! Isso pode ser uma maneira de virar as costas para a história e ofuscar assim o reflexo que o passado faz no presente!

Diante da concepção de Freire (1975) a hegemonia cultural localizada torna-se opressora gerando instabilidade e tensão social onde se caracterizam os “marginalizado” que se discrepam da fisionomia geral da sociedade. “Esta é boa organizada e justa”. Os marginalizados são “seres fora de” ou “à margem de” que tornam-se patologias da sociedade sã.

Porém a realidade é presente, o imigrante passou a frequentar as escolas, os espaços de desporto e lazer, as ruas e praças, centros comerciais, disputar as vagas de emprego, enfim, passou a fazer parte da “sociedade de acolhimento” e do *protótipo da cultura ocidental* sendo aceitou ou não. Com isso, principalmente nas escolas e em entidades educacionais o impacto cultural faz surgir a necessidade de uma reestruturação curricular que viesse dar suporte a questão da diferenciação cultural de forma micro-social nas aulas através das relações professores e alunos, alunos entre alunos, alunos escola e professores, na tentativa de transformar as diferenças em trocas pedagógicas entre os educandos cabendo aos professores o papel de mediadores – que também aprendem – das problemáticas, das temáticas, dos conteúdos gerindo assim experiências de construção do conhecimento a partir da história de cada um para que as percepções culturais singulares estruturam o saber conjunto para que, aí sim, depois de uma compreensão micro, no caso a que se faz dentro da sala de aula, se configure para a escola como um todo e podendo se transformar em uma relação macro social.

O presente estudo envolveu-se no contato direto com uma realidade micro-social de alteridade cultural de origem e imigratória em uma entidade social portuguesa que constantemente transformava-se pela ação dos agentes frente ao quotidiano “conflituoso” e incerto de relação humana que exigia das práticas pedagógicas constante reinterpretação do real forçando assim uma instabilidade educativa. Essa experiência mostrou a fragilidade educativa frente a uma realidade cultural que se apresentava diversa e que em momentos chocava-se com a disparidade cultural. Vieira então aponta para ações do sistema educativo português diante do fluxo cultural diverso:

Apesar das reformas dos sistemas educativos ocidentais, e em particular o português, veicularem discursos que apontam para a educação e cidadania, para a formação social e pessoal e para a redução da desigualdade em entidades pedagógicas diante da consequência das diversidades culturais, o sistema democrático educativo está ainda muito na ideologia, na retórica e nas intenções. Na prática, a educação vive uma tensão entre uniformização e a diversificação, entre a tradição da cultura legítima do Estado e a modernização da educação e pedagogias interculturais. (Vieira, 1999, p., 67)

A diversidade cultural trouxe para dentro das entidades educativas um novo universo cultural de relação que confronta-se com um pré-existente e que ainda acaba por criar uma nova cultura de ressignificação pela inter-relação, ou não, dos agentes sociais que transformam culturalmente o ambiente pelos processos de interculturalidade ou multiculturalismo exigindo assim do sistema educativo moderno medidas que suportem de certa forma o impacto da multiplicidade cultural.

Entrando por caminhos didáticos, o professor, nesse caso, pode funcionar como “peça” fundamental na tentativa de interpretação da realidade cultural presente e então gerir as práticas educativas como mediador do ambiente dando margem ao diálogo cultural. As palavras de Fiori encontram-se em acordo com a proposta sociopedagógica de interculturalidade quando o autor afirma:

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em reciprocidade de consciência; não há professor, há um coordenador que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo o mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo. (Fiori, 1975, p.,11)

Ao oferecer condições de diálogo cultural podem aparecer peculiaridades que salientam as diferenças culturais e que nesse caso podem ser usadas como problemáticas a serem discutidas. Rosado e Mesquita (2009) referenciam Mesquita que se posiciona em relação a necessidades singulares dos alunos:

As necessidades de cada um dos alunos tem de ser contempladas, na mediada em que a única forma de atender verdadeiramente à igualdade de oportunidades entre indivíduos é equacionar as diferenças de cada um. (Mesquita, 2003, cit. por Rosado e Mesquita, 2009, p., 26)

Diante do quadro de interculturalidade a Cultura Corporal e Desportiva é uma das áreas que se articula dentro da dimensão sociopedagógica de entidades sociais voltadas a formação do indivíduo para a cidadania. Através disso, a Cultura Corporal e Desportiva é uma área que essencialmente necessita de adequação curricular que vise tentar entender assuntos singulares de cultura.

Portugal desde o início da década de 1980 passa por questões relacionadas com diversidade cultural. Rosado e Mesquita (2009) apontam para a escassez na investigação e reflexão do tema no país e sobre o assunto da multiculturalidade na área da Educação Física. Para além de variáveis de macro-culturas constitui-se um universo de micro-culturas relativamente ao fluxo migratório surgindo a necessidade, segundo as autoras, de trazer para a atualidade reflexões, investigações e formação desta temática para que não caia no abandono levando em consideração um campo decisivo para ação profissional.

Cada indivíduo trás consigo uma “bagagem” cultural, uma maneira peculiar de relação corporal, de movimento, de se expressar, de se relacionar entre si, de convívio em grupo. Todos esses aspectos dão identidade cultural ao sujeito, que ainda, não está livre de se modificar através de um novo processo de relação social que pode favorecer uma abertura de “negociações” culturais que valorizem o conhecimento de cada cultura. Sendo assim, cada característica cultural peculiar pode contribuir para o enriquecimento curricular com trocas recíprocas de experiências e valores tornando o currículo adaptado a crianças e jovens alunos de uma escola ou nesse caso agregados de um Instituto Particular de Solidariedade Social.

Daolio (2004) enfatiza que a cultura é o principal conceito da Cultura Corporal e Desportiva. As manifestações corporais são geradas na dinâmica

cultural, a Cultura Corporal e Desportiva não atua sobre o corpo ou com o movimento em si, não trabalhado com o desporto em si, não lida com a ginástica em si. Ela trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano, historicamente definidas como jogo, desporto, dança, luta e ginástica. O que irá definir se uma ação corporal é digna de trato pedagógico pela Cultura Corporal e Desportiva é a própria consideração e análise desta expressão na dinâmica cultural específica do contexto onde se realiza.

A adaptação curricular compete identificar conteúdos relevantes e inovadores ao contexto de aplicação onde os mesmos não se transformem em um aglomerado de práticas desconstruídas com a realidade. A contextualização das temáticas propostas nos conteúdos dão objetivo e identificação cultural podendo oferecer motivação e ao mesmo tempo despertar para o interesse e compreensão das diferenças culturais disponibilizando uma troca mútua de conhecimento.

Em concordância com a questão de identificação cultural dentro da perspectiva democrática curricular de adaptação, Rosado e Mesquita fazem evidência as palavras de Houlihan (2000); Jones e Cheetham (2001), Kirk e Gorely (2001), dizendo:

Jovens de origens culturais diversas devem encontrar na aula de Educação Física acolhimento para as duas opiniões e perspectivas, para as práticas de **atividades físicas [grifo nosso]** e desportivas da sua e de diferentes culturas, dando-lhes a liberdade de escolher entre diversos tipos de atividades físicas funcionalmente equivalentes. (Rosado e Mesquita, 2009, p., 30)

Com isso, algumas estratégias para trabalhar com grupos culturalmente diferenciados devem ser bem analisadas pelo professor para que o mesmo possa identificar qual a dimensão cultural que vai envolver o cotidiano das aulas, ou seja, conhecer as diferenças culturais presentes em sua realidade de trabalho para que ele possa contemplar com a proposta de adaptação

educacional intercultural da Cultura Corporal e Desportiva onde vai ser inserida.

Dentro da espera da Cultura Corporal e Desportiva, a relação intercultural, quando bem gerida, pode trazer experiências enriquecedoras. Partilhar um ambiente onde as diferenças culturais se encontram de forma a interagirem entre si com um ideal de troca de experiências para estruturar o processo de ensino e aprendizagem, isso faz transcender paradigmas pedagógicos pré-determinados de monocultura e hegemonia cultural e ainda no caso das atividades corporais tornam-se válidas pela tentativa de percepção da relação corporal de movimento e de expressão que somente o contato próximo pode oferecer em um contexto de diversificação cultural.

Partindo da realidade de uma educação cercada pelas diferenças, faz-se necessária uma pedagogia que desperte a consciência para as diferenças sem inferioridades e que não descaracterize as diferenças através da hegemonia cultural dominante. Sendo assim, a educação poderia caminhar para a libertação das monoculturas hegemónicas onde se estruturaria em uma pedagogia de todos e não de interesses poucos.

3. A GINGA DO CORPO SOCIAL

A corporeidade vai de encontro com a realidade do estudo da Capoeira no IPT por se tratar de um caso onde ela esteve diretamente ligada com a prática e, com isso, evidenciou-se com o convívio na Instituição a maneira de relação e expressão corporal individual e de grupo de seus participantes em um contexto tomado pela diversidade cultural.

As Culturas Corporais e Desportivas são exemplos de culturas criadas pelo ser humano que podem também ajudar a esclarecer a dinâmica social. A relação com o corpo evidencia gestos, símbolos e significados corporais, práticas corporais, enfim, tudo aquilo que se liga com o movimento humano de modo geral e isso pode ajudar a determinar um contexto social.

Ao tentar perceber como cada indivíduo se expressa, sendo que as práticas corporais podem ser usadas como boas ferramentas no auxílio para essa percepção, a dinâmica das aulas problematizada de forma crítica, construtiva e aberta, dando oportunidade para que os indivíduos que participam da mesma – no caso crianças e jovens – intervenham de maneira a se identificar corporalmente com a realidade pedagógica pertencente.

Sendo assim, o corporal é “peça” fundamental no processo de relação com o mundo, onde desvincula-se um ideal de corpo físico – que em muitos casos é o clichê da Educação Corporal – mas tenta-se propor o corpo social, que está inserido em determinado espaço, que interage coletivamente, o corpo que Daolio (2004) diz não ter somente uma relação física, pois não há dimensão física isolada de uma totalidade biológica, cultural, social e psíquica. Um corpo que carrega símbolos, significados, valores, que considera-se, ao invés de suas semelhanças biológicas, suas diferenças culturais.

Alguns breves apontamentos sobre a corpo no século XIX vão ser abordados neste capítulo por razões da gênese desportiva nesse período na Inglaterra que deu novas perspectivas a representação humana corporal.

O ser humano relaciona-se, apresenta-se, expressa-se corporalmente com o ambiente que o cerca e seu principal meio de se relacionar ainda é através do corpo.

Tavares (2006), cita Soares (2001), que aponta para a visão corporal mecanicista europeia do século XIX, que teve influência nos séculos XVII e XVIII com o início da Revolução Industrial e ascensão da burguesia da Inglaterra e França. Nesse período priorizava-se o corpo preparado ao trabalho, definindo e limitando o ser humano em princípios biológicos, para atender os modos de produção capitalista da época.

Ao longo da história as sociedades “serviram-se” do corpo para cumprir com interesses do período. A Europa do século XIX via a necessidade de um corpo que produzisse com eficácia, disciplinado, um corpo “saudável” a jornada de trabalho que se movimentasse continuamente, repetidamente, de preferência inconsciente e que suprisse a demanda produtiva. Esse era, ou é, o corpo aceito na sociedade de produção rápida e em série. Nesse período na Europa as práticas Corporais e Desportivas tinham a utilidade de manutenção corporal, o corpo então era educado para suportar a demanda produtiva.

Outro exemplo de modelo corporal no decorrer da história é o modelo do período republicano do século de XIX no Brasil, inclusive situado entre o período do exemplo anterior, porém claro, em realidades diferentes.

Com a ascensão militar no Brasil a prioridade era pela valorização do corpo masculino saudável, vigoroso e forte que tinha o objetivo de defender a pátria. Já o corpo feminino deveria ser saudável para que gerasse a prole, consequentemente saudável para que em seu devido momento viesse também a luta pela nação.

Diante disso, Tavares (2006) comenta que ao idealizar um modelo corporal militarizado e técnico, isso privilegiou e limitou as práticas corporais aos que detinham melhor vigor, habilidade e que se tornassem dispostos a servir com submissão aos seus superiores, excluindo assim os menos habilidosos e mais fracos que ainda eram vistos pela sociedade como incapazes.

O modelo corporal brasileiro visava a utilização do corpo à serviço do Estado que em determinado momento pudesse vir a lutar em prol da nação e que ainda assim servia a interesses alheios, tornando o corpo “ensinado” e submisso a determinada classe dominante. Aqui as atividades corporais e desportivas tinham o objetivo de “adestramento” corporal através de exercícios em grupo, calisténicos influenciados pelos métodos de educação corporal militar e com a finalidade de preparar o corpo para a luta, para a guerra.

Cabe nesse momento falar da Capoeira no século XX. Neste período ela introduz em seu sistema de ensino e aprendizagem um modelo de Educação Física, uma ginástica militar, que se encaixava com o método de educação corporal da época, pois os militares a incluíram nos programas de atividades físicas como luta brasileira. Ainda na atualidade observa-se nas aulas de Capoeira métodos militarizados de ginástica misturados a Capoeira, ou seja, um misto de Educação Física militarizada e Capoeira.

Retomando sobre as tendências corporais, o corpo contemporâneo segue orientações pré-estabelecidas pela moda e pelos meios de comunicação de massa, fazendo com que se idealize um modelo corporal que busca alcançar objetivos, padronizados a todo custo por simplesmente cumprir com a *doutrina da aceitação*. As cirurgias plásticas são exemplos de como “reconstruir” ou “transformar” o corpo através das próteses ou com aspirações de gorduras indesejadas, métodos esses invasivos que o ser humano se submete para se ajustar ao meio.

Sendo assim, o indivíduo idealiza suas “transformações” motivado pelo modelo corporal contemporâneo que é regulado por critérios estéticos. Sobre esse assunto Botelho Gomes (2003), em seu texto sobre corpo, faz referência aos autores Bourdieu (1983); Giddens, (1995); Kirk (1993); Le Breton (1992); Lipovetsky (1983) que dizem:

Nas sociedades contemporâneas, o indivíduo reconstrói reflexivamente o seu corpo, articulando diferentes saberes, aspectos parciais de diversos modelos e de múltiplas representações de corpo, onde o “sentido de corpo” pode não ser coerente, procurando uma “excelência corporal” com a qual se identifique,

gerando-se “éticas fundadas na estética”, que tem por limite superior o narcisismo em “auto gestão. (Botelho Gomes, 2003. p., 3)

Sobre realidades de importâncias corporais contemporâneas Silverstone (2002), citado por Tavares, aponta para os apelos do consumo que se articulam com as redes de comunicação que armam um cerco ideológico entorno do ser humano dizendo o que ele tem que ter, como ele tem que ser e não economizam em descarregar influências e tendências sobre o clichê corporal.

Os clamores são por atenção, mas também por resposta. Nosso mundo mediado está rapidamente se inundando com mensagens e clamores a ser ouvido; um excesso de informação, de prazeres, de persuasões, para comprar, votar, escutar, outdoors, rádio, televisão, revistas e jornais, a word-wide-web, todos se acotovelando por espaço, tempo e visibilidade: para capturar um momento, tocar um nervo, provocar um pensamento, um julgamento, um sorriso, um dólar. (Tavares, 2006, p., 60)

Dentro de alguns breves apontamentos históricos e contemporâneos sobre o corpo em sociedade, mesmo porque a intenção do estudo não é aprofundar no tema da corporeidade, mas somente como forma de situar o ser humano e sua relação corporal com a sociedade no sentido de apontar a influência social e cultural na forma de expressão humana. Através disso, observa-se a ligação corpo e sociedade sobre paradigmas reducionistas que faz com que o corpo passe a ser visto como objeto de manipulação. Este ponto de vista não ficou somente na história como nos exemplos do corpo forte a serviço da nação ou para suprir os meios de produção do capital, mas observa-se na atualidade um corpo que se expressa sobre falsa liberdade, um *corpo dócil*, termo usado por Foucault que assim diz:

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o

esquadrinha o desarticula o recompõe (...). A disciplina fabrica assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (Foucault, 1987, p.119)

O corpo contemporâneo submete-se a *disciplina económica* sobre forte influência dos meios de divulgação e comunicação, quando se transforma pelo mercado da estética somente pelo fato de atingir padrões de beleza estipulados. Esse aspecto e outros fazem com que o indivíduo cumpra com a *obediência* paradigmática pré-estabelecidos socialmente que pode fazer com que ele fuja da sua singularidade natural e então construa o *corpo incoerente*, que os autores referenciados anteriormente por Botelho Gomes fazem menção.

É claro que o corpo contemporâneo não sofre somente influências estéticas, Botelho Gomes (2003) destaca os corpos múltiplos, que se estruturam discursivamente e inter-subjetivamente por intervenções da ciência, das instituições, meios de comunicação e informação, e que ainda assim tem uma ligação íntima com questões étnicas, de sexualidade, de religião e de classe social. Com tudo, observa-se as palavras de Bourdieu dizendo sobre a estética corporal:

As funções higiénicas tendem cada vez mais a associar-se, se não mesmo subordinar-se a funções a que podemos chamar estéticas à medida que se ascendem na hierarquia social (sobretudo, mantendo-se as coisas sob outros aspectos idênticas, entre as mulheres, mais fortemente instalado a submeterem-se às normas que definem o que deve ser o corpo, não só na sua configuração perceptível mas também na sua atitude, na sua apresentação, etc.). (Bourdieu, 2003, p., 201)

A Educação Corporal e a Medicina transcenderam suas funções higienistas e/ou profiláticas para “contribuir” com as exigências corporais presentes de grupos sociais, que como já foi dito, tem o objetivo de cumprir com a *doutrina da aceitação*. Obviamente as duas áreas voltaram seus interesses também para um mercado promissor que se instalou sobre a

metamorfose corporal, e que pode-se dizer que não se estabeleceu propriamente ao “mundo” feminino, veio para atender ambos os gêneros.

O convívio conjunto faz com que se adquira hábitos, condutas, determine valores e/ou moral. Todo esse universo é regido por uma estrutura social complexa composta por símbolos que podem motivar o comportamento humano. A cultura pré-estabelecida em um local ou região, por indivíduos que fazem parte da mesma realidade, faz transparecer uma linguagem corporal que aponta para um conhecimento transmitido e construído através de um processo histórico de relação com o mundo que guia a conduta humana, ou seja, o indivíduo sofre influência por determinada cultura pré-existente.

As diferenciações são singulares, mas ainda o que influencia de maneira contundente são condições plurais. Como complemento disso, Barbirato afirma que “os corpos se expressam de maneiras diferenciadas, baseado nos princípios, normas e valores que lhes influenciam”. (Barbirato, 2005, p., 72)

Cada vez mais crianças e jovens fazem parte desse contexto de padrões corporais idealizados criando precocemente uma cultura de corpo perfeito, potente e pronto para render independente dos meios. Todo esse envolvimento do modelo literalmente físico pode fazer com que o indivíduo deixe de lado suas raízes socioculturais e sua própria história como ser atuante dentro uma sociedade, para puramente contribuir com interesses econômicos podendo causar uma descaracterização cultural.

4. CULTURA CORPORAL E DESPORTIVA, “UMA ATUÇÃO DE LUTA”

A Cultura Corporal e Desportiva, ambas alcançam uma percentagem considerável de adeptos pelo mundo. A aderência por estes fenómenos, desde práticas ativas até passivas, movimentam outros setores da sociedade como, por exemplo, a economia, que em questões financeiras move o mercado com espetáculos desportivos, mídia, produtos desportivos de todos os tipos, clubes, ginásios ou academias, um universo mercadológico que faz da Cultura Corporal e do Desporto bens de consumo.

As facetas da Educação Corporal e Desportivas são muitas e estão distribuídas em todas as classes sociais com objetivos diferentes tentando atender a demanda social em que ela se insere. A produção académica/científica retrata essa dinâmica através da ciência analisando diversas formas de atividades corporais com a intenção de buscar significados aos fenómenos.

Seguindo essa linha de significados, Araújo demonstra sua ideia descrevendo assim:

Nesta dita sociedade moderna, o fenómeno desportivo tem assumido papel de grande relevância no âmbito da educação e reeducação motriz, da saúde, da cultura e do lazer ativo e passivo, pelas quais são propiciadas o envolvimento de órgãos e entidades públicas e privadas como promotores de atividades, e cujo os objetivos perpassam pelos interesses intrínsecos a esta prática, e onde se evidenciam principalmente interesses de natureza política e económica. (Araujo, 1995, p., 25)

O interessante é que o estudo de Araújo é da década de noventa e mesmo assim sua crítica perpetua aos dias atuais dando suporte para a reflexão sobre o papel que o desporto exerce em determinado contexto atual, fazendo referência ao meios de abrangência da Cultura Corporal e Desportiva, seja ela, de atuação direta com a comunidade, de responsabilidade social, ou de importância política e económica.

Algumas instituições, privadas ou públicas, oferecem o desporto como meio de intervenção social, com uma proposta de “responsabilidade social”. É assim que Murad (2009) trata essas duas palavras em seu texto, “entre aspas”. O autor chama atenção para entidades que se disponibilizam a trabalhar junto a sociedade e/ou comunidade ofertando práticas corporais. Murad pondera para que então as mesmas assumam com valores éticos de verdadeira responsabilidade social dando coerência entre ação e discurso. Essas iniciativas, de “responsabilidade social”, em alguns casos, apresentam-se com interesses fora do propósito de superação e emancipação comunitária tornando-se desencontradas com a dimensão histórica local.

O descompromisso com a realidade de oferecimento de práticas corporais por parte de algumas entidades, privadas, públicas e até mesmo pessoa individual, que em alguns casos estão interessados em reduções tributárias, marketing, visibilidade pessoal e outros meios de promoção, banalizam assim o impacto de transformação por parte da Cultura Corporal e Desportiva.

Com isso, a educação corporal, os jogos, o folclore, o desporto, as artes, enfim, todas as atividades que entram em determinada realidade com o objetivo de auxiliar na construção da cidadania passam a assumir uma função de cumprir com interesses de grupos específicos, interesses esses de mercado, tributários e políticos reduzindo então as práticas culturais, de modo geral, em meramente preenchimento de “espaços” e de tempo livre, ficando assim sem sentido ou significado inerente ao seu desenvolvimento, e no caso da Cultura Corporal e Desportiva transformam-se em reprodução inconsciente de movimentos atrelados somente a técnica por parte dos praticantes, ou seja, o movimento pelo movimento.

Outra maneira de utilização da Cultura Corporal e Desportiva é diante de um ideal de práticas de educação corporal e desportivas constituídas e de direito, nas sociedades que assim as aceitam. Com isso, para além da promoção de saúde, educação, e rendimento desportivo recai sobre esse fenómeno a responsabilidade, em alguns casos, de dar conta de mazelas

sociais como se fosse o remédio para uma enfermidade social que a própria sociedade fez com que adoecesse.

De acordo com esse pensamento Barbirato reforça dizendo:

Um dos maiores problemas que o desporto carrega é a crença de que, por conter um carácter disciplinador, ele é sempre visto como “salvador”, ou seja, capaz de promover o resgate dos indivíduos do mundo das drogas, da violência, do submundo do crime e do ócio, dentre outros “desvios”, que, por esse motivo, muitas vezes ele é acusado de ser ideológico. (Barbirato, 2005, p., 51)

Através desse pensamento, do desporto como “salvador”, são criados mecanismos para o “salvamento” ou “resgate” social. São inúmeros os projetos, criados por governos, iniciativa privada e organizações não governamentais, o terceiro setor ou ONGs, que tentam com a Cultura Corporal e Desportiva trazer progresso e transformações para determinada realidade. A ideologia fica então, diretamente ligada com a crença de que “*por si só*” – palavras de Barbirato – o desporto pode dar conta de problemas sociais.

Em países que reconhecem a Cultura Corporal e Desportiva como política pública e que desenvolvem políticas desportivas como mais uma alternativa para tentar oferecer benefícios sociais, a Cultura Corporal e Desportiva pode tornar-se mais um instrumento de grande valia no avanço e progresso tornando a Educação Corporal promotora de educação, saúde, lazer e cultura, garantindo segurança social através da utilidade pública que a Cultura Corporal e Desportiva pode oferecer.

4.1. Regulação e os amparos legais, “os fundamentos do jogo”

De início apresenta-se um recorrido histórico, jurídico e constitucional sobre algumas determinações legais que influenciaram a legalização desportiva em Portugal.

Nesse caso, faz-se necessário para esse estudo debruçar-se nessa questão para tentar perceber a evolução das regulações da Cultura Corporal e Desportiva em Portugal e o que liga-se com as políticas desportivas para crianças e jovens com o objetivo de embasar a pesquisa de forma constitucional, destacando pontos na legislação que relacionam-se com o IPT e também para enquadrar a Capoeira dentro dos parâmetros que envolvem os direitos desportivos.

Segundo Fernandes (2002), em 1976 Portugal introduz em sua Constituição o direito a Educação Física e ao Desporto, depois de impulsionado por uma estratégia internacional discutida em Paris na Primeira Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela Educação Física e Desporto. Estas discussões tiveram como alicerce o reconhecimento da esfera educacional e cultural do fenómeno desportivo.

Ficou então constituído, no ano de 1976, no Art. 79º, relativo a Cultura Física e ao Desporto, onde consta no nº1, *“todos tem direito à Cultura Física e ao Desporto”* e ainda tem reforço no Art. 64º, nº2, sob epígrafe da Saúde, referindo-se que a manutenção da saúde se faz sobre aspectos como *“...pela promoção da Cultura Física e Desportiva, escolar e popular...”*.

Em 1978 observa-se a adoção da Carta Internacional da Educação Física e do Desporto pela Conferência da UNESCO salientando sobre o desporto, no período vigente, onde se destacam os artigos 1º e 3º: *“as práticas da Educação Física e do Desporto é direito fundamental para todos”*. E, *“os programas de Educação Física e do Desporto devem responder às necessidades individuais e sociais”*.

As discussões sobre o papel da Cultura Corporal e Desportiva no cenário europeu e sua função como fenómeno sociocultural tiveram continuidade com a publicação da *Carta Europeia do Desporto* de 24 de Setembro de 1992⁵, que sustenta as práticas desportivas como indispensável para o desenvolvimento humano. No mesmo ano, a Presidência do Conselho Europeu de Nice afirma que o Desporto está imbuído de valores sociais, educativos e culturais que são essências ao desenvolvendo dos indivíduos

⁵ Revisada em 16 de Maio de 2001.

sobre aspectos como tolerância, aceitação de diferenças e respeito a regras, que são questões inerentes as práticas sociais e ainda a mesma carta aponta para a acessibilidade desportiva a todos.

Nota-se com isso, a existência de debates sobre a temática da Cultura Corporal e Desportiva sobre sua forma mais abrangente e que já incluía a Cultura Corporal escolar como necessária para crianças e jovens, visando garantir práticas da *Educação Corporal* com uma proposta crítica de direito que ao ser humano.

Porém, somente salvaguardar o fenómeno da Cultura Corporal e Desportiva através da legislação de um país, e ainda de forma positivista, não quer dizer garantia de forma ampla e democrática que cumpri com necessidades sociais contextuais. Para o desenvolvimento íntegro da Educação Corporal, seja como proposta pedagógica ou de rendimento, não basta torna-la lei. Quanto a leis, Murad diz:

(...) as leis os poderes e as ideologias não são unos, únicos unitários, monolíticos. Ao contrário são múltiplos, plurais diferenciados, contraditórios e até mesmo antagónicos, e se manifestam de acordo com os interesses e os propósitos dos diversos grupos, segmentos e classes sociais. (Murad, 2009, p., 69)

Murad direciona para aspectos que regem uma sociedade, e que no caso, um desses aspectos são as leis. Os fenómenos culturais, como sendo um dos pilares que estruturam as sociedades, consequentemente submetem-se a essas leis, as Culturas Corporais e Desportivas são exemplos disso.

Retomando a cronologia do processo histórico constitucional da Cultura Corporal e Desportiva em Portugal, depois da Carta Europeia do Desporto, os autores Amado e Meirim (2002) destacam em sua obra literária a *Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa*, que foi aprovada pela Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desporto dos Países de Língua Portuguesa reunida em Bissau no ano de 1993 e que encontra-se anexada ao Decreto n.º 32/95, de Agosto.

Alguns verbos da Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa podem ser citados como: zelar, assegurar, oferecer, encorajar, facilitar. Essas palavras que designam ações são usadas na carta como medidas apropriadas para o desenvolvimento da condição física dos jovens e motivação a prática desportiva. Mas há alguns pontos cruciais no preâmbulo desta carta que merecem destaque por se enquadrarem com a temática da interculturalidade e Cultura Corporal e Desportiva que foi abordado no capítulo 2:

- Lembrando o papel do desporto como veículo privilegiado de aproximação entre os povos e os indivíduos, reforçando valores como a entrega desinteressada, a solidariedade, a fraternidade, o respeito e a compreensão mútuos e o reconhecimento da dignidade e integridade dos seres humanos;
- Considerando, igualmente, que através do desporto se reduzem as distâncias, não só físicas mas também aquelas que são resultado dos diferentes estádios económicos, assumindo os países em conjunto o compromisso de tudo fazer para minorá-las;
- Sublinhando a importância para a paz, a aproximação entre os povos e a estabilização das sociedades da cooperação nacional e internacional entre as organizações governamentais e não governamentais relacionadas com o desporto;
- Resolve adotar a presente Carta, com o objetivo de colocar o desporto, nos seus países, ao serviço do desenvolvimento do ser humano e da melhoria das suas condições de vida e de reforçar os laços históricos existentes entre os seus povos.

Esses recortes serviram para mostrar a utilidade intercultural que a carta considera a Cultura Corporal e Desportiva na tentativa de aproximação das nações que tem em comum a língua portuguesa. Porém, não é fácil encontrar a

prática desses objetivos diante de relações cada vez mais estreitas entre as nações de língua portuguesa. E quando as diferentes nacionalidades se encontram em um mesmo país acabam estabelecendo um cenário de multiculturalismo que torna o discurso da referida carta contraditório e retórico.

A Constituição da República Portuguesa desde 1976 sobre o Art 79º e nos termos do nº 2, já *“incumbe o Estado em colaboração com as escolas, as associações e coletividades desportivas, promover, orientar e apoiar a prática e a difusão da Cultura Física e Desportiva...”*. Nota-se o amparo da lei relativamente a Educação Corporal de modo geral responsabilizando assim o Estado em realizar obrigações que facilitem o acesso a Cultura Corporal e ao Desporto.

Em 1990, com uma nova reconfiguração jurídica, referente ao Desporto, concretiza-se através da Lei nº1/90, de Janeiro a Lei de Bases do Sistema Desportivo (LBSD). Esta lei se estruturou sobre três diretrizes fundamentais:

- Escola, em tudo o que se representa de via privilegiada do desporto para todos e de apostas num conteúdo desportivo de feição marcadamente ética, cultural e formativa.
- Movimento Associativo, no que significa respeito escrupuloso pela autonomia dos clubes, associações e federações e pelo seu papel insubstituível no fomento e na mobilização da sociedade civil para o desporto.
- Descentralização, através, (...), da valorização do papel das comunidades e das autarquias locais.

Entre Janeiro de 1990 e Abril 1993, este período compreende nas iniciativas legislativas e regulamentares efetivadas. Sendo assim, destacam-se alguns aspectos importantes como: prevenção e combate ao doping, corrupção no fenómeno desportivo, contratos-programas de desenvolvimento desportivo e

o Decreto-Lei nº 95/91, de Fevereiro, respeitante à Educação Física e ao desporto escolar que é de interesse do estudo com o objetivo de relatar tudo aquilo que for constituído em parâmetros legais relativos ao desporto como meio pedagógico, cultural e de lazer para crianças e jovens diante da evolução da legislação portuguesa.

Nesse momento cabe apresentar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)⁶, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, que reserva perspectivas jurídicas a Educação Corporal e Desportiva.

Segundo o Instituto do Desporto de Portugal, a LBSE reserva em seu diploma no CAPÍTULO VII: **Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo**: Art. 47º: **Desenvolvimento curricular** nº1 – *educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afetivo, estético, social e moral dos alunos.*

A LBSE no Art. 48º: **Ocupação dos tempos livres e desporto escolar**: nº 5 – **desporto escolar [grifo nosso]**, *visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura [grifo nosso]*, *estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.*

Estes recortes na LBSE serviram para demonstrar que para além da reserva legal específica a Cultura Corporal e Desportiva na Constituição Portuguesa, há amparos para esse tipo de atividade no diploma da educação reforçando a necessidade da Educação Corporal em ambientes educacionais tratando a Cultura Corporal e Desportiva como fenómeno cultural e educativo.

De volta a regulação do desporto, alguns decretos de lei aparecem no ano de 1995, período antes da revisão da LBSD, como por exemplo: medidas de apoio a práticas desportivas de alta competição, primeiro regimento jurídico das sociedades desportivas, Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do

⁶ Alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro.

Praticante de Desporto e do Contrato de Formação Desportiva. Esses e outros foram estabelecidos antes da Lei nº 19/96 que formalmente e materialmente daria início ao último bloco da mais recente legislação desportiva do país até então.

Com a Lei nº 19/96, e principalmente nos anos de 1997 e 1998, surgem medidas nunca vistas no âmbito desportivo, algumas inovadoras que estabeleceram soluções alternativas as anteriores, outras com predominâncias de orientação para a revisão pontual de regimes jurídicos anteriores. Os exemplos que podem ser citados são: Reforma da administração pública desportiva, a primeira revisão dos regimes jurídicos das federações desportivas e do estatuto de utilidade pública desportiva e o regime de licenciamento de instalações e funcionamento das instalações desportivas de uso público.

Em 1999, observa-se o preenchimento do quadro normativo público sobre o desporto que pode ser destacados alguns pontos como: O Decreto-Lei nº 385/99 de 28 de Setembro referente a responsabilidade técnica pelas instalações desportivas abertas ao público e atividades aí desenvolvidas e também o Decreto-Lei nº 159/99, referenciado por Fernandes (2002) que inclui o Art. 21 – tempo livre e desporto – evidenciando que fica sobre a responsabilidade dos órgãos municipais o planeamento, a gestão, e investimento público nos seguintes domínios: instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal (n 1, alínea b) apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse municipal (n 2, alínea b) bem como a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local (n 2, alínea c).

Segundo Meirim (2007) em 2002 o programa de Governo apresenta formalmente em sessão pública a “Reforma do Sistema do Legislativo Desportivo” subintitulada “Melhor Lei, Melhor Desporto”. Essa reforma visava a criação do conselho de ética, o regimento de espetáculos desportivos e a reestruturação da administração pública desportiva. Com isso, em 26 de Junho de 2003 o Conselho de Ministros aprovou, em reunião, a proposta de lei relativa a uma nova Lei de Bases do Desporto a ser enviada à Assembleia da República. Em 21 de Julho de 2004 a Assembleia da República decreta a Lei

nº 30/2004 à Lei de Bases do Desporto (LBD), nos termos da alínea c) do Art. 161º da Constituição.

Meirim (2007), em sua obra, comenta sobre o equívoco que constitui LBD de 2004 e sobre a necessidade do surgimento de uma nova lei. Portugal então conhece sua terceira lei do quadro do desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 Janeiro denominada Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) que revoga em 7 de Dezembro 2006 a antiga LBD de 2004.

Diante do vigor da LBAFD serão destacados alguns aspectos que são de interesse do estudo no sentido de orientar o trabalho referente a legislação da Atividade Física e Desportiva de Portugal.

- **CAPÍTULO I: Objeto e princípios gerais** Artigo 2.º:1 – Todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, **raça, etnia, língua, território de origem [grifo nosso]**, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
- Artigo 3.º: **Princípio da ética desportiva** 2 – Incumbe ao Estado adotar as medidas tendentes a prevenir e a punir as manifestações antidesportivas, designadamente a violência, a dopagem, a corrupção, **o racismo, a xenofobia [grifo nosso]** e qualquer forma de discriminação.

De início observa-se os Artigo 2.º e 3.º que incluem questões relacionadas a oferta e prevenção de atividade física e desporto diante de uma perspectiva global de direitos humanos que torna a Cultura Corporal e Desportiva promotora de princípios interculturais mediante os pontos em destaque.

- Artigo 5.º **Princípios da coordenação, da descentralização e da colaboração** 2 – O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as **instituições de ensino [grifo nosso]**, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas.

O Artigo 5.º expõe no n.º 2 a participação descentralizada do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias na promoção de atividades físicas e desportivas. O IPT enquadra-se neste artigo pelo fato de ser reconhecida como entidade educacional.

- **CAPÍTULO II: Políticas Públicas:** Artigo: 11.º **Cooperação internacional:** 2 – O Estado estabelece programas de cooperação com outros países e dinamiza o intercâmbio desportivo internacional nos diversos escalões etários. 3 – O Estado privilegia o intercâmbio desportivo com países de língua portuguesa, em particular no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O artigo acima merece destaque pelos números 2 e 3 que tratam do intercâmbio desportivo internacional. O IPT reconhecendo a existência de políticas que promovem a interculturalidade no Instituto e que inclui em seu projeto educativo a prática da Cultura Corporal e Desportiva, sendo assim, o Instituição fica sobre o abrigo legal de possível intercâmbio cultural/desportivo ligado as diversas nacionalidades que acolhe.

- **CAPÍTULO IV Atividade física e prática desportiva**
SEÇÃO I: Atividade física e prática desportiva: Artigo 28.º: **Estabelecimentos de educação e ensino:** 1 – A Educação Física e o Desporto escolar devem ser promovidos no âmbito curricular e de complemento curricular, em todos os níveis e graus de educação e ensino, como componentes essenciais da formação integral dos alunos, visando especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como fator de cultura.

Este Capítulo que inclui a Seção I, dispendo o Art. 28.º, n.º 1 salvaguarda o direito a Cultura Corporal e Desportiva em âmbito escolar com o objetivo de melhorar valências físicas e promover cultura a crianças e jovens. A Capoeira pode enquadrar-se neste artigo como atividade física promotora de cultura e de Educação Corporal, ficando assim amparada legalmente.

Para além da LBAFD, da Carta do Desporto dos Países de Língua Portuguesa e da LDSE existe uma reserva específica a Cultura Corporal e Desportiva na Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, Publicada em 3 de Maio de 2007 que aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes que estabelece as seguintes medidas e metas relativamente ao Desporto.

- **73 — Promoção do acesso à atividade desportiva dos imigrantes em igualdade de circunstâncias com os cidadãos nacionais [grifo nosso]** e simplificação e desburocratização do acesso à prática desportiva nos seus diferentes contextos (PCM/IDP, I. P., ME, MCTES).
- **77 — Utilizar o desporto para a promoção da tolerância e do diálogo intercultural [grifo nosso]** (PCM/ACIDI, I. P./IDP, I. P.). Desenvolver uma campanha de comunicação que acentue o **contributo para o diálogo intercultural**

dado em várias modalidades desportivas [grifo nosso], nomeadamente através da constituição de equipas multiculturais.

Percebe-se com isso mais uma vez a utilização da Cultura Corporal e Desportiva como auxiliadora no processo intercultural e na política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal.

Este percorrido histórico na Regulação Constitucional do Desporto em Portugal tentou demonstrar o trajetória da Cultura Corporal e Desportiva que em trinta e cinco anos de constituição sofreu alterações desde a criação de seu diploma, novos decretos de lei, adoções de cartas específicas ao desporto até a revogação da LBSD de 2004 pela LBAFD de 2007 em vigor.

Este apanhado serviu para analisar como o Estado português tratou de assuntos referentes a Cultura Corporal e Desportiva ao longo dos anos em defesa a uma política pública de base da sociedade portuguesa e principalmente aquilo que se relaciona com os interesses de crianças e jovens que dependem de representantes preocupados com os direitos e como a vida presente e futura da infância e juventude.

4.2. Projetos da Cultura Corporal, “no ritmo da necessidade”

Este subcapítulo vai abordar questões que relacionam-se com projetos da Cultura Corporal e Desportiva diante do ponto de vista da funcionalidade que estes tipos de projetos oferecem a sociedade e também relatar o processo de aprovação do **Projeto Capoeira um Movimento...** como sendo um projeto que se comprometeu em participar na intervenção pedagógica educativa de crianças e jovens do Instituto Profissional do Terço.

As relações em sociedade são complexas, os problemas são crescentes, de difícil entendimento, de difícil superação e resolução. Sendo assim cabe principalmente aos sistemas governamentais com articulação da

sociedade civil desenvolver e gerir meios que venham, no mínimo, amenizar as dificuldades. Com isso, são criados inúmeros projetos que de certa forma dão apoio as políticas públicas de base como saúde, habitação, educação, transporte, cultura, desporto e lazer. Murad (2009) reforça dizendo que a “responsabilidade social” de projetos não se esgota, pois a algo sempre a ser feito pela comunidade onde o projeto está inserido.

Em países como Brasil e Portugal as Culturas Corporais e Desportivas são fenómenos que apresentam uma demanda em larga escala de criações e aplicações de projetos que propendem desde transformação social até projetos voltados a revelar novos atletas.

De início, Barbirato (2005) fala sobre Projetos Desportivos Sociais, “[...] os Projetos Desportivos Sociais incluem os processos de aprendizagem e educação para a aquisição de habilidades motoras incentivando o desenvolvimento do ser humano nos campos pessoais, social e desportivo”. (Barbirato, 2005, p.,13)

Brasil e Portugal através das câmaras municipais ou prefeituras, órgãos que tratam de assuntos voltados ao desporto e lazer, mediante a setores ou secretárias específicas, os mesmos empenham-se em garantir práticas desportivas e de lazer a sociedade. A sociedade então vê o desporto como mais uma forma de abrandar problemas criados pelo próprio contexto social, sedo assim, desenvolvem-se muitos projetos de cunho social na tentativa de fazer com que crianças e jovens tenham uma formação para a cidadania continuada, extra-escolar, extra-familiar com o objetivo de ocupação do tempo livre com determinadas práticas desportivas.

No entanto, é necessária uma análise se os ditos projetos sociais estão cumprindo com aquilo que se nomeiam ou se propõem. Avaliações feitas com aqueles que estão fazendo parte e aqueles que já passaram pelos convívios dos projetos em vigor, desde equipes de gestão, coordenação, professores e principalmente a comunidade, podem servir de suporte para obter respostas diretas de quem está envolvido com os projetos dando assim um carácter democrático e podendo também mostrar qual o impacto social e/ou comunitário oferecido pelo projeto em questão.

Assim então, formulam-se algumas perguntas básicas que vêm de encontro com a realidade de projetos sociais envolvendo a Cultura Corporal e Desportiva: De que modo as práticas da Cultura Corporal e do Desporto contribuíram ou contribuem com a formação da cidadania? No caso de projetos que estão sendo aplicados, quais foram, quais estão sendo, ou não houve impactos sociais gerados pelos projetos?

Questionamentos surgem quando se oferecem práticas de determinadas culturas a uma sociedade ou comunidade. Botar a prova a real funcionalidade de algo que propõe oferecer benefícios, transformações seja de utilidade pública ou mesmo a setores privados é de certa forma cumprir funções éticas de cidadania.

Barbirato reforça essa questão dizendo:

Quando se afirma que o desporto socializa é pelo fato de ser possível que, por meio dele, o indivíduo adquira valores e princípios educativos que auxiliem sua formação. No entanto, queremos deixar claro que a mera participação do indivíduo em práticas desportivas não garante, por si só, aquisição desses valores sociais, porque isso vai depender das condições e objetivos de sua prática (Barbirato, 2005, p., 50)

Para além da prática há um conjunto de fatores formativos que de maneira agregada e multidisciplinar podem contribuir para que haja uma percepção da realidade e a partir de fatos concretos tentar uma abordagem mais ampla e eficaz.

Partindo agora das concepções de Cultura Corporal e Desportiva ampla, de socialização e educação, e nesse momento firmando-se na esfera da Cultura Corporal e Desportiva, alguns apontamentos são necessários para alcançar objetivos com os projetos sociais. Barbirato (2005) faz referencia Stigger (2001) que comenta sobre *monocultura* e *pluricultura*:

[...], o perigo de se homogeneizar as práticas desportivas como se todas elas tivessem os mesmo objetivos, independente de lugares em que essa ação ocorre. Isso acontece, quando muitos autores citam o desporto de rendimento adotado como conteúdo escolar de forma a trata-lo como se fosse um modelo único – monocultura – quando esse deveria ser apresentado de forma pluricultural, posto que outros tantos autores falam em transformação de sua prática a fim de adequá-la aos fins educacionais. (Barbirato, 2005, p., 53)

Neste caso, Barbirato expõem a ideia de Stigger se tratando de monocultura desportiva em ambientes escolares, mas esta mesma concepção se aplica em projetos desportivos sociais voltados a reintegração do indivíduo a sociedade, onde o desporto é a forma de abordagem, ou seja, as práticas desportivas como “meio” de transformação social e não como “fim”.

O sentido pluricultural do desporto se configura em uma ressignificação ou transformação para que ele se adapte na tentativa de atingir um proposto pedagógico. Este tipo de prática desportiva, que pode ser chamada de prática ampliada, que se molda ao contexto sem a necessidade de seguir regras previamente estipuladas, permitindo então normas alternativas, imprevisto do local e materiais.

Porém, existem críticas a métodos alternativos de adaptação desportiva, pelo fato destes métodos “desviarem” da hegemonia desportiva tradicional tecnicista e competitiva e serem acusados de ser contra o movimento, contra a técnica, contra o desporto. Mas o fato não é extrair conteúdos técnicos e competitivos das práticas e sim – repetindo – ressignifica-los para que se ajustem a realidade cultural onde estão sendo aplicados. Essa ideia entra em acordo com as palavras de Bertazzoli (2008) que diz que o ponto essencial que pode ou não promover mudança está justamente na intenção do processo educativo e na tomada de *consciência* de determinado contexto cultural que deve ser debatido e criticado.

Uma proposta que tenta transformar o desporto para a realidade sociocultural na qual ele se insere pretende oferecer aos seus praticantes uma maneira de discutir sua própria realidade que consequentemente se relaciona com a história de vida de cada um e sua maneira de interpretar o mundo

trazendo a tona dentro das próprias práticas e/ou aulas, as problemáticas, divergências, igualdades e desigualdades do convívio social para que com isso se desperte o senso crítico de “julgamento” da ação humana em sociedade com a tentativa de transformar diferenças em trocas interculturais possibilitando assim uma comunicação de forma ajustada ao real.

E essa questão é enfatizada por Fiori quando o autor diz sobre a concepção de tomada consciência do mundo diante as relações humanas, sendo assim, a Cultura Corporal e Desportiva podem servir de “mecanismos” articuladores para proporcionar comunicação.

As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. Seu lugar de encontro é o mundo, que, se não for originariamente comum, não permitirá mais comunicação. (Fiori, 1975, p., 17)

E ainda observa-se Murad que assim expõe:

(...), as aulas – concebidas como síntese da educação, que é um fato particular de algo mais amplo, parte específica de um todo, formado pela história, pela sociedade e pela cultura – podem ajudar no processo geral (e mais do que necessário e desejável) de reeducação, de ressocialização, de conhecimento, compreensão e assimilação das próprias identidades. Contribuindo também para a tomada de consciências das contradições sociais e de algumas alternativas para minimizá-las ou, talvez, superá-las, pelo menos em certos casos. (Murad, 2009, p., 67)

Quando existe uma proposta de intervir em determinada realidade através da Cultura Corporal e Desportiva, o contexto das aulas pode servir como identificador cultural dando indícios da veracidade específica de uma comunidade, evidenciando nas aulas – isso quando estimulado – “conflitos”, críticas, dúvidas, contradições, comportamentos, enfim, problemáticas que envolvem o convívio social de maneira ampla. Através da mediação do professor isso pode ajudar a despertar no indivíduo uma consciência dos fatos

reais que o cercam oferecendo assim uma discussão que pode se articular com o convívio social para além das aulas.

Através disso as práticas adaptam-se aos indivíduos e não os indivíduos adaptam-se as práticas. Dessa maneira projetos que lidam com o desenvolvimento da Cultura Corporal e do Desporto podem contribuir para a discussão crítica e ampla em seguimentos da sociedade.

O projeto de Capoeira, denominado **“Capoeira um Movimento...”**, desenvolvido, apresentado e aplicado – na prática – pelo próprio autor desta pesquisa, oferece uma proposta que seguem linhas pedagógica de educação que se “serve” da Cultura Corporal como forma de abordagem visando atingir crianças e jovens. Um dos principais objetivos do projeto, que apoia-se na concepção do Coletivo de Autores (1992), é tentar contribuir para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica crítica e superadora sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com a apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos a emancipação negando a dominação e submissão do homem pelo homem.

O universo da Capoeira é envolvente, elementos como a música, a instrumentalização, expressão corporal, a história da Capoeira e toda socialização que ela proporciona nas aulas e na roda de Capoeira propriamente dita, auxiliam a despertar o interesse pela prática que torna-se rica e variada.

Em Outubro de 2010, foi proposto ao IPT o referido projeto. Primeiramente foi apresentado um documento impresso que passou por um período de análise pelo coordenador de atividades desportivas do IPT – professor de Educação Física – que avaliou a proposta do projeto que como conteúdo apresenta os seguintes tópicos: histórico da Capoeira, justificativa do projeto, metodologia, objetivos e considerações finais.

Depois do período de análise da parte teórica do projeto o Coordenador das Atividades julgou a proposta interessante e adequada ao perfil da

Instituição e então solicitou uma aula experimental que seria supervisionada pelo psicólogo do IPT, que nesse caso era a única pessoa disponível e em condições para acompanhar e “avaliar” a experiência.

O objetivo da aula era tentar perceber através de uma vivência prática a receptividade de crianças e jovens com a Capoeira e com o professor. A aula foi realizada em uma sala do próprio complexo da Instituição e contou com a presença de oito meninos entre dez e catorze anos de idade mais o psicólogo que participou como observador. Depois da vivência, que teve duração de uma hora, os meninos motivaram-se em continuar com as atividades regularmente.

O psicólogo relatou o fato e apresentou o parecer ao Coordenador que mediante o relato obteve informações sobre a resposta positiva da experiência e então aprovou o projeto.

As atividades iniciaram em Novembro 2010 com duas aulas semanais – segunda-feira e quarta-feira – e atendiam duas turmas distintas com oito meninos em cada grupo. As atividades finalizaram no mês de Julho de 2011 totalizando nove meses e completando setenta e oito horas de desenvolvimento de Capoeira.

A abordagem utilizando a Cultura Corporal e Desportiva como sendo um “meio” de educação, de transformação e reintegração social exige destas práticas objetivos definidos e adaptados a realidade de aplicação. A Capoeira desde seu início procurou adequar-se a realidade do IPT tentando atender principalmente as necessidades dos grupos que participavam dos encontros semanais e esse trabalho respeitou e teve coerência com projeto educativo da Instituição.

Oferecer determinada prática corporal requer também oferecer consciência do movimento, atribuir significado a expressão corporal seja ela qual for, despertando para uma identificação com a prática ou para um entendimento do sentido que o ser humano dá ao movimento. A Cultura Corporal e Desportiva ainda se faz como um fenómeno aceito socialmente e carregado de valores educativos que quando bem trabalhados podem

contribuir de forma positiva para a formação ou nesse caso reinserção familiar e social de crianças e jovens.

5. INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, “OS QUILOMBOS URBANOS”

O mundo ainda está dividido por enormes desigualdades que se estabelecem nos campos, do trabalho, da etnia, de raça, da cultural, do gênero, de idade, de classes, entre outros, mas principalmente na economia. Há países em que a desigualdade social acentua-se gerando problemas em grandes proporções desencadeando assim um quadro de violência. Isso sem citar ainda tantas outras mazelas que são vendidas todos os dias pelos meios de comunicação de modo geral.

Brasil e Portugal são nações que criam e recriam medidas através de diretrizes de políticas públicas que são subsidiadas pelos impostos dos contribuintes, para tentar suprir as carências sociais. Quando são repassadas as parcelas para a sociedade, de forma a torna-las melhorias, esta verba destina-se ao desenvolvimento e progresso da vida de seu povo.

Para não entrar em pormenores, “crê-se então”, que a porção cedida pelo contribuinte não está dando conta de suprir a necessidade social, porque ainda se observa diferenças gerando pobreza e violência – por exemplo – em países desenvolvidos. Será que existe alguma coisa fora da “ordem”? Qual é o cálculo que está errado? Enfim! Não é momento para devaneio.

Retomando. O Estado Português por si só não dá conta de atender todas as necessidades apresentadas pela população. Diante disso, a sociedade civil tem desenvolvido mecanismos de articulação com o Estado para tentar servir de apoio social. Com isso, em Portugal foram criadas as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que fazem parte de Instituições do terceiro setor que segundo Ribeiro (2009) definem-se como “[...] gênero de pessoas coletiva constituídas sem fins lucrativos que, de maneira geral, visam a proteção social das pessoas prevenindo as situações de carência, disfunção e marginalização social promovendo a integração comunitária”. (Ribeiro, 2009, p., 24)

E a abrangência das IPSS's segundo o mesmo autor é:

O exercício da proteção social é desenvolvido pelas IPSS's através da concessão de bens de **proteção de serviço para apoio a crianças e jovens, [grifo nosso]**, à família, proteção na velhice e na invalidez, nas situações de diminuições de meios de subsistência, na promoção e proteção da saúde através de cuidados médicos e reabilitação, **atividades desportivas, na educação, [grifo nosso]**, formação **profissional e na promoção [grifo nosso]** de habilitação. (Ribeiro, 2009, p., 24)

Os aspectos em destaque, na citação acima, são serviços que o IPT contempla como ações de assistência social dentro da abrangência das IPSS's.

Segundo a Assembleia da República, a Constituição da República Portuguesa abriga em seu diploma o Art.º 46.º: **Liberdade de associação:** n.º 1 – os cidadãos livres e sem dependências a formarem associação sem fins lucrativos, desde que os mesmos não destinem suas ações a violência e não contrariem ao código penal que vigora.

A Constituição da República no Art.º 63.º: **Segurança social e solidariedade:** n.º 5 – O Estado apoia e fiscaliza, as atividades e o funcionamento de Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos. Vinculado ao mesmo artigo observa-se na alínea b) do n.º 2 do Art.º 67º, no Art.º 69º, na alínea d) do n.º 1 do Art.º 70º e nos artigos 71º e 72º, que dão evidência à família, **à infância, à juventude [grifo nosso]**, aos deficientes e à terceira idade.

Com tudo, o Ministério dos Assuntos Sociais e a Secretária de Estado da Segurança Social determinam sobre o Decreto n.º 119/83, de 25 de Fevereiro⁷, que designa o Estatuto das IPSS's. Através disso, o Estatuto regulariza a ação

⁷ Alterado pelos Decretos-Lei n.º 89/85, de Abril Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o art.º 32.º) Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro – Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o n.º 2 do art.º 7.º e o art.º 11.º) Decreto-Lei n.º 29/86, de 19 de Fevereiro – Altera o Estatuto das IPSS – (revoga o n.º 2 do art.º 94.º).

de Instituições de Assistência Social não lucrativas deixando livre as mesmas para sua própria adaptação devido sua natureza.

Com a origem do Estatuto são necessários aspectos de enquadramento legais esclarecendo assim os objetivos de concessão de bens e prestação de serviços pelas IPSS's.

Ribeiro (2009) define as IPSS's sobre o Art.º 1.º do próprio Estatuto, como sendo: “Instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativas de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro corpo autárquico”. (Ribeiro, 2009, p., 26)

Com este artigo fica a cargo das IPSS's os seguintes aspectos:

- **Apoio a crianças e jovens [grifo nosso];**
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção dos cidadãos na velhice e na invalidez e em todas as situações de falta de meio de subsistência ou de capacidade de falta de trabalho;
- Proteção e promoção de saúde, nomeadamente através da prestação de serviço de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- **Educação [grifo nosso]** e formação profissional dos cidadãos
- Resolução dos problemas habitacionais das populações

Já o Art.º 2.º do Estatuto das IPSS's caracteriza as formas das Instituições como:

- **Associações de solidariedade social [grifo nosso];**
- Associações de voluntários de ação social;
- Associações de socorros múltiplos;
- Fundações de solidariedade social;
- Irmandades da Misericórdia

As instituições podem agrupar-se em Uniões, Federações, ou Confederações.

Setores como a Segurança Social também asseguram por decreto de lei a participação do Estado dentro de parâmetros que garantem o apoio as IPSS's. “A Lei n.º 28/84 de Agosto – Lei da Segurança Social, estabelece as relações entre o Estado e as instituições particulares (Art.º 66º) e a cooperação com as Instituições da Segurança Social”. (Ribeiro, 2009 p., 27)

Diante do cumprimento com a lei, o Estado Português fica vinculado de forma tutelar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, garantindo a execução da lei e o interesse dos beneficiários, exercendo o poder de fiscalização e inspeção das Instituições. Em caso de abusos de poder ou violações, por parte do Estado, que venham a ferir os interesses e autonomia das Instituições, as mesmas podem recorrer aos recursos de tribunais administrativos amparando-se assim na lei que salvaguarda pelo Art.º 47º, n.º 3.

Por questão de interesse da pesquisa e pela própria designação do IPT, como sendo uma Instituição que atua como entidade de educação para

crianças e jovens, a lei que aqui segue se justifica firmando e enquadrando o Instituto em parâmetros de sustentação legal de prática educativa pré-escolar pelo fato da instalação da creche como mais uma atividade da Instituição.

Lei de Base do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, também contempla as IPSS's, expressamente quando se refere à educação pré-escolar. Assim, o n.º 5 do Art.º 5.º estabelece que a **rede de educação pré-escolar [grifo nosso]** é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional, ou local e de outras entidades, coletivas ou individuais, designadamente associações de pais e moradores, organizações cívicas ou confessionais organizações sindicais e de empresas **instituições de solidariedade social [grifo nosso]**. (Ribeiro, 2009 p., 28)

O regulamento das IPSS's revogou o Dec. – Lei 519 – G2/79⁸, de 29 de Dezembro ampliando assim as áreas para saúde, **educação [grifo nosso]**, formação profissional, **habitação [grifo nosso]**, e eventualmente outras que respondam às necessidades sociais dos indivíduos e da família.

Assim como a Lei de Base do Sistema Educativo as portarias seguintes fomentam o sustento legal de aspectos direccionados as IPSS's para que certas ações sejam exercidas perante regulamentação constitucional.

- Portaria n.º 778/83, de Julho, que aprovou o regulamento de registo das IPSS's, no âmbito da segurança social. (D.R. n.º 168, I Série, de 23/07/1983)
- Portaria n.º 466/86, de 25 de Agosto, que determina que o Regulamento de registos das IPSS's, aprova pela portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, é aplicável às IPSS's com fins exclusivos ou principais de promoção de saúde com algumas adaptações. (D.R. n.º 190, I Série – B de 20/08/1991)

⁸ Este Decreto de Lei foi revogado pelo fato de limitar os objetivos específicos de facultar serviços ou prestações de Segurança Social das IPSS's.

Essa revisão nas leis referentes as IPSS's serviu para dar um respaldo legal de enquadramento do IPT, que portanto responde as exigências constitucionais, que ao longo do texto foram destacadas como aspectos principais de ação por parte da Instituição, podendo assim a mesma agir na sociedade tratando-se como *Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação, sob a forma de Associação, reconhecida de Utilidade Pública pelo Decreto Lei 22/07/1926*, com a Medalha de Mérito “GRAU OURO” da Câmara Municipal do Porto.

O IPT registrado sobre o abrigo das portarias citadas anteriormente adquirindo natureza de pessoas coletiva de utilidade pública dispensando então o registro de obrigações previstas no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro.

Com tudo, as IPSS's dispõem da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS) – que no caso do distrito do Porto denomina-se UDIPSS-PORTO – que se identifica como organização de cooperação entre as IPSS's que tem a missão de proteger o quadro de valores éticos e filosóficos que lhes é comum, dotando-as de modelos capazes de sustentar o seu desenvolvimento e a sua progressiva qualificação, através do apoio técnico, administrativo, contabilístico, jurídico, de formação e de promoção e defesa dos seus interesses e da população a que destinam.

A visão da UDIPSS-PORTO é promover o reforço do Setor Solidário em Portugal de forma sustentada, integrado numa rede de parceiros capazes de qualificar a intervenção social no distrito do Porto. Para atingir a missão a UDIPSS-PORTO parte dos princípios orientadores como: Empoderamento, funcionamento em parceria, formação e informação regulares, capacitação, valorização, cooperação, inovação, subsidiariedade, solidariedade, proximidade, igualdade de oportunidade, democraticidade, representatividade e descentralização.

E agora entrando como dado informativo referente as IPSS's, o Diário de Notícias publicou no dia 8 de Dezembro de 2010, uma nota sobre as IPSS's reportando que apesar da crise dos últimos dois anos as IPSS's do Distrito do Porto cresceram dez por cento e empregaram quinze mil trabalhadores. Os

dados foram anunciados pela UDIPSS-PORTO. De acordo com fontes da Lusa, até a referida data, “sessenta por cento das receitas das IPSS’s são do Estado, trinta e dois por cento de participações familiares e oito por cento de donativos”.

Para além da assistência social de solidariedade prestada pelas IPSS’s, os dados da UDIPSS-PORTO que foram atribuídos pela agência Lusa, indicam que o terceiro setor, mesmo em anos de crise, seguiu ainda empregando trabalhadores de diversas áreas ajudando a movimentar a economia do país e amenizando de certa forma o desemprego, ou seja, transcendendo, a proteção social das pessoas carentes, disfunções e marginalização, entre outros, as IPSS’s criaram empregos as classes trabalhadoras, que em tempos de crise, podem classificar-se como classes carentes.

As IPSS’s contam também com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), que são geridas basicamente por representantes da Igreja Católica e é a organização confederada das Instituições Particulares de Solidariedade Social que visa promover o desenvolvimento da ação das IPSS’s e preservar a identidade das mesmas dentro da esfera nacional.

A CNIS segue protocolos com o Estado de cooperação anuais celebrados entre o Ministério do Trabalho, Ministério das Finanças e da Solidariedade Social que tem o objetivo fixar os valores de participação financeira da Segurança Social relativo aos custos das respostas sociais apresentadas pelas entidades.

Sendo assim, relativamente a crianças e jovens a CNIS promove e garante, nomeadamente, em conjunto com as IPSS’s uma resposta social a infância e juventude com deficiência, crianças e jovens em situação de risco social e crianças e jovens. Essas respostas sociais configuram-se em programas que prestam serviços de utilidade pública como AMA⁹, creches, Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar, Centros de Atividades de Tempo

⁹ Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Livre, Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, Centro de Acolhimento Temporário, Apartamento de Automação e dentre outros.

Estas organizações, UDISS e CNIS, nasceram com o propósito de defender os interesses da IPSS's, servindo de apoio ao desenvolvimento destas Instituições que articulam-se com o Estado para atender as carências sociais. Sendo assim, as mesmas assumem junto com as IPSS's e com o Estado a responsabilidade de dar respostas a sociedade as necessidades que as desigualdades criam.

O sistema económico mundial de tempos em tempos alterna crises entre os continentes causando prejuízos que demoram a ser reparados por países economicamente mais fracos em determinado bloco continental. A crise afeta a distribuição de recursos financeiros que garantem políticas públicas essenciais a sociedade e isso cria uma desestruturação social através de “cortes” de verbas a determinadas entidades e serviços públicos de assistência social.

O terceiro setor é uma das alternativas que a sociedade civil desenvolveu como apoio para tentar suprir a carência que o Estado apresenta em destinadas áreas sociais. Porém, em países como Portugal que mais da metade do recurso financeiro do terceiro setor vêm do Estado, estas Instituições também ficam prejudicadas pela crise e em alguns casos acabam por encerrar suas atividades.

As classes populares de baixa renda dependem das “ferramentas” de assistência social do Estado e do apoio da sociedade civil para que se estabeleça condições de emancipação visando progresso e bem-estar social, portanto, quando essas “ferramentas” já não atendem mais as necessidades da população geram-se desigualdades que criam desemprego, fome e violência para não dizer outros.

6. INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO, “A SENZALA COLORIDA”

Com mais de cem anos de funcionamento o Instituto Profissional do Terço se firma na sociedade portuguesa, mais especificamente na cidade do Porto, como uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação na forma de Associação reconhecida como uma Instituição de utilidade pública pelo Decreto de Lei 22/071926. Ao longo desses anos o IPT dedica seus esforços em acolher menores do sexo masculinos carenciados que se encontrem em situação de risco, e com isso obriga-se a mover sua ação educativa onde tenta preparar crianças e jovens através de acompanhamentos psicológicos, educacionais, pedagógicos, culturais e sociais guiando-os para um encaminhamento de ensino geral, profissional ou artístico visando a reinserção familiar e social.

A cento e vinte anos atrás Delfim de Lima, comerciante de reconhecimento que na época exercia o cargo de Provedor da Ordem do Terço, funda em 24 de Novembro de 1891 o Asilo Profissional do Terço influenciado pelo juiz Dr. Francisco Augusto da Silva Leal. Desde sua fundação a Instituição tem o objetivo de oferecer acolhimento visando instrução e educação a infância e juventude a margem da violência, abandono e miséria. Devido a necessidade de regulamentação do funcionamento da Instituição, dois anos depois, em 22 de Junho de 1893, o Instituto estabelece seus primeiros Estatutos que foram aprovados pelo alvará do Governo Civil.

Com o passar dos anos o Asilo do Terço acabou por necessitar de mais instalações para realização do seu trabalho. Sendo assim, em 1891 dispunha da Irmandade do Terço, em 1892 o Edifício do Largo de Santa Clara, em 1894 o Convento de São Bento da Ave Maria, em 1899 o Edifício na rua da Rainha, em 1910 Palácio de Monfalin na rua do Triunfo e em 1919 o Edifício na Praça do Marquês de Pombal. Este último imóvel foi adquirido em 1927 na gestão do Diretor-Interno Florentino Borges e é onde se encontra a atual instalação que se localiza especificamente na Praça Marquês de Pombal, 103 4000-391 Porto.

Após uma ampliação realizada em 1935 no Edifício da Praça do Marquês, que resultou na construção de um pavilhão anexo, a Instituição neste período passou a abrigar 150 educandos. Com isso, o orçamento tornava-se alto para que sozinha a Instituição suprisse sua receita financeira. Com a criação do Ministério da Segurança Social a mesma passou então a receber apoios económicos e técnicos de co-participação do Estado.

Depois da aprovação do Estatuto em 5 Fevereiro de 1965, por despacho ministerial, o Asilo Profissional do Terço passa a se chamar INSTITUTO PROFISSINAL DO TERÇO (IPT) considerando-se uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação categorizando-se como Lar de Infância e Juventude (LIJ).

A Instituição em 1997 passou por um inquérito do Tribunal de Menores que constatou deficiências graves que acabou por exonerar os Corpos Sociais do período e retirou os meninos da guarda da Instituição. No ano seguinte uma Comissão Provisória de Gestão composta por uma equipe da Segurança Social ficou com a responsabilidade de abrir um processo eleitoral, porém essa eleição ficou marcada pela ausência de candidaturas para o devido cargo, com isso, a Instituição viu-se ameaçada a encerrar suas atividades.

Devido a uma iniciativa de ex-educandos, que elegeram mediante ato público os Corpos Sociais em 28 de Março de 2003, a nova gestão assumiu o IPT tendo pela frente objetivos como reorganização contabilística e financeira, recuperação e reconstrução das instalações que se encontravam degradadas e principalmente uma nova reflexão sobre a institucionalização de crianças e jovens acolhidas pela Instituição lançando mão da proposta de “Educar e Formar com Afetividade”.

Com referência em 2011, retrocedendo oito anos, que tem relação com o início da nova gestão, a Cultura Corporal e Desportiva tem um histórico de hegemonia desportiva. Antes de 2003 as práticas desportivas do IPT limitavam-se ao futebol salão como sendo a principal atividade tendo participações em algumas competições regionais. Depois de assumir a Instituição a nova direção introduziu o basquetebol, que veio a tornar-se o desporto mais praticado por influência do novo coordenador de atividades desportivas –

professor de Educação Física – que organizava e aplicava os treinos aos educandos.

O Instituto disponibiliza dois edifícios com dois andares cada. O primeiro é o edifício sede que se distribui em sala de reunião, secretária, recepção, gabinetes de Direção (representante da Mesa Administrativa), gabinete dos Educadores Sociais, gabinete de Serviços Sociais, biblioteca, Salão Delfim de Lima Silva Leal e Museu Silva Leal, gabinete da Psicologia, oratório, gabinete do Diretor Técnico, sala de informática, enfermaria, ATL, sala de estudos, arquivo morto e casas de banho. O segundo edifício, o Lar, se organiza em sala de convívio, sala de visita, sala de estudo, sala dos Ajudantes de Ação Educativa, refeitório e cozinha. Na cave encontram-se dispensas, rouparia, lavandaria, oficina e balneários. A estrutura disponibiliza onze quartos, sendo que, sete quartos contêm cinco camas e quatro quartos contêm seis camas onde alojam os educados.

Para além da estrutura descrita acima o IPT oferece ainda o Apartamento de Automação, que foi inaugurado em 3 de Fevereiro de 2007, que é uma moradia geminada de propriedade da Instituição que serve como transição para jovens que passaram pelos convívios do Instituto e que se encaminham para uma vida de sustentabilidade e competências com o objetivo de desenvolver autonomia.

Dispondo de toda a estrutura, tanto física quanto organizacional para intervenção social, o Instituto Profissional do Terço até 2011 acolhia 48 crianças e jovens do sexo masculino, dos 6 aos 18 anos, com prorrogação até aos 21 que estavam divididos em quatro grupos, 3 grupos de aproximadamente 13 crianças e jovens, e um grupo de 9 jovens que se encontram em fase de pré-autonomia. Desde Setembro de 2008, com assinatura do protocolo do plano DOM¹⁰, que é feita a gestão centralizada de vagas pela Segurança Social. Desta forma o IPT recebe preferencialmente jovens do distrito do Porto.

Para o processo de intervenção social com vistas na educação o IPT

¹⁰ O Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças, tem como objectivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

recorre a uma Equipe Técnica Educativa que assim é composta:

Coordenação geral:

- Diretor Técnico
- Diretor Técnico-Adjunto

Responsáveis pelo grupo A (pré-autonomia):

- Assistente Social
- Auxiliar de Ação Educativa

Responsáveis pelo grupo B (acolhimento):

- Educador Social
- 2 Auxiliares de Ação Educativa

Responsáveis pelo grupo C (acolhimento):

- Educadora Social
- 2 Auxiliares de Ação Educativa

Responsáveis pelo grupo D (acolhimento):

- Educador Social
- 2 Auxiliares de Ação Educativa

Responsável pelo Apartamento de Autonomia:

- Educador Social

Toda essa organização conta com serviços psicológicos que se dinamiza individualmente e em grupo para atender os educandos. E há ainda uma Equipe de Apoio que se configura da seguinte forma:

- Ajudante de Ação Educativa
- Secretário da Mesa Administrativa
- Secretaria
- Cozinha

- Costureira
- Lavandaria
- Auxiliar de Serviços Gerais
- Vigilantes noturnos

Até 2011 o quadro de funcionários do IPT totalizava 41 trabalhadores distribuídos em suas respectivas funções caracterizando a organização do Instituto que de maneira hierárquica assim ficam distribuídos:

MESA ADMINISTRATIVA

- **Provedor:** José Manuel Cadão Formosinho
- **Vice-Provedor:** José Alberto Varandas
- **Secretário:** José Maria Oliveira leitão
- **Tesoureiro:** Rogério do Carmo Pereira Pinto

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

- **Presidente:** João Baptista Vasconcelos Miranda Magalhães
- **Vice-Presidente:** Fernando José Pinto Seixas
- **1º Secretário:** José Manuel Moraes do Vale Soares
- **2º Secretário:** Lara Manuel Tavares da Fonseca e Silva Formosinho

CONSELHO FISCAL:

- **Presidente:** Paulo Miguel Matos Vallada
- **Secretário:** Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves
- **Relator:** António Abílio Ferreira da Silva Soares da Costa

Toda essa organização é necessária para garantir a existência do Instituto em aspectos legais, burocráticos, financeiros, educacionais e principalmente como Instituição que intervêm socialmente e que se considera de utilidade pública.

6.1. Direitos e proteção de crianças e jovens em perigo, “o refúgio da nação Zumbi”

A carência social em áreas como saúde, habitação, educação, cultura, lazer e principalmente na economia podem desestruturar o contexto civil que pela deficiências destas políticas públicas criam desigualdades gerando pobreza e miséria. A falta de assistência social atinge famílias necessitadas que acabam por ficar a margem da violência, abandono e marginalização tornando crianças e jovens herdeiros sem escolha do caos.

Portugal desenvolveu o diploma que salvaguarda os direitos e proteção a infância e juventude, como forma de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento promovendo direitos individuais, sociais, económicos e culturais sobre o abrigo da LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO¹¹ que vigorou em 01/01/2001 – Art.º 6.º da Lei n.º 147/99, Art.º 6.º da Lei n.º 166/99, de 14/9 e Art.º 4.º do Dec.-Lei n.º 323-D/2000, de 20/12. De acordo com Ramião (2010) o Estado responsabiliza-se por medidas adequadas à proteção da criança e jovens contra todas as formas de violência física ou mental, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, sendo que, quando a criança ou o jovem encontrando-se em privação de seu ambiente familiar tem o direito de proteção e assistências especiais do Estado entrado em um processo de adoção se necessário.

Incluído neste mesmo diploma observa-se no Capítulo II, *Intervenção para a promoção dos direitos e de proteção da criança e do jovem em perigo*,

¹¹ Alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto, publicada no D.R. n.º 193, Série I-A, de 22 de Agosto de 2003, alterações que entram em vigor em 22 de Setembro de 2003.

Seção I, *Modalidade de intervenção* o Art. 6.º, *Disposição geral*, que diz respeito a promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo que incumbe às entidades com competências em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos Tribunais.

No caso do IPT as duas entidades que mais atuam no processo de institucionalização de crianças e jovens é a CPCJ e o Tribunal de Família e Menores. Segundo o próprio site da CPCJ esta Instituição se define como oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e redefinir ou pôr termo a situação susceptível de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação, ou desenvolvimento integral e que apela para a participação ativa comunidade. Já o Tribunal de Família e Menores age diante uma situação extrema onde a criança ou do jovem tem que ser retirado do ambiente familiar por “força maior” frente a um processo judicial e administrativo.

Estas Instituições consideram que a criança e o jovem estão em perigo quando encontram-se em situação de abandono ou vivem entregues a si, sofrem maus tratos físicos, psíquicos ou são vítimas de abusos sexuais, não recebem cuidados adequados a sua idade e situação pessoal, sofre exploração de trabalho infantil, quando estão sujeitas de forma direta e indiretamente a comportamentos que afetam gravemente a segurança ou seu equilíbrio emocional e quando assumem comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem a saúde, segurança, educação ou desenvolvimento sem a oposição de pais ou responsáveis.

Sendo assim, é nesse momento que entra o trabalho de acolhimento de Instituições como IPT que segundo Ramião (2010) são pessoas singulares ou coletivas públicas, cooperativas sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, tem legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo, porém de modo consensual e com consentimento expresso de pais, representantes legais ou quem tenha de fato a guarda da criança ou do jovem, e a não oposição da criança ou do jovem com igual ou superior a 12 anos,

salvaguardando casos extremos que necessite da ação do Tribunal de Família e Menores.

Alguns exemplos de entidades que atuam nesta perspectiva de intervenção aos direitos, proteção, desenvolvimento e acolhimento a infância e juventude em Portugal são os Centros de acolhimento Temporário (CAT's), que responsabilizam-se por menores de 0 a 12 anos de idade e tem o objetivo de acolher crianças em curto espaço de tempo, dentro de um prazo máximo de 18 meses. O outro exemplo são os Lares de Infância e Juventude (LIJ's), onde se enquadra o IPT, que acolhem crianças e jovens dos 06 aos 18 anos podendo prorrogar até 21, sobre consentimento do Tribunal.

Através do sustento legal o terceiro setor se estabelece na sociedade portuguesa como mecanismo que se articula com o Estado na tentativa de apoiar e fazer o resgate do cidadão carenciado, que nesse caso são crianças e jovens que se encontram em situação de risco. A infância e a juventude dependem de representantes capazes de lutar cada vez mais pelos direitos de proteção ao menor onde se desenvolvam políticas preocupadas com a criança e o jovem antes de entrarem em situação de perigo.

6.2. Meninos do Terço, “os guerreiros flagelados”

Neste momento do trabalho decidiu-se caracterizar os dezesseis meninos que participaram do *Projeto Capoeira um Movimento...* com o objetivo de entender a institucionalização, com referência na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, e também para identificar o grupo que a Capoeira teve contato em nove meses de atuação.

Os nomes serão preservados em respeito ao direito de anonimato dos menores, sendo assim, cada menino será identificado por um “apelido”, alcunha, que na Capoeira este método foi utilizado para ocultar os verdadeiros nomes dos capoeiras que por muitos anos sofreram com a repressão e perseguição policial.

Pastinha:

- Data de nascimento: 05/06/1999, 13 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Família e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Abandono ou entrega a si próprio e sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe, adequada.
- Acompanhamento externo: psicológico
- Problemas comportamentais: episódio de violência.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 5º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa escolhas.
- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: IPT e SAOM.

Bimba:

- Data de nascimento: 01/05/1999, 13 anos, não possui irmãos
Distrito: Porto nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 17/03/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Maus tratos físicos, psicológicos ou abusos sexuais e sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe e outros desadequada.
- Acompanhamento externo: psicológico, cuidados de saúde.
- Problemas comportamentais: não.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 4º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa escolhas.
- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: IPT e SAOM.

Feijão:

- Data de nascimento: 24/09/1999, 13 anos, possui um irmão
Distrito: Setubal (Almada), nacionalidade:
- Data de entrada no IPT: 00/11/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Familiar e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe, adequada.
- Acompanhamento externo: não.
- Problemas comportamentais: não.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 4º ano.
- Atividades extra-curricular: inglês, atividades desportivas (natação), Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT e EMAT de Lisboa.

Museu:

- Data de nascimento: 28/05/1999, 13 anos, não possui irmãos
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 01/09/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Familiar e Menores
- Motivo de Institucionalização: Abandono ou entrega a si próprio, sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional e toxicodependência por parte da progenitora.
- Retaguarda familiar: mãe, desadequada.
- Acompanhamento externo: psicológico.
- Problemas comportamentais: não.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 6º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas.
- Projeto de vida: automomização.
- Plano de cooperação individual: IPT e PIAM.

Linguíça:

- Data de nascimento: 09/08/1998, 14 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 30/11/2004 data de saída: 00/07/2011.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Maus tratos físicos, psíquicos ou abusos sexuais e sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe e outros, adequada.
- Acompanhamento externo: não.
- Problemas comportamentais: não.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 6º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: não possui. CPCJ para reunificação familiar.

Tijolo:

- Data de nascimento: 30/09/1998, 14 anos, possui um irmão
Distrito: Porto (Gondomar), nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 07/09/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Abandono ou entrega a si próprio, sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional e absentismo escolar e alcoolismo do progenitor.
- Retaguarda familiar: mãe e pai, adequada.
- Acompanhamento externo: não.
- Problemas comportamentais: consumo de drogas e episódio de violência.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 6º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas.

- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT.

Perna:

- Data de nascimento: 16/10/1997, 15 anos, não possui irmãos
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 27/02/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal Familiar e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Abandono ou entrega a si próprio, sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional, assume comportamentos, atividades ou consumos que afetam o seu desenvolvimento integral, abandono escolar e pequenos furtos.
- Retaguarda familiar: pai e outros, adequada.
- Acompanhamento externo: cuidados de saúde.
- Problemas comportamentais: desafio à autoridade.
- Grau de escolaridade: ensino especial, 7º ano – currículo especial.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas, bombeiros voluntários do Porto.
- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: IPT, SAOM e Escola Augusto Gil.

Compasso:

- Data de nascimento: 14/01/1997, anos 15, não possui irmãos
Distrito: Porto nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 26/04/2010 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal Familiar e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Maus tratos físicos, psíquicos, ou abusos sexuais Abandono ou entrega a si próprio, sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional e alcoolismo do progenitor e relacionamento conflituoso entre o casal.
- Retaguarda familiar: mãe e pai, desadequada.

- Acompanhamento externo: psicológicos.
- Problemas comportamentais: fugas, consumo de drogas e desafio à autoridade.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 6º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas.
- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: IPT e in-out (Fundação Filos).

Borracha:

- Data de nascimento: 18/08/2002, 08 anos, possui dois irmãos
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 00/03/2009 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Familiar e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional e carência económica.
- Retaguarda familiar: mãe, desadequada.
- Acompanhamento externo: não.
- Problemas comportamentais: absentismo escolar.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 2.º ano.
- Atividades extra-curricular: nenhuma.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: não possui.

Espirro Mirim:

- Data de nascimento: 06/01/2000, 11 anos, não possui irmãos
Distrito: Porto, nacionalidade: cabo verdiano.
- Data de entrada no IPT: 07/06/2010 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Familiar e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: outros, desadequada.
- Acompanhamento externo: não possui.

- Problemas comportamentais: não possui.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 4.º ano.
- Atividades extra-curricular: informática e Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT, Lar Rosa Santos e EMAT.

Dão:

- Data de nascimento: 05/02/1999, 12 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 09/06/2006 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe, adequada.
- Acompanhamento externo: não possui.
- Problemas comportamentais: não possui.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 5.º ano.
- Atividades extra-curricular: Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: Ação Social de Paços de Ferreira

Caju:

- Data de nascimento: 19/07/1997, 13 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: brasileira.
- Data de entrada no IPT: 09/10/2002 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional e assume comportamentosl.
- Retaguarda familiar: mãe, adequada.
- Acompanhamento externo: não possui.
- Problemas comportamentais: desafio à autoridade.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 7.º ano.

- Atividades extra-curricular: informática e Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT.

Sargento:

- Data de nascimento: 08/07/1999, 15 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: brasileira.
- Data de entrada no IPT: 09/10/2002 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: mãe, adequada.
- Acompanhamento externo: não possui.
- Problemas comportamentais: não possui.
- Grau de escolaridade: ensino profissional, instalação e reparação de sistemas informáticos.
- Atividades extra-curricular: informática e Programa Escolhas.
- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT.

Caico:

- Data de nascimento: 15/04/1993, 17 anos, não possui irmãos
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 06/11/2008 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional.
- Retaguarda familiar: outros, desadequada.
- Acompanhamento externo: não possui.
- Problemas comportamentais: absentismo escolar.
- Grau de escolaridade: ensino profissional, curso de carpintaria.
- Atividades extra-curricular: não possui.

- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: não possui.

Capitão Gancho:

- Data de nascimento: 14/06/1994, 16 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 00/09/2003 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: Tribunal de Família e Menores.
- Motivo de Institucionalização: Abandono ou entrega a si próprio, sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional, família disfuncional apresenta com suspeita de comportamentos desviantes (prostituição).
- Retaguarda familiar: mãe, desadequada.
- Acompanhamento externo: psicológico.
- Problemas comportamentais: não possui.
- Grau de escolaridade: ensino profissional, curso de cozinha.
- Atividades extra-curricular: informática e Programa Escolhas.
- Projeto de vida: autonomização.
- Plano de cooperação individual: IPT e SAOM.

Chaleira:

- Data de nascimento: 10/12/1994, 16 anos, possui um irmão
Distrito: Porto, nacionalidade: portuguesa.
- Data de entrada no IPT: 06/06/2006 data de saída: xx/xx/xx.
- Entidade encaminhadora: CPCJ.
- Motivo de Institucionalização: Sujeito de forma direta ou indireta a comportamentos que afetam a sua segurança ou equilíbrio emocional, toxicodependência por parte da progenitora.
- Retaguarda familiar: mãe, desadequada.
- Acompanhamento externo: não possui.
- Problemas comportamentais: não possui.
- Grau de escolaridade: ensino regular, 9.º ano.
- Atividades extra-curricular: ginásio e Programa Escolhas.

- Projeto de vida: reintegração familiar.
- Plano de cooperação individual: IPT e Junta de Freguesia e Ação Social.

O Regulamento Interno da Instituição estabelece uma rotina de funcionamento durante todo ano e diariamente aos seus educandos que seguem os seguintes horários:

De 2^a a 6^a feira, em período letivo:

- 7H00: Levantar
- 07H30 às 08H30 – Pequeno-almoço
- 12H30 às 14H00 – Almoço
- 16H00 às 16H30 – Lanche (serviço prolongado pelos horários escolares)
- 16H00 às 18H00 – 1º Momento de estudo
- 18H00 – Banho
- 19H00 – Jantar
- 19H45 às 20H30 – 2º Momento de estudo
- 21H00 – Ceia
- 21H30 – DEITAR 1º TURNO
- 22H30 – DEITAR 2º TURNO
- 23H00 – DEITAR 3º TURNO (Pré-autonomia)

Aos fins-de-semana e interrupções letivas a Instituição mantém-se aberta para todos aqueles que por motivos vários (proibição do tribunal, sem retaguarda familiar, distância geográfica significativa, continuarem expostos a riscos pelas famílias), não possam passar o fim-de-semana com a família então os educando seguem horários adaptados aos fins-de-semana.

- 8H30 - 9H00 – Levantar
- 8H30 às 10H00 – Pequeno-almoço

- 12H30 – Almoço
- 16H00 – Lanche
- 19H00 – Jantar
- Deitar
- Sexta e Sábado: 23H00
- Domingo aplica-se o horário da semana

Respectivamente a visitas, os familiares podem visitar as crianças e jovens, tendo apenas que respeitar os horários escolares, refeições e deitar. A partir das 19H00, por questões de funcionamento interno, não são permitidas visitas salvo algumas exceções previamente comunicadas, (horário laboral dos familiares). Ao fim de semana são permitidas visitas ao IPT desde que previamente acordadas com os técnicos de serviço. Já as visitas de amigos terão que solicitar autorização e estes devem respeitar as regras da Instituição utilizando as áreas de convívio.

As crianças e jovens que nos fins-de-semana não permanecem no IPT, por estarem com seus familiares, saem às sextas-feiras, no fim das atividades letivas e/ou ao sábado durante o dia. O regresso deverá ocorrer preferencialmente ao Domingo até às 19 horas ou à segunda-feira diretos para a escola, sem atraso na entrada nas aulas.

Os períodos de férias estão contemplados no calendário escolar estabelecido pelo Ministério da Educação e pelos Centros de Formação. Darão início às suas férias a partir do fim das aulas e de acordo com a situação familiar de cada criança ou jovem.

6.3. Estatuto, Modelo Sócio Educativo e Regulamento Interno, “a estratégia do jogo”

Para lidar com uma realidade como a do IPT, onde a Instituição compromete-se em dar respostas sociais de intervenção que visam reinserção familiar e social, formação e desenvolvimento educacional é necessário que se trace estratégias, planeamentos, objetivos, missão e que se estabeleça uma orgânica interna.

Foram disponibilizados para consulta local o Estatuto Interno, o Plano Sócio Educativo e o Regulamento Interno do IPT para que pudessem constar neste trabalho de maneira a dar entendimento como o Instituto funciona em termos burocráticos e de planeamento para sua intervenção. A análise desses documentos tem o objetivo de perceber qual é a política reservada a Cultura Corporal e Desportiva da Instituição. Sucintamente serão citados os pontos de maior interesse para a pesquisa.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal estipula que para a existência de uma Instituição Particular de Solidariedade Social é necessário que se desenvolvam estatutos que regulem o funcionamento das mesmas. Para além do estatuto das IPSS's existem regulamentos específicos de cada IPSS que se organizam de acordo com a pormenorização da própria Instituição.

Depois de assumir a gestão do IPT, os novos Corpos Sociais solicitaram mediante ao ofício nº. 1625, de 03/03/2010, uma substituição dos antigos estatutos internos com o intuito reformulação e adequação a nova realidade da Instituição. Sendo assim, ficaram estipulados os novos regulamentos que regem o funcionamento da Instituição podendo destacar a parte referente a Cultura Corporal e Desportiva como fração de interesse a pesquisa.

Sendo assim, a reserva para a Cultura Corporal e Desportiva do Estatuto Interno entra no Capítulo V, *Dos Educandos*, Art. 54^o, onde se enquadram as

modalidades de ação educativa de acordo com o Projeto Educativo prevendo como práticas pedagógicas, a tecnologia, as artes, a profissionalização e o desporto como mecanismo de intervenção, desenvolvimento e educação. O Art. 57º salvaguarda recompensas aos educandos que apresentam bom rendimento escolar e comportamento, e também como incentivo a elevar a auto-estima os educandos recebem bolsas para cursos criativos, artísticos, lúdicos ou desportivos.

O Modelo Sócio Educativo do IPT lança como principais objetivos a “Educação e Formação com Afetividade” a “Educação para a Cidadania” e a “Educação para a Autonomia”, sendo assim, estes são os preceitos que vão balizar a ação pedagógica do Instituto. Dentro desta espera educativa de intervenção surgem objetivos específicos que abrem um “leque” de questões a serem trabalhadas desde o acolhimento, Plano Sócio Educativo Individual do educando até um novo planeamento familiar.

Como estratégias de intervenção, dentro da perspectiva educativa, a Instituição considera que a Cultura Corporal e Desportiva entra no Modelo Sócio Educativo como mais um recurso de socialização, de aquisição de regras, disciplina e cooperação. O projeto da Capoeira conseguiu proporcionar momentos de atividade da Cultura Corporal entre os anos de 2010 e 2011, pois nesse período o Instituto passava por reformas em suas instalações e, com isso, as crianças e jovens do IPT perderam o ringue que utilizavam para a prática de atividades corporais. A Capoeira nesse período funcionou como alternativa para promover movimento e cultura diante de uma realidade limitada.

Outra medida tomada para oferecer ações culturais, corporais, lúdicas e outras foi a organização e realização de atividades de ocupação dos tempos livres, que ficou sobre a responsabilidade dos Técnicos, Equipe Educativa e do *Programa ESCOLHAS*¹², que organizam-se para promover práticas partilhadas

¹² O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos

com as crianças e jovens da comunidade, tornando essa ação socializadora aos educandos do IPT.

A Cultura Corporal e Desportiva faz parte do processo avaliativo do Modelo Sócio Educativo do IPT. Para esta avaliação são usadas as reuniões de cada grupo e da equipe, a recolha de opiniões de todos os elementos da equipe, bem como em reuniões com as crianças e jovens, tornando-os intervenientes ativos do processo. Os instrumentos de trabalho mais significativos na avaliação são os Planos Sócios Educativos Individuais, que permitem avaliar todas as atividades postas em prática junto de cada criança ou jovem.

O Regulamento Interno estrutura-se de forma a caracterizar e guiar todo o funcionamento da Instituição. De início observa-se o objetivo geral que se define em acolher, educar e formar menores do sexo masculino que se encontrem em situações de risco (social, psicológico e físico) e trabalhar a autonomia.

A rotina de vida de crianças e jovens do IPT, enquanto estiverem institucionalizadas, são organizadas conforme descreve o Regulamento Interno. Com isso, se estabelecem regras que deverão ser cumpridas pelos educandos com o intuito de despertar para a organização do Instituto e para as condições da vida em sociedade. A disposição dessas regras fica em organização do espaço, gestão corrente dos bens, afixação de metas entre outros. E ainda dentro do Regulamento Interno estão instituídos os direitos e deveres que alargam-se as crianças e jovens, as famílias, equipe técnica, equipe educativa e equipe de apoio.

O que consta no Regulamento Interno em relação a Cultura Corporal e Desportiva descrimina-se na parte que diz respeito a *Intervenientes, Competências, Responsabilidades e Gestão do Processo Educativo* que expõe

socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

como proposta educativa conceber, planificar e dinamizar campanhas preventivas de educação básica e de adultos jovens, de educação para a saúde, de planeamento e formação familiar e outras atividades de carácter cultural, educativo, recreativo e ocupação de tempos livres. Como propostas extras apresentam-se as *Atividades a Desenvolver* que são as dinamizadas com entidades parceiras, que nesse caso fica a cargo do Programa Escolhas.

A vida em sociedade modifica-se a cada dia, a realidade em momentos mostra-se incerta e quando o objetivo é lidar com realidades problemáticas exige-se um planeamento muito bem estudo para que minimizem as dificuldades que vão surgindo com o presente.

7. CAPOEIRA, “A RESITÊNCIA AINDA NÃO ACABOU”

Este capítulo aborda a Capoeira diante de aspectos como o histórico que tem objetivo de dar noção do processo de suas origens. Vai relatar a presença lusitana na Capoeira no Brasil, julgando importante este registro para demonstrar a participação e a identificação com a mesma pelo descendente colonizador. A parte dedicada a caracterização faz-se necessária pelo fato de oferecer uma percepção de como a Capoeira durante sua caminhada até os dias atuais se reconfigurou de acordo com a necessidade de cada momento. Surge também o tema da violência que apresenta-se como contra-ponto a ser discutido dentro do contexto de uma luta. Por fim, a pedagogia do berimbau, a educação popular, o aprendizado da vida, um saber que não nasceu institucionalizado, mas sim uma cultura que se fez resistente.

7.1. O jogo duro da história

Com a chegada dos colonizadores portugueses no continente latino-americano, mais especificamente em uma parte do continente que depois foi chamada de Brasil, logo que pisaram em solo firme se deram conta que se tratava de terras abundantes em recursos naturais e que aparentavam ter dimensões inimagináveis. Porém os recém chegados descobriram em pouco tempo que aquele lugar já era habitado pelos nomeados índios, nome dado pelos portugueses aos habitantes que ali se encontravam.

As novas terras tinham que ser exploradas e nesse caso teria que haver muita mão-de-obra para melhor aproveitar toda aquela riqueza que ali estava. Houve uma tentativa de utilização da mão-de-obra dos nativos, no caso os índios, os próprios donos de todas aquelas terras. Isso se deu de maneira a transformá-los escravos. Foi aí que os colonizadores perceberam que essa ação não ia funcionar por motivos óbvios.

Os conquistadores lusitanos tiveram a ideia de trazer para as novas terras alguém que não as conhecesse e ainda ficasse sobre seu total domínio, e nesse caso os dominados escolhidos foram os povos de tribos africanas. Esse domínio se deu através de muita violência, porque essas pessoas foram “arrancas” de sua terra natal de forma truculenta. Aí um processo de escravização dos negros toma a rota de travessia do atlântico.

Os negros trazidos da África que chegavam ao Brasil, viajantes agrilhoados dos navios negreiros que navegavam o atlântico em longas viagens desumanas, eram recebidos como mercadoria, moeda de troca. Depois de serem comercializados os africanos eram obrigados a trabalhar na agricultura nas grandes fazendas e na extração de minério pelo Brasil a fora diante de condições extremas de trabalho e tendo que suportar todos os tipos de maus tratos e humilhações.

Dentro de tal situação os negros escravizados organizaram formas inteligentes de resistência e uma delas no decorrer de sua criação misturou música, dança, expressão corporal, tradições religiosas, agilidade, força, raciocínio, luta, brincadeira e tudo isso camuflado em um jogo perfeito que foi chamado de **CAPOEIRA**¹³.

Ao longo de sua história a Capoeira passou por momentos marcantes, como quando foi proibida e marginalizada, durante o Brasil República final do século XIX, um período que ficou conhecido como a República Velha sobre o governo dos militares e é nessa época que a Capoeira entra para o código penal brasileiro. Quem fosse apanhado praticando Capoeira tinha que cumprir pena em regime prisional fechado de seis meses a um ano.

Mesmo assim a Capoeira continuou resistindo aos seus opressores criando e recriando maneiras de se “esquivar” da repressão. Foi quando, no século XX, em meio a Revolução de 1930, no início do Novo Estado, na Era

¹³ Dicionário da Capoeira: No Brasil deriva do tupi-guarani que quer dizer mato fino que cresceu onde foi derrubada a mata virgem. Já no português de Portugal é uma espécie de cesto fechado ou gaiola de taquara ou bambu onde se criam ou se alojam provisoriamente capões e outras aves domésticas. A luta brasileira acabou ganhando esse nome em função das atividades que os negros escravizados faziam como por exemplo derrubar a mata virgem para o plantio da cana-de-açúcar e café e também por serem os carregadores dos cestos (capoeira) que levavam as aves para o comércio nas feiras.

Vargas, ela sai do código penal por uma manobra política da época que a transformou de uma prática marginal para legal, dita aceita pela sociedade com uma nova roupagem acadêmica e esportivizada e assim inserida em contextos como escolas, clubes, academias e Universidades, ou seja, tornando-se institucionalizada.

Desde antes da década de 1930 a Capoeira já passava por modificações em relação aos métodos de ensino aprendizagem, hierarquia, eficiência como luta, tradições/costumes e principalmente estilos. Dentro dessa esfera, a Capoeira se dividiu em Capoeira Angola, com seu principal defensor *Vicente Ferreira Pastinha (Mestre Pastinha)* e a Capoeira Regional com seu então criador *Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba)*. Essas duas linhas ou estilos se mantêm até os dias atuais e se configurando em Capoeira Angola, um estilo que se considera mais tradicional e a Capoeira Regional que apresenta-se como uma Capoeira contemporânea adquirindo características esportivizadas.

Hoje a Capoeira está muito difundida no Brasil e fora dele. É objeto de estudo em diversas áreas e também utilizada com várias finalidades, dentro de um contexto de enquadramento cultural. Alguns exemplos de utilização se encontram em escolas como forma pedagógica podendo auxiliar no processo de formação do indivíduo para a sociedade que ele está inserido, como intercâmbio cultural em diferentes culturas, como prática lúdica e de lazer em clubes, academias, ginásios, praças, parques, como meio profissionalizante e é considerada um dos principais meios de divulgação da língua portuguesa pelo mundo.

Todo esse misto fez com que a Capoeira se tornasse o principal símbolo de resistência negra no Brasil e ainda vir a ser reconhecida como patrimônio imaterial da nação brasileira, e mesmo antes disso, se espalhou pelo mundo criando adeptos de uma cultura que resistiu ao sistema opressor!

Falando agora da popularidade da Capoeira e sua aderência por indivíduos de outras nacionalidades, não poderia deixar passar a participação lusitana no jogo da Capoeira. A imigração portuguesa no Brasil entrou na roda

para gingar no ritmo do berimbau e marcar sua história no mundo da *Capoeiragem*.

7.2. Os lusitanos entram na roda

Por questões de informação e até mesmo de embasamento histórico da Capoeira, Soares (1994) relata sobre a participação de imigrantes portugueses em alguns períodos que marcaram época no decorrer do histórico da Capoeira no Brasil e alguns exemplos são:

Em 26 de Novembro de 1860 o jovem imigrante português Gregório da Rocha Moreira de 17 anos, profissão: sapateiro, natural do Porto deu entrada na Casa de Detenção da Corte. Seu crime: Capoeira. Retomou sua liberdade cinco meses depois, em 20 de Abril de 1861.

Em 9 de Agosto de 1890, chega ao Ministério das Relações Exteriores uma correspondência remetida pela embaixada portuguesa no Brasil. Nesta carta havia assinaturas dos mais importantes comerciantes, incluindo a assinatura de Joaquim José do Reis, comerciante que usufruía de uma das maiores fortunas da cidade do Rio de Janeiro. Na carta constava um protesto diplomático, por parte dos mesmos, denunciando a prisão e possível deportação do súbdito português António Joaquim Pereira Martins, 29 anos nascido em Braga. Seu crime: Capoeira e “gatuno” (ladrão). Foi preso em 12 Julho de 1890.

O caso mais famoso é o de José Elísio dos Reis, conhecido como o famoso Juca Reis, filho de um dos mais ricos representantes da colónia lusa no Rio de Janeiro, o conde de São Salvador de Matosinhos. Juca Reis foi preso e enviado a Fernando de Noronha em 1 de Maio de 1890 pelos crimes de ladroagem e prática de Capoeira. Seu caso repercutiu tanto, que chegou a envolver até a Sua Excelentíssima Majestade, o Rei de Portugal em favor do saudoso lusitano ilegal.

Estes três relatos breves serviram para demonstrar rapidamente o envolvimento do imigrante português nas *maltas*¹⁴ de Capoeira no Rio de Janeiro do final do século XIX.

A sociedade e todo o sistema governamental e político da época julgavam as maltas redutos de marginais desordeiros, desocupados que roubavam, matavam e criavam confusões pelo Rio de Janeiro a fora. Estes grupos tinham como integrantes os negros de descendência escravizada, que depois de libertos foram “presenteados” com as ruas e os cortiços do Rio, e além dos descendentes de escravos, também compunham esses mesmos bandos homens livres pobres.

Através dos exemplos citados anteriormente, percebe-se curiosamente a participação lusitana nas tais maltas, que mediante as descrições de Soares eram pessoas que tinham profissão e influentes na sociedade do Rio de Janeiro e até mesmo pela Excelentíssima Corte Portuguesa. Isso então, remete ao questionamento: Por que indivíduos como esses, imigrantes portugueses, “influentes” e “trabalhadores”, se integravam as maltas de Capoeiras, que eram grupos repugnados pela sociedade e perseguidos pelo sistema?

Neste momento a intenção não é aprofundar no assunto das maltas, mesmo porque esta discussão Carlos Eugênio Líbano Soares fez em sua obra intitulada *“A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro”*.

Como o presente trabalho e principalmente a Capoeira – na prática – ambos foram desenvolvidos dentro da realidade da sociedade portuguesa, é valido dedicar dados informativos de que a história da Capoeira teve um período reservado a participação da imigração lusitana.

A Capoeira por se tratar de um fenómeno da cultura popular, que esteve sempre presente no quotidiano das camadas populares mais simples, principalmente do Rio de Janeiro e Nordeste brasileiro, ela se mostrou como uma prática que envolvia elementos de identidade popular, a música, a

¹⁴ Maltas: s.m. organizações criminosas de carácter marginal compostas por capoeiristas. (LIMA, 2005, p., 98)

expressão corporal, a dança, a brincadeira e principalmente como luta brasileira, isso tornava a Capoeira um atrativo para aqueles que se contagiavam com o seu jogo sensual e envolvente.

Depois da sua legalidade, a Capoeira passou, e ainda passa, por um processo de caracterização de sua prática dentro de seu próprio universo específico e também diante da visibilidade social que cobra uma definição sobre seus aspectos de modo geral.

7.3. Capoeira... luta, dança ou brincadeira?

Muitas dúvidas ainda surgem quando se quer definir a Capoeira dentro de alguma categoria ou até mesmo dentro do seu próprio contexto. Com isso, surgem logo algumas perguntas como:

- Luta-se capoeira?
- Dança-se capoeira?
- Joga-se capoeira?
- Capoeira é arte marcial ou é brincadeira?
- Capoeira é brasileira ou africana?

Estas perguntas são corriqueiras mesmo ainda no Brasil e quando se trata do exterior isso se confunde ainda mais.

O interessante é que desde quando a Capoeira foi criada ela se moldou ao longo da história em função de uma adequação com o momento vigente. Por exemplo, no período do Brasil Colônia quando o negro fugia das grandes

fazendas dos senhores de engenho ou dos locais de mineração, consequentemente fugindo dos maus tratos causados pelos seus opressores, com essa situação o negro escravizado escondia-se na mata e então o *capitão do mato*¹⁵ ia em sua captura e aí quando se encontravam muitas vezes havia grande resistência por parte do negro fugido que usava o seu corpo como “arma” e forma de defesa pessoal, expressando movimentos que foram dando origem a Capoeira.

Outro exemplo é a utilização da Capoeira em movimentos políticos no Rio de Janeiro no final do século XIX quando a cidade era sitiada por dois grandes grupos, *nagoas* e *guaimus*¹⁶, as já citadas maltas, que tinham suas áreas delimitadas e intransponíveis por ambos os grupos. Soares (1994) relata que nesse período no Rio de Janeiro existia um conflito político-partidário entre liberais e conservadores – partidos políticos do período – e cada malta de *capoeiras*, assim chamados os que praticavam Capoeira, então se filiou ou se firmou há um partido. Guaimus aos liberais e os nagoas aos conservadores. Para consolidar o fato Soares (1994) cita Magalhães que afirma:

Aos poucos os capoeiras foram se agrupando, a ponto de constituírem duas “nações”; a dos “guaimus” e dos “nagôs”, que mantinham entre si rivalidade intransigente, fazendo guerra uma à outra. (...) Uma das “nações” se ligara aos conservadores, e outra aos liberais. Assim, quando eram perseguidos, os “guaimus” folgavam as costas dos “nagôs” e vice-versa. (Magalhães, 1957, p., 183)

¹⁵ Dicionário da Capoeira: capitão-do-mato – s.m. indivíduo (em muitos casos negro ou de descendência negra) que se dedicava à captura dos negros escravizados fugidos.

¹⁶ Significado literal: Guaiamus nome de origem indígena tupi-guarani (Qua-ya = aquele que mora no buraco) que se referia a um tipo de crustáceo, (caranguejo/sirí de uma só unha) muito comum no Brasil. Porém os indivíduos que faziam parte dessa malta tinham esse nome por conta de alguns motivos como, a região onde os mesmos indivíduos se encontravam ou dominavam, era uma região de mangues que existia uma maior proliferação do crustáceo, e então, criando hipóteses, surge o nome por questões de localização. Outro significado também é uma ruptura do nome Guaiamum para Guara-m-um, também de origem tupi, que designava sujeito negro, escuro... é encontrado nas praias e pântanos da ilha do Governador e do continente. (SOARES, 1994, p., 46)

Nagoas = Nagô: Nome africano que se dá ao iorubano ou todo negro da Costa dos Escravos que falava ou entendia o dialeto lorubá das regiões de Benin e Nigéria. Esses negros eram conhecidos também por manter suas tradições africanas trazidas consigo da África. A presença desses negros nesta malta fez com que então originasse o nome. (LIMA, 2005, p., 103)

E ainda, dependendo qual partido fosse ao governo a perseguição era mais dura a malta contraria ao regime.

Neste caso a Capoeira tomou um carácter ação coletiva, porém marginalizada, e ainda era utilizada como frente de combate entre grupos rivais em conflitos urbanos numa cidade sitiada por influências e idealismo político-partidário que se aproveitava do conflito pré-existente entre os grupos para ganhar campo, no sentido geográfico, votos e literalmente força.

Chegando agora em um modelo contemporâneo, o capitalismo se apropriou da Capoeira vendo nesta prática a possibilidade de movimentação económica, fazendo com que o fenómeno adquirisse um formato de readaptação ao sistema económico em vigor. Sendo assim, cabe nesse momento citar São João et al (2008):

A capoeira mostra uma história bastante peculiar, que caminha passo a passo com as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, transitando de uma prática criminalizada, pertencente ao universo cultural dos escravos no Brasil colonial, para posteriormente, adaptar-se às características mercantilistas vigentes na sociedade contemporânea em geral. É esse movimento que nos interessa fundamentalmente, por ter encerrado nesta manifestação, uma formatação desportiva, imprópria em relação a sua origem, mas que guarda mediações importantes com a sociedade em transformação que a impulsiona a mudar concomitantemente. (São João, 2008, p., 2)

Com a massificação das culturas populares por parte do processo mercantil, ou seja, pela indústria cultural, a Capoeira ganhou visibilidade pelos meios de comunicação de modo geral que apresentam sua imagem como espectáculo acrobático, atividade desportivizada e em alguns casos como prática violenta.

A cultura popular está imbuída de significados e tradições que fazem parte de um universo histórico e de identificação popular. A massificação mercadológica deste tipo de cultura, que nesse caso é a Capoeira, pode fazer com que valores culturais, de fundamentos, históricos, entre outros se percam

ou se descaracterizem com uma imagem reducionista do movimento popular por simplesmente cumprir com exigências de mercado.

Julga-se prepotência para este estudo definir o que é Capoeira, dar-lhe uma característica. Um fenómeno que é tão carregado de símbolos e significados populares e que está enraizado na cultura popular, cabe se não ao próprio povo falar sobre ele, deixar que os Mestres, que por muito tempo dedicaram suas vidas na transmissão desse conhecimento, então o “definir”!

*Aê me chamaram pra roda
Vai ter brincadeira
Esse jogo valente é da natureza
Um instinto que o homem
Responde com o corpo
Ela traz fundamento
Da sua história
Que sobrevive até hoje
Pois é arte do povo
E capoeira....e capoeirá
Ela é dança é luta
Pois é...
(música de Carolina Soares)*

*Esse negocio de dizer que a
capoeira
E somente brincadeira
Isso tudo é ilusão
A capoeira ela é luta brasileira
Que nasceu foi dos escravos
No tempo da escravidão*

*Berimbau toca e meu corpo se
arrepia
Eu jogo com alegria
Muita garra e emoção
A capoeira ela é arte e poesia
Se achar que não é luta
Vem pra roda meu irmão
(música de Mestre Barrão)*

*Eh capoeira ai aia
É um jogo que balança o corpo pra
lá e pra cá
Eu falei Capoeira ai ai
Eh capoeira ai aia
Entrou pra historia
No Brasil colonial
Lutou em batalhas
Virou luta nacional
E deu volta ao mundo
E o mundo virou*

*Em terras alheias
a todos encantou
(domínio público)*

*Capoeira, é defesa, ataque
a ginga de corpo e a malandragem,
Capoeira
é defesa, ataque
a ginga de corpo e a malandragem
(domínio público)*

*Navio negreiro
Tumba flutuante
Terra mãe distante
Dor e desespero
(música de Mestre Toni Vargas)*

*Ele veio vestido com a noite
As estrelas a lhe iluminar
Tem a força do luar nas entranhas
E a força dada pelos orixas
(músicas de Mestre Toni Vargas)*

“A Capoeira não é uma proposta de regulação do homem em relação ao sentido da vida e da transcendência humana, a ação é livre para criar ou recriar sem, no entanto, buscar solucionar as conclusões em suas causas primárias, e assim a Capoeira assume seu caráter de arte.” (Mestre Zulu)

*“Luta disfarçada em dança, dança em forma de luta, brincadeira de jogar. É o jogo da música, da dança, da luta, da brincadeira, do movimento que traduz para o corpo a linguagem da cultura miscigenada afro-brasileira. Cultura essa que deu origem à palavra CAPOEIRA.”
(Compasso)*

*“Na Capoeira, os contendores não são adversários, são “camaradas”. Não lutam, fingem lutar. Procuram - genialmente - dar a visão artística de um combate acima do espírito de competição. Há neles um sentido de beleza. O Capoeira é um artista é um atleta, um jogador é um poeta.”
(Luciano Milani)*

*“Capoeira é “Tudo” que a boca come...diz o grande Pastinha...Capoeira só é a Capoeira quando não se rotula...”
(Mestre Pastinha)*

7.4. Violência, “um golpe sem esquivo”

A Capoeira desde suas origens e durante seu percorrido histórico, conviveu com a violência. Começando pelo negro escravizado “arrancado” de sua terra natal de forma truculenta, como foi citado anteriormente. Já em solo brasileiro, os mesmos negros, sofreram com os maus tratos dos opressores colonizadores que exploraram sua mão-de-obra no trabalho com a agricultura e

na mineração. Exploração corporal de todos os tipos e ainda os tiranizados eram “motivados” pelas chicotadas do *feitor*¹⁷ e pelos dias de “descansando” no *tronco*¹⁸. No Rio de Janeiro as maltas travavam verdadeiras guerras urbanas pela disputa geográfica da cidade, e somado a isso, existia a oposição social e perseguições policiais para tentar acabar com as facções.

A violência esteve presente no caminho percorrido pela Capoeira. Depois de sua legalização na década de 1930, Era Vargas, ela passou a ser tolerada e sofreu transformações para satisfazer com moldes de aceitação social saindo assim da marginalidade e se tornando legal e dita aceita. É nesse momento que entra a contribuição com a Capoeira de *Manuel dos Reis Machado (Mestre Bimba)*, criador da Capoeira Regional, que sistematizou os métodos de ensino aprendizagem da Capoeira e passou a ministrar aulas em recintos fechados como, escolas, ginásios, academias e Universidades.

Com o fim da perseguição por parte do sistema político e policial a questão da violência contra os capoeiras se amenizou e assim a capoeiragem pode continuar gingando até os dias atuais. Porém, no decorrer dos anos até a atualidade a Capoeira veio se ressignificando e uma de suas mudanças foi uma nova roupagem de características desportivas que de certo modo pode-se observar em alguns casos excessos de competitividade e agressividade.

De acordo com isso, Silva e Heine (2008) dizem que “por se tratar de uma atividade corporal, considerada por muitos como arte marcial, muitas vezes verifica-se na Capoeira o excesso de agressividade e de competitividade aliados a falta de ética e respeito (...)”. (SILVA & HEINE, 2008, p., 36)

Continuando com Silva e Heine (2008) os autores abordam três questões que segundo eles aumentam a violência na Capoeira. A primeira é o ambiente, que pode potencializar o problema quando a realidade contextual ou da comunidade que a Capoeira se insere é também violenta. Os autores afirmam que em regiões – isso diante da realidade brasileira – onde existe

¹⁷ Segundo dicionário da Capoeira: feitor é o gestor ou administrador de bens alheios, superintendente de trabalhadores, capataz, rendeiro, caseiro. (LIMA, 2005, p., 85)

¹⁸ Segundo dicionário da Capoeira: tronco é um antigo instrumento de tortura feito de um tronco de árvore com furos pelos quais passavam os pés e a cabeça do prisioneiro que ficava imobilizado sob o peso da madeira. (LIMA, 2005, p., 120)

índices de criminalidade que são constatados com maior frequência parece haver um reflexo de atitudes agressivas nas práticas da Capoeira. A segunda é a relação com a roda de Capoeira, os pesquisadores alegam que o ritmo e as músicas tocadas e cantadas nas rodas podem incentivar um excessivo clima de competitividade e violência. E por terceiro, está a questão dos líderes que conduzem a Capoeira, ou seja, Mestre, Professores e/ou Monitores. Do ponto de vista dos autores, se os líderes são violentos a tendência é que seus alunos se tornem violentos, já que, Mestres, Professores e/ou Monitores são referências ou modelos para seus alunos que acabam se identificando com a “figura” de seu treinador ou Professor.

Assim firmam Silva e Heine essa posição comentando que “adolescentes e jovens, em processo de formação e construção de seu carácter, são facilmente influenciados por Mestres de Capoeira que apresentam condutas violentas”. (SILVA & HEINE, 2008, p., 36)

Observa-se com isso, que a Capoeira sai de uma condição de perseguição e violência por parte do sistema político e policial e de rejeição social, mas cria outro clima de violência e disputa dentro de sua própria esfera influenciada pelo excesso de competitividade, por desavenças entre grupos e estilos de Capoeira e por condutas morais de seus líderes. Isso torna-se um “prato cheio” para críticas e exacerbação de pontos negativos de uma prática que ainda *luta* pelo seu reconhecimento e que literalmente *lutou* contra um sistema opressor. E será que depois de ter *lutado* tanto para alcançar pequenas conquistas a Capoeira agora vai *lutar* contra seu próprio *jogo*?

Diante do problema da violência, que pode-se dizer que é um problema que a grande maioria das sociedades enfrenta e principalmente em centros urbanos, a Capoeira por se tratar de um fenómeno que surgiu da cultura popular brasileira, que se espalhou pelo Brasil e pelo mundo, que hoje está presente em diferentes culturas, ou seja, já abrange a sociedade de forma mais ampla, passar nesse momento a imagem do uso da violência isso implica em voltar ao ciclo vicioso de redução do seu desenvolvimento a violência, que no entanto uma das propostas da Capoeira é a superação de sua história impetuosa.

7.5. O Berimbau Ensina

Neste momento cabe abordar a relação que a Cultura Corporal e Desportiva, especificamente a Capoeira, tem como componente educativo de crianças e jovens diante de uma perspectiva de adaptação pedagógica que utiliza a Capoeira como mais uma alternativa para tentar alcançar os objetivos de formação e resposta social.

Muito se fala em crise do sistema educativo formal. O que a escola tem que ensinar? Como a escola deve ensinar? Quais são os conteúdos a serem trabalhados pela escola? De que maneira a escola deve abordar a moral e a ética? Ou o papel da escola fica em somente em ensinar a técnica?

Atravessa-se um período em que a escola passa a ser desinteressante principalmente a crianças e jovens. A preocupação de alguns países que fazem parte de blocos de cooperação entre si, ficou em alcançar as estatísticas estipuladas como meta na educação e em outras áreas para que os mesmos pudessem participar da receita financeira do bloco. Com isso, o sistema educativo, de certos países, tomou medidas de avanço na vida escolar de crianças e jovens que não se preocupa com a qualidade de ensino, mantendo a escola tecnicistas e desarticulada com diálogo sobretudo do jovem que sente a necessidade de se identificação com aquilo que está disposto a aprender.

Portugal é um país em que o seu sistema educativo passa por uma crise que envolve para além das reduções orçamentárias destinada a educação pelo Estado e a evasão escolar por motivos económicos, que obriga o jovem a deixar a escola para trabalhar, configura-se também uma crise sobre a diversidade cultural que trouxe para o ambiente escolar um choque entre a hegemonia cultural local tradicionalista e a cultura exótica imigrante. Já o Brasil caminha para a reorganização de uma profunda crise principalmente do sistema educativo público que vem de uma precariedade de muito tempo que privou classes populares desfavorecidas de um ensino de qualidade.

A cultura popular no Brasil, transmitida de geração para geração, se estabeleceu como um meio de educação popular não-formal para classe social

desfavorecidas, e no caso, a Capoeira é um exemplo de cultura popular que cumpriu com funções pedagógicas que transmitia seu conhecimento de forma verbal.

A Capoeira, o Candomblé, a Umbanda e outros fenômenos afro-descendentes, afro-brasileiros desde muito tempo enfrentaram e ainda enfrentam repressões influenciadas pela hegemonia cultural da Europa Ocidental imposta pelo processo de exploração e colonização do Brasil. A Capoeira passou por vários momentos, escravidão, proibição, perseguição, marginalização, exploração, legalização, expansão, profissionalização, espetacularização, institucionalização, esportivização, escolarização e até aqueles que acreditam nela como meio de *educação*!

Os primeiros Mestres de Capoeira já educavam seus discípulos baseados em uma tradição herdada da cultura escravizada que desenvolveu, por necessidade de resistência, um conhecimento rico em significados. A Capoeira carrega em seu contexto uma série de elementos que transmitem ensinamentos que dão sentido a cultura de uma classe popular oprimida e marginalizada que criou a pedagogia das ruas. Uma educação que para além do saber verbalizado transmitido de maneira ancestral através da sua história, pela parte musical/instrumental e de seu envolvimento social, acima de tudo educou o corpo, que muito foi mau tratado pelo *senhor, branco, dominador europeu*. Um corpo que se organizou para desorganizar um sistema tirano e literalmente lutar contra uma situação de domínio cultural e corporal.

Depois de 1930, quando a Capoeira passa a ser tolerada, ela conquista seu espaço dentro das academias, escolas, Universidades e outros ambientes sendo assim ensinada em recintos fechados tomando características institucionalizadas, escolarizadas, acadêmicas e esportivizadas com o objetivo de ganhar visibilidade e aceitação social na tentativa de perder o “rótulo” marginal.

A Capoeira tornou-se uma prática que ao longo dos anos foi ganhando cada vez mais adeptos, pelo Brasil e pelo mundo, e adeptos de todas as classes sociais possíveis, gênero e idade. O desenvolvimento e a

representatividade cultural da Capoeira chamou a atenção de diversas áreas de estudo que decidiram investigar a dimensão que esse fenômeno adquiriu.

O interessante é perceber que uma prática que por muito tempo foi perseguida pelo sistema político e policial, repugnada pela sociedade hoje faz parte do currículo das Universidades, é utilizada como atividade complementar dentro dos conteúdos trabalhados pela Educação Física escolar, é desenvolvida em projetos universitários de extensão e como atividade extracurricular nas escolas, ou seja, uma cultura popular que conquistou seu espaço nas instituições de ensino formal e que agora participa do processo de formação, instrução e educação de todos as classes sociais.

Tomando essa perspectiva de conquista alcançada pela Capoeira em ambientes formais de educação, entende-se que a Capoeira contém meios pedagógicos que levaram-na a ser considerada um “veículo” educativo. No entanto, fragmentar os elementos como a música, a história, a expressão corporal ou até mesmo seus estilos para tentar identificar por onde melhor ela funcionaria como ferramenta educativa é torna-se repetitivo dentro de uma linha de estudo que já está bem explorada.

Cabe então pensar em uma Capoeira única e pedagógica, uma prática que vai utilizar todo seu contexto para ter claro:

Qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26)

Com essas questões postas em causa a Capoeira se manifestaria de forma flexível, obviamente sem descaracterizar-se, porém dentro de uma perspectiva de adaptação cultural onde tenta atingir ou aproximar-se o máximo possível das respostas levantadas pelas questões do Coletivo de Autores dentro do propósito que ensaia objetivos educativos através de sua prática.

Despertar a consciência para o significado do movimento, do conhecimento é uma das formas de emancipação humana. Oferecer ao ser humano a capacidade de conhecer cada vez mais sua situação para que com isso ele crie condições de intervir e transforma-la é tentar atingir o homem e a sociedade que se persegue. Sendo assim, a prática pedagógica da Capoeira apoia-se no pensamento que possibilita “o confronto do saber popular (senso comum) com o conhecimento científico universal [...] instiga(r) o aluno a ultrapassar o senso comum e construir formas mais elaboradas de pensamento.” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 32).

O trato pedagógico da Capoeira deve relaciona-se com a realidade em que ela vai agir considerando suas múltiplas determinações como sendo elementos de abordagem dentro de uma esfera vasta de conhecimento que podem servir como pontos de articulação para transmissão de saberes da própria Capoeira e auxiliar em determinado processo educativo.

Hoje a Capoeira se manifesta em diferentes sociedades, dentro e fora do Brasil, um fenômeno que carrega em sua história a essência da cultura popular afro-brasileira que é transmitida de diferentes formas, por diferentes nacionalidades e em diferentes países deixando de ser um conhecimento exclusivamente do brasileiro para exterioriza-se e difundir-se em culturas alheias a sua origem que hoje a reconhecem e a valorizam com forma de *educação!*

METODOLOGIA

8. METODOLOGIA

A presente pesquisa, como base teórica, e a Capoeira na prática, ambas nesse caso, tomaram carácter de intervenção social diante da própria realidade e relação que apresentaram com o IPT. A Capoeira que em determinado período participou do programa de atividades do Instituto tinha o objetivo de tentar através da prática auxiliar no processo socioeducativo da Instituição e a teoria colaborar com a interpretação do concreto, do real, passando assim a serem, tanto a Capoeira na ação prática, como a pesquisa teórica, mecanismos articuladores no Projeto Sócio Educativo do Instituto.

Gaya e Garlipp reforçam sobre a questão de investigar ações de intervenção social apontando para aspectos políticos dizendo que “(...) os modelos de intervenção social se caracterizam pela execução de investigações realizadas principalmente com intuito de levantar informações para a tomada de decisões em níveis políticos”. (GAYA e GARLIPP, 2008, p., 56)

O IPT vem de uma ação social que tenta através de suas políticas de desenvolvimento mover possibilidades para dar suporte, de certa forma, a dificuldades ou problemas apresentados pelas familiares necessitadas. Com isso, o Instituto cumprir com seu papel de dar respostas sociais de apoio que acaba por transformar suas ações voltadas a crianças e jovens em intervenções pedagógicas.

A investigação foi realizada no IPT por duas razões principais. A primeira, pelo fato do autor da presente pesquisa estar a procura de emprego durante o mês de Outubro de 2010, pois não usufruía de nenhum tipo de bolsa de estudo. Dirigiu-se então até o IPT por já conhecer o Instituto e suas características devido o período que morou próximo da Instituição no ano de 2009. Depois do primeiro contato com a recepcionista do Instituto foi agendada uma reunião com o Coordenador de Atividades da Cultura Corporal e Desportiva para apresentação da proposta do projeto nomeado **Capoeira um Movimento...**, que foi aprovado no final do mês de Outubro e deu início nas atividades em Novembro de 2010. A segunda razão da escolha do IPT veio

devido a pretensão do autor em elaborar o estudo de sua dissertação de mestrado relacionado com a Capoeira, com isso, aproveitando o andamento do projeto idealizou-se junto com a sua orientadora – Professora Doutora Maria José Carvalho – estudar a participação da Capoeira no processo socioeducativo do IPT.

A amostra da pesquisa delimitou o universo empírico do estudo em uma Instituição Particular e Solidariedade Social designadamente Instituto Profissional do Terço. Com a aprovação e execução do projeto da Capoeira no Instituto, determinou-se o local da investigação e das aulas como sendo no próprio IPT que tem a sede no edifício que lhe pertence, situado na Praça Marquês de Pombal, Nº 103, Porto.

A Capoeira inseriu-se no contexto das atividades do IPT com dois objetivos principais. O primeiro de tentar ajudar no procedimento de transformação da realidade do Instituto, ou seja, uma ação real e concreta em contato direto com o problema assumindo a responsabilidade, junto com toda a equipe da Instituição, de tentar mudar uma realidade identificada como problema. E o segundo objetivo para tentar suprir a falta de atividades da Cultura Corporal e Desportiva devido a obras que estavam sendo realizadas na Instituição que acabaram por limitar o espaço onde antes eram realizadas as atividades, sendo assim, a Capoeira aparece como possível alternativa de atividade da Cultura Corporal.

Assim, o trabalho teórico desenvolveu-se sobre a dimensão da participação da Capoeira como atividade da Cultura Corporal no IPT, alcançando portanto a perspectiva segundo Gaya e Garlipp (2008) de um desenho que pode ajudar a solucionar os problemas ou apontar diretrizes de ação, descrevendo com clareza e amplitude a complexidade das situações com a maior compreensão da realidade vigente.

O convívio do professor/pesquisador no IPT, nos jantares, nos espaços de convivência, nas dinâmicas de grupo, nos apartamentos de pré-automação, nas imediações do IPT, no complexo da Instituição, nas atividades fora do Instituto e principalmente através das aulas, ofereceu meios de interpretação da realidade social de crianças e jovens em situação de risco e principalmente

das ações movidas pela Instituição para sua intervenção. Todo esse convívio possibilitou uma observação não só dos participantes das aulas de Capoeira mas de um contexto geral do Instituto. Sendo assim, a investigação delineou-se em carácter de pesquisa participante tomando rumos a um estudo de caso.

A investigação enquadrou-se no método de estudo de caso porque procurou entender a realidade peculiar do IPT, com isso, as experiências práticas e o desenvolvimento teórico específico serviram de ferramenta base na construção do arcabouço inicial. Gaya e Garlipp (2008) referem-se ao estudo de caso dizendo que este método orienta-se pela necessidade de compreensão profunda de uma realidade singular, seja um indivíduo, um grupo, **uma instituição social, [grifo nosso]**, ou uma comunidade.

O trabalho parte da concepção de aprofundamento e análise de questões relacionadas com a “vida” do IPT. Como isso, o estudo focaliza principalmente na política da Cultura Corporal e Desportiva da Instituição.

Para tratar com questões que estruturam um contexto transformado pela ação humana o pesquisador necessita de uma proximidade, um engajamento, uma relação íntima com o real para poder tentar interpretar o presente. Quanto a isso, observa-se o que afirmam Arnal, Rincón, Latorre (1991), citados por Gaya e Garlipp:

O estudo de caso mergulha na realidade mediante uma análise detalhada de seus elementos e da interação que se produz entre eles e seu contexto para atingir um processo de síntese e ir em busca do significado e de tomada de decisão sobre o caso”. (GAYA E GARLIPP, 2008, p., 107)

O envolvimento através da ação prática familiariza todo o processo analítico da investigação diante da interação contextual que pode oferecer confiança e aceitação ao procedimento de execução da pesquisa que é vista então como elemento de soma e que está presente como contribuinte na criação de diretrizes que venham identificar, criticar, discutir e principalmente agir na tentativa de apontar soluções coerentes e adaptadas.

Com essa relação tão próxima a pesquisa se desvincula do estigma de ciência coletora de dados ou de informações que transforma a sociedade em um grande laboratório estatístico reduzindo a mesma a números meramente comparativos. Cabe então nesse momento citar as palavras de Malcolm “X”¹⁹ que dizia: “[...] se quiser saber sobre nós, estudar nossas vidas, venha viver nossas vidas, faça parte de nossa realidade”.

8.1. Material e método

A pesquisa por tomar características de estudo de caso utilizou uma coleta de dados mais abrangente no sentido de aplicação de técnicas variadas durante a investigação. Ao lidar com uma realidade, que não está manipulada, não está limitada, que na verdade está aberta as causas normais do real, e que no caso, se transforma constantemente com a dinâmica normal da Instituição, isso faz com que a coleta seja flexível, em termos técnico, para que se possa abarcar de forma abrangente o universo da pesquisa. Assim o trabalho se propõe a analisar arquivos, estatutos, acervos documentais, legislações, projeto socioeducativo do IPT e fazer entrevistas.

De acordo com isso, Gaya e Garlipp (2008), afirmam:

O estudo de caso(s) tem por objetivo observar um fenômeno contemporâneo situado no contexto da vida real, em que as fronteiras entre o fenômeno estudado e o contexto não estão claramente demarcados; assim, o pesquisador usa fontes múltiplas de coleta de informações. (GAYA e GARLIPP, 2008, p., 105)

Com tal aprofundamento a pesquisa se remete ao método qualitativo e explicativo, justificando-se por ser a forma mais adequada para entender a natureza do fenômeno em questão. Segundo Richardson (1999) o método

¹⁹ Fala de Malcolm X protagonista interpretado por Denzel Washington no filme Malcon X de 1992 do diretor Spike Lee.

qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não se emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Por se caracterizar como um trabalho de indicadores do funcionamento de estruturas sociais, o método qualitativo se aplica aos moldes desta pesquisa.

Com o propósito de compreender a realidade de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, especificamente o IPT, e a relevância que o projeto de Capoeira teve no período que vigorou na referida Instituição, a pesquisa apoiou sua revisão de literatura em autores que seguem linhas de estudo na sociologia, antropologia, filosofia, educação, psicologia, pedagogia do desporto, direito desportivo, políticas desportivas, Capoeira, estatuto e legislação das IPSS's.

Os documentos analisados para estruturar a revisão de literatura foram pesquisados basicamente no acervo da Biblioteca Prof. Doutor António Marques na Faculdade de Desporto Universidade do Porto (FADEUP), na base de dados digital EBSCOhost disponível pelo sistema de internet integrado a FADEUP, no acervo documental próprio do pesquisador, que devido o contato e interesse pela Capoeira acumulou documentos específicos do tema em formato digital, no acervo documental próprio da orientadora Prof. Doutora Maria José Carvalho e no acervo documental próprio da coordenadora do Mestrado em Desporto para Crianças e Jovens e também co-orientadora da pesquisa Prof. Doutora Paula Botelho Gomes.

Sendo assim, os documentos se categorizaram em livros, artigos científicos em formato impresso e digital, revistas científicas em formato impresso e digital, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, prontuários, projetos pedagógicos, estatutos e legislações. Para além desses documentos anteriormente foram analisados especificamente os prontuários sobre a vida de crianças e jovens que participaram das aulas de Capoeira e o Projeto Sócio Educativo do IPT.

8.2. Participantes

O IPT conta com uma equipe de 41 funcionários distribuídos em suas respectivas funções. Participaram do estudo como entrevistados o Provedor, José Manuel Cadão Formosinho, de sessenta e cinco anos de idade que até a realização desta pesquisa já atuava no Instituto a oito anos e ocupava o cargo de Provedor também a oito anos, sendo reeleito em ato eleitoral em 26 de Janeiro de 2009. O outro participante foi o Coordenador da Cultura Corporal, Daniel da Silva Ricardo Formosinho (Prof. de Educação Física e Diretor Técnico) de trinta e dois anos, e o mesmo também atuava a oito anos na Instituição e passou a ocupar o cargo como Diretor Técnico desde Setembros de 2010.

Foram escolhidos como entrevistados, o Provedor por se tratar da pessoa que desempenha o cargo mais alto dentro da hierarquia do IPT, e que de modo geral administra o funcionamento do Instituto e o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva por ser o responsável pela política desportiva do Instituto e quem aprovou o projeto da Capoeira.

8.3. Recolha de dados

Uma das ferramentas utilizada para a recolha de dados da presente pesquisa foi a entrevista semi-estruturada que segundo Quivy e Campenhoudt (2003) é o método mais utilizados em pesquisas sociais qualitativas por não ser inteiramente aberta e que guia-se por um número reduzido de perguntas pré-estabelecida de acordo com o referencial teórico da pesquisa. A entrevista permite ao investigador coletar dados e informações de maneira interpessoal que auxiliam em conjunto com a análise documental na reflexão do fenómeno em questão.

Desta forma, a entrevista semi-estrutura ajusta-se ao estudo pelo fato de tentar buscar informações diretas de maneira interpessoal com o Provedor e o Coordenador de Atividades da Cultura Corporal e Desportivas do IPT. Quivy Campenhout (2005) referem que a entrevista semi-estruturada não é inteiramente aberta, nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas guia relativamente abertas. Porém, a organização da entrevista decorre da elaboração de um guião de entrevista previamente estruturado pelo entrevistador.

8.4. Entrevistas

Para obter informações fidedignas o estudo recorreu a aplicação de duas entrevistas interpessoais. Ao Provedor a entrevista organizou-se em dezasseis perguntas elaboradas de forma específica ao cargo do entrevistado. A outra entrevista feita ao Coordenador Cultura Corporal e Desportiva também foi organizada de forma específica em dezassete perguntas.

Estabelecidas as dimensões de análise surge o sistema categorial que segundo Marconi e Lakatos (1990) embora não haja um procedimento único para o se definir as categorias, devido às variáveis possíveis e à complexidade das escolhas, a sua determinação facilita a seleção e classificação de informações.

Bardin (2004) afirma que a categorização tem como objetivo oferecer uma representação facilitada dos dados que estão apresentados de forma bruta. Vala (1986) completa dizendo que a categorização reduz a complexidade do objeto investigado de maneira a estabilizá-lo, ordena-lo ou atribuir-lhe sentido.

De acordo com Vala (1986) estabelecem-se três modelos de sistema categorial. O primeiro é construído *a priori* onde o pesquisador decide as categorias apoiadas em um ponto de vista teórico que submete frequentemente

à prova da realidade. O segundo é *a posteriori* as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no curso da análise. E o terceiro é a combinação dos dois modelos.

Este estudo utilizou o sistema categorial a priori devido a estruturação teórica buscou aproximar-se o da realidade da investigação.

Como forma organizacional e estrutural para a aplicação da entrevista foi construído um guião mediante a revisão de literatura e, este mesmo guião foi analisado, revisto e validado pela orientadora Professora Doutora Maria José Carvalho (especialização em Direito Desportivo) e Professora Doutora Paula Botelho Gomes (especialização em Pedagogia do Desporto). Com isso, estabeleceram-se os temas principais, dimensões de análise e o sistema categorial:

- **Ao Provedor**

Tema: O Estado, as organizações e sua regulação e gestão. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e o enfoque no Instituto Profissional do Terço (IPT). A cultura desportiva e especificamente a Capoeira na formação de crianças e jovens.

Dimensão de análise

- Relação do Estado com as IPSS's/IPT;
- Parcerias e investimento (pessoas coletivas e individuais de apoio as IPSS's/IPT);
- Regulação e organização do IPT (legislação/estatuto/projeto sócio educativo);
- Desporto e diversidade cultural;
- Reflexos/projeções para o futuro;

Sistema categorial

- O Estado e as IPSS;
- Aspectos positivos e negativos da política (social) atual;
- Especificação ao IPT;
- Organizações de apoio;
- Investimentos;
- Legislação;
- Estatutos, e inclusão da Cultura Corporal e Desportiva;
- Projeto Educativo, e a contemplação da Cultura Corporal e Desportiva;
- Diversidade cultural e a convivência no IPT;
- Cultura Corporal e Desportiva e a promoção intercultural;
- Pedagogia do Desporto;
- Perspectivas futuras para a diversidade cultural;
- Futuro da Cultura Corporal e Desportiva;
- Futuro da Capoeira;

- **Ao Coordenador de Atividade da Cultura Corporal e Desportiva**

Tema: A Capoeira como atividade da Cultura Corporal e Desportiva sendo participante no projeto socioeducativo do Instituto Profissional do Terço.

Dimensão de análise

- Política Desportiva e histórico da Cultura Corporal (Programas, atividades e objetivos da Cultura Corporal e Desportiva);
- Os jovens e o direito ao desporto;
- Diversidade Cultural e Desportiva;

- Parcerias e investimento para o desporto do IPT (pessoas coletivas e individuais de apoio as IPSS's/IPT);
- Capoeira;
- Reflexos/projeções para o futuro;

Sistema categorial

- Oferta e reconhecimento da cultura corporal e desportiva;
- Resgate histórico da cultura corporal e desportiva (última década);
- Garantia quanto ao direito desportivo;
- Aderência a proposta da cultura corporal e desportiva;
- Participação desportiva (estatuto, proj. educ.);
- Atualidade: características, principais prog., atividades e objetivos;
- Pedagogia do Desporto;
- Diversidade cultural e a convivência no IPT;
- Cultura Corporal e Desportiva e a promoção intercultural;
- Benefícios da proposta;
- Aprovação e avaliação;
- Futuro da Cultura Corporal e Desportiva;
- Futuro da Capoeira;

8.5. Aplicação das entrevistas

Para a realização das entrevistas os entrevistados agendaram o horário, o dia, o mês, e local conforme suas disponibilidades. O agendamento das entrevistas foi feito de forma presencial e pessoal pelo próprio professor/pesquisador devido a relação e ao acesso facilitado do mesmo na Instituição

Os entrevistados disponibilizaram seu tempo para as entrevistas na primeira semana do mês de Julho de 2011, dia 06, quarta-feira no período da manhã a partir das 11:00 horas. A primeira entrevista foi realizada com o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva e teve início às 11:07 e término às 11:50 totalizando 43 minutos de duração. A segunda abordagem foi ao Provedor e teve início 12:01e término às 12:55 totalizando 54 minutos de duração.

O local escolhido para as entrevistas foi a Biblioteca e Sala de Reuniões Dr. Fernando de Matos no próprio Instituto em função da facilidade para os entrevistados e por se tratar de um ambiente em perfeitas condições. O Coordenador da Cultura Corporal não portava aparelho celular (telemóvel) já o Provedor portava porém não foi interrompido pelo mesmo.

As entrevistas foram realizadas nessa época do ano devido a evolução da própria pesquisa, em função do andamento do projeto de Capoeira e também por se aproximar do término das atividades do IPT que encerram no final do mesmo de Julho.

Para a captação do áudio das entrevistas foi utilizado um gravador OLYMPUS DIGITAL VOICE RECORDER VN-7800PC retirado mediante empréstimo da seção de áudio e vídeo da FADEUP.

8.6. Tratamentos dos dados

As duas entrevistas foram transcritas com a utilização do programa Express Escribe. O conteúdo foi separado referente as dimensões de análise pré-definidas e categorizado especificamente de acordo com cada dimensão de análise.

Para analisar os discursos do Provedor e do Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva do IPT foi realizada uma pré-análise do conteúdo para auxiliar no entendimento do fenómeno e definição do corpus da investigação.

Em seguida procedeu a descrição analítica com o objetivo de aprofundamento orientando-se por hipóteses e o referencial teórico que deu origem grelhas de análise que Bardin (2004) indica como método para comparações sucessivas. As dimensões de análise dentro da grelha continham categorias específicas de cada dimensão seguindo um sistema categorial a priori.

A fase de interpretação dos dados resultou de uma reflexão com base no material empírico que estabelece uma proximidade com a realidade estudada.

ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

9. ANÁLISE CRÍTICA DOS DADOS

Depois da coleta, tratamentos e organização dos dados recolhidos, neste momento serão analisados os conteúdos extraídos das entrevistas realizadas com o Provedor e com o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva do IPT. O objetivo é tentar esclarecer as diferentes características, perceber contra-pontos e concordâncias, opiniões e ações na busca por suas significações.

O primeiro relato analisado é o do Provedor por se tratar de questões que envolvem política, regulação e gestão do IPT e depois será analisado o relato do coordenador da Cultura Corporal e Desportiva que está envolvido com a política desportiva da Instituição. A análise das narrações estruturaram-se dessa forma com o propósito de dar uma sequência lógica de entendimento do funcionamento do IPT e também como maneira de organização do próprio estudo que ao longo do texto vai destacar cada dimensão de análise.

9.1. Relação do Estado com as IPSS's/IPT

Nos últimos anos houve um aumento da carência social de Portugal. O Estado português viu-se “mergulhado” em uma crise económica sem previsões de estabilização que obriga o país a desenvolver projetos com a iniciativa privada e buscar apoios com a sociedade civil. Com isso, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas de proteção a infância e juventude em risco, as IPSS,s vem cumprindo com um papel que a partida era de responsabilidade do Estado. O Provedor do IPT aponta para a relação que o Estado assumiu com essas Instituições que é de delegar e contratualizar com as IPSS's tirando então de si o comprometimento de respostas sociais voltadas a crianças e jovens em risco.

O gestor destacou também como ponto negativo nas políticas sociais voltadas as IPSS's, o “jogo” de interesses ideológicos políticos de extrema-

esquerda e extrema-direita que em momentos passam por demasiada estatização ou quando realmente as Instituições privadas possam intervir nesse processo. Porém, comenta que como fator positivo, após o 25 de Abril, as IPSS's desenvolveram intervenções mais terapêuticas e específicas, porque antes disso mantinham-se muito tradicionalistas, e através de recursos como o Plano DOM, plano esse decidido pelo Ministério da Segurança Social, já citado no capítulo dedicado ao IPT.

A contratualização que o Estado faz com as IPSS's em acordos de direitos e deveres, projetos e principalmente financeiro, que se traduz em 60% no orçamento dessas Instituições, isso torna-se desejável para o Estado porque, sendo assim, o mesmo não assume este prejuízo unicamente nesse tipo de intervenção, e ainda divide a dívida com a sociedade civil.

9.2. Parcerias e investimentos

A maior parte das IPSS's não dispõem de receita financeira própria e mesmo quando conseguem dispor de alguns valores não são suficientes. Os investimentos no terceiro setor estão distribuídos entre o Estado, que como já foi citado, investe 60% de verba pública nestas Instituições e o restante, 40%, são de Corpos Sociais que fica a cargo da Direção das IPSS's atingirem estas metas percentuais através de receitas próprias, contatos permanentes e apelos dirigidos a sociedade civil que tornar sua fatia decisiva na garantia de serviços essenciais nas respostas sociais.

As organizações de apoio as IPSS's dividem-se em representar o setor a nível regional e nacional, que no caso são a UDIPSS-PORTO e a CNIS, sendo 85% dessas organizações pertencem a Igreja Católica. O desenvolvimento, os interesses políticos, a cooperação e inclusive os protocolos de co-participação financeira anuais, que tem o objetivo de fixar os valores relativo aos custos das respostas sociais com o Estado, são defendidos pela CNIS. Porém, no que relaciona-se com o IPT essas organizações não têm respondido de forma satisfatória despertando para uma sensação de isolamento e não oferecem

grandes apoios. O Provedor relata que lançou mão deste tipo de recurso e ainda alega o isolamento e a insatisfação dos apoios prestado pelas organizações o fato que o IPT apesar de ter uma matriz católica em seus estatutos não pertence a Igreja Católica.

9.3. Regulação e organização

A regulação das IPSS's prevê nos Estatutos, pelo Decreto de Lei 119/83 – alterado pelo Decreto-Lei n.º 89/85 – na Seção III, *Da Tutela* o Art. 32º (*aspectos sujeitos autorização*). Este artigo causa um “constrangimento” – palavra usada pelo Provedor – devido a situação de insolvência ou de falta de Corpos Sociais para dar continuidade a uma IPSS's, todo o património é transferido para o Estado, e afirma o gestor, e esta situação está sempre presente. No entanto, existem ainda as dificuldades atuais devido as mudanças políticas do país. Decorrente disso, em primeiro de Janeiro de 2011 as IPSS's perderam a devolução do IVA, que era extremamente importante, e para além dessa situação, as Autarquias deixaram de isentar de taxas ao terceiro setor. O Provedor comenta: “não me parece nada legítimo que esse tipo de política penalize essas Instituições, sendo assim agravam sua própria administração e gestão”. (Provedor do IPT)

O IPT organiza sua intervenção socioeducativa através dos Estatutos e do Projeto Socioeducativo, que ambos foram desenvolvidos e reestruturados de acordo com a especificidade da Instituição. Em 2003, depois da nova gestão assumir a Instituição, os Estatutos foram imediatamente reestruturados, devido a desatualizações dos mesmos. Essas alterações vieram com o intuito de adequação a realidade vigente e foram registrados e publicadas no Diária da República.

A nova regulação do IPT reserva para Cultura Corporal e Desportiva ações de políticas desportivas que se traduzem em iniciativas próprias – podendo citar a Capoeira como exemplo de iniciativa própria – candidaturas a

programas de apoio e a busca de recursos que permitam fazer intervenções para além daquelas previstas nos Estatutos.

Com a aderência do Plano DOM, foram exigidas alterações no Projeto Socioeducativo do IPT, essas alterações eram relativas aos objetivos do plano. O Provedor afirma que o Projeto Socioeducativo responde perfeitamente ao trabalho desenvolvido na Instituição e as essas mudanças realizadas em função do Plano DOM valorizaram algumas vertentes do Projeto Socioeducativo, porque a Instituição passou a contar com um maior número de técnicos, que antes tinha em número reduzido face a quantidade de crianças e jovens que atendia.

O Plano DOM foi criado pela determinação do Despacho n.º 8392/2007, de 10 de Maio, (Diário da República, 2.ª série – N.º 90 – 10 de Maio de 2007). Esse plano implementou a equipe técnica do IPT em psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais, para assim melhor atender as respostas sociais da Instituição. Como o Plano DOM estipula em seus objetivos o acolhimento institucional de qualidade visando o funcionamento em ambiente familiar dos Lares de infância e juventude, sendo assim, designa princípios que alcançam o desporto da seguinte maneira: “Promoção da inclusão – Integração das crianças e jovens na comunidade, acompanhamento da inserção nos equipamentos e estruturas da comunidade (educação, saúde, atividades culturais, **lúdicas e desportivas [grifo nosso]**), reforço da ligação das crianças à sua comunidade de origem, promoção da integração dos Lares na comunidade, através de redes de parceria formais e informais”. (Plano DOM)

9.4. Desporto e diversidade cultural

Essa dimensão de análise abrange tanto o Provedor quanto o Coordenador da Cultura Corpora e Desportiva permitindo assim observar os relatos de ambos e de forma comparativa perceber a visão da gestão sobre aspectos que envolvem a Cultura Corporal e Desportiva e o olhar de quem está envolvido diretamente com a realidade desportiva da Instituição oferecendo

assim um entendimento da “sintonia” entre o Provedor e o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva.

O IPT lida com a veracidade da diversidade cultural desde muito tempo e acredita que essa realidade vai continuar. Segundo o Provedor da Instituição, acostumados com o contexto da diversidade cultural, o IPT preocupou-se em aproximar seus educandos imigrantes de suas culturas de proveniência tomando iniciativas como convidar associações ligadas aos países de origem com o objetivo de melhor conhecer esses povos diante de aspectos tradicionais e costumes. O Coordenados da Cultura Corporal e Desportiva completa dizendo que foi realizado por duas vezes semanas da diversidade cultural onde a Instituição convidou os pais de diferentes culturas e nacionalidades para que os mesmos cozinhassem refeições típicas de seus países. O gestor desportivo julgou extremamente interessante esse tipo de iniciativa e realçou sobre o orgulho que os educandos tiveram em ver seus pais participando do evento.

Outra ação realizada pelo IPT em relação a diversidade cultura foi a candidatura ao Programa Escolhas. O Programa foi criado em 2001 com vistas no Despacho normativo n.º 27/2009 pela Resolução do Conselho de Ministros e renovado pela Relação do Conselho de Ministros.

Reconhecendo a importância fundamental do Programa no domínio da inclusão social, o Governo decidiu, no quadro da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, de 23 de Julho, não só proceder à renovação, para o período de 2010 a 2012, do Programa Escolhas, como proceder ao seu reforço, através de um aumento substancial do investimento envolvido e, consequentemente, do número de projetos a apoiar. (Diário da República, 2.ª série – N.º 151 – 6 de Agosto de 2009)

O Programa disponibiliza um financiamento de 100%, atribuindo um valor máximo de 40.000 euros por ano para cada projeto que vise dinamização comunitária e cidadania. Segundo o regulamento do Programa Escolhas, o n.º 4 – *medida III* esse termo enquadra a Cultura Corporal e Desportiva na alínea b) atividades desportivas e promotoras de estilos de vida saudáveis; e no caso da promoção de interculturalidade fica especificado na alínea d) atividades que

promovam a descoberta, de uma forma lúdica, da língua, valores, tradições, cultura e história de Portugal e dos países de origem das comunidades imigrantes. O IPT aderiu o Programa e disponibiliza um gabinete e uma pessoa responsável por desenvolver os projetos de interesse da Instituição de acordo com a verba disponível e o regulamento do Escolhas.

O dia-a-dia do IPT “troca” com uma realidade de diversidade cultural. Tanto o Provedor quanto Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva compactuam da ideia do respeito as diferenças. Sendo assim, levar crianças e jovens da Instituição a entende-las através de dinâmicas de grupo, trabalhos individualizados, acompanhamento psicológico e outros oferece aos educandos uma realidade intercultural.

O IPT trabalha a política de diversidade cultural balizado por aspectos de diálogo entre as culturas e de tomada de consciência da diferença cultural. Esse procedimento vai de encontro com o conceito de interculturalidade que Rosado e Mesquita definem como “[...] um percurso agido em que a criação da igualdade de oportunidades supõe o (re)conhecimento de cada cultura, garantindo através de uma interação crescente, o seu enriquecimento mútuo. (Rosado e Mesquita, 2009, p., 23).

Com esse ideal, o Provedor e o Coordenador da Cultura Corporal Desportiva alegam que a convivência na Instituição, diante da realidade de diversidade cultural, é pacífica. O IPT age com um tratamento de plena igualdade oferecendo os mesmos acessos, as mesmas condições os mesmos tratamentos, as mesmas atividades a todos os educandos que escolhem ou se voluntariam para as atividades.

Com isso, a política de igualdade e o despertar para as diferenças de forma consciente que o IPT trabalha entra em concordância com a literatura quando Martins afirma:

O pluralismo e a incompreensão perante as diferentes identidades culturais obrigam, deste modo, a lançar as bases de uma “sociedade aberta”, que seja capaz de compreender a diversidade cultural pelo que esta representado de fato, e não pelas ilusões alimentadas por muitos em nome do “politicamente

correcto”. Daí a necessidade de considerar a complexidade – que deve levar-nos ao diálogo entre culturas, muito mais que à noção indiferenciada de multiculturalismo. (Martins, 1998, p., 84)

A Cultura Corporal e Desportiva do IPT oferece uma proposta de prática permanentemente visando o desenvolvimento motor, físico e social de crianças e jovens. A partir de 2003, com a nova gestão, esta área teve uma implementação que ampliou a vertente desportiva com a candidatura ao Escolhas.

A gestão da Instituição considera a Cultura Corporal e Desportiva desejável, diária, contínua e útil com um olhar que ultrapassando os padrões tradicionais de prática desportiva para se transformar em uma terapia de intervenção, que segundo o Provedor, o desporto pode alcançar. O Coordenador completa sobre a intervenção terapêutica da Cultura Corporal e Desportiva na Instituição dizendo que “desde que começamos as práticas desportivas e corporais cá na Instituição tem se notado uma melhoria significativa do comportamento dos jovens”. (Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva, Professor de Educação Física e Diretor Técnico do IPT)

Com a diversidade cultural presente no IPT procurou-se analisar se a Cultura Corporal e Desportiva era promotora de interculturalidade diante do aspecto de resgate cultural. O Provedor declarou que o que a Instituição tem feito é atender aos interesses dos educandos relativamente as atividades que os mesmos gostariam de frequentar. Já o Coordenador conta que não desenvolveram nenhuma ação de resgate da Cultura Corporal e Desportiva de outras culturas, e justifica dizendo que a Instituição muitas vezes recebe os educandos de nacionalidades diferentes já pequenos e então eles não trazem lembranças muito enraizadas desse tipo de atividades, mas afirma que diante daquilo que a Instituição oferece todas as culturas são plenamente integradas a Cultura Corporal e Desportiva.

O IPT para além de uma IPSS é uma Instituição que serve aos fins educativos transformando suas intervenções em medidas pedagógicas para sua ação social. A Cultura Corporal e Desportiva faz parte do processo

socioeducativo do Instituto que oferece atividades corporais dentro de fundamentos pedagógicos, atividades de lazer e recreação e práticas voltadas ao rendimento desportivo, ou seja, trabalha com vários objetivos.

A competição foi uma realidade muito presente na Instituição, segundo o Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva, que ressalta dizendo notar um desenvolvimento da parte física dos educandos em função dessa prática.

O Provedor apontou para a vertente de intervenção sócio terapêutica da Cultura Corporal e Desportiva, como sendo um novo recurso. O gestor acredita que a prática de atividade física tem que ir além de ocupação do tempo livre, ela pode ajudar reparar traumas que muitas vezes são tratados apenas com especialistas e a base de medicação. O Provedor expõe alternativas como práticas desportivas, atividades físicas e lúdicas, a dança, a música como sendo atividades que podem conseguir resultados tão bons quanto qualquer outra intervenção médica.

As palavras de Bento completam a ideia que a Cultura Corporal e Desportiva pode servir como mais um recurso no desenvolvimento humano no sentido mais amplo da palavra.

Embora o desporto não seja uma panaceia, o desporto pode funcionar como um pólo que realça os valores da cidadania e do trabalho em equipa, ao mesmo tempo em que combate frontalmente fenómenos destrutivos que caracterizam a nossa sociedade, tais como drogas, violência e criminalidade. Sobretudo porque ensina e comprova que todos podem fazer alguma coisa por si próprio. (Bento, 1998, p., 125)

O Instituto tenta recorrer a todos os tipos de alternativas que venham a somar na trajetória de seus educandos enquanto estiverem institucionalizados, e valer-se da Cultura Corporal e Desportiva nesse processo socioeducativo torna-se uma válida.

9.5. Políticas desportivas e histórico da Cultura Corporal

A partir desse momento serão tratados especificamente dos assuntos relativos com a Cultura Corporal e Desportiva do IPT, analisando a narrativa do Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva.

Segundo o gestor desportivo, a retrospectiva da Cultura Corporal e Desportiva dos últimos dez anos era que antes de 2003 o Instituto teve um período alargado sem atividade desportiva regulares, os educandos participavam de torneios de futebol de salão organizados pela Junta de Freguesia uma ou duas vezes por ano. Com a nova gestão em 2003, ano que coincide com a entrada do Coordenador, o objetivo foi retomar as atividades desportivas regularmente e uma das principais iniciativas foi a introdução do basquetebol que acabou por tornar-se o desporto mais praticado e que representava a Instituição nas competições regionais. Com essa ação os educandos passaram a ter treinos semanais e jogos nos finais de semana, desencadeando-se e surgindo práticas influenciadas pelo Coordenador.

Alternando com o basquetebol, modalidade competitiva do Instituto, existiam ainda o futebol, o kimbol e o ténis. Os educandos tinham contato com atividades diferenciadas como dança, hip hop, canoagem e outros em períodos de férias.

O Coordenador avalia que nos dois últimos anos, 2009 e 2010, a Cultura Corporal e Desportiva teve um retrocesso pelo fato da Instituição entrar em obras e então perderam o espaço de se destinava a prática de atividades corporais.

9.6. Crianças e jovens e o direito desportivo

Para garantir a crianças e jovens o direito a Cultura Corporal e Desportiva, como prevê na Constituição da República de Portugal e nos próprio

Estatutos e Projeto Socioeducativo do IPT, a Instituição tem criado medidas de práticas e incentivo a atividade corporal facilitando o acesso ao desporto fora da Instituição proporcionando esse acesso através de financiamento próprio ou de projetos que o Instituto participa. A um caso de auxílio financeiro para um jovem adulto que pretende cursar Educação Física, servindo essa ação como incentivo profissional e desportivo. Outra iniciativa é facilitar o ingresso aos aparelhos públicos desportivos como piscinas municipais.

Um dado fornecido pelo Coordenador é que 98% dos educandos aderem as propostas de atividades da cultura corporal apresentadas pela Instituição. No caso do basquetebol, com o sucesso que os educandos foram tendo devido a um bom rendimento nas competições, isso incentivou mais educandos a participarem dos treinos semanais, aumentando assim o número de praticantes. Já a Capoeira o projeto limitou-se a dezesseis educandos de idade média entre 10 e 16 anos, e no caso de alguma desistência o educando era substituído por outro mantendo sempre o grupo com dezesseis participantes, uma maneira de manter o grupo e proporcionar a atividade para algum educando que por outros motivos não pode participar do grupo inicial.

9.7. Programas, atividades e objetivos da Cultura Corporal e Desportiva

Com dois anos de obras no IPT o quotidiano das atividades corporais ficou a cargo do Programa Escolhas e a práticas da Cultura Corporal e Desportiva fora do Instituto. Mas esse tipo de ação acabou por não alcançar uma prática regular para todos. Entre Novembro de 2010 e Julho de 2011 a única atividade regular na própria Instituição era a Capoeira e mesmo esta atividade não atendia a todos. O motivo de não haver mais aulas de Capoeira durante a semana, para que a mesma fosse disponibilizada para outros escalões etários, foi o entrave financeiro condicionado da Instituição que limitou a prática da Capoeira a um número maior de educandos.

O gestor desportivo diz que diante da situação de obras da Instituição, o objetivo crucial para a Cultura Corporal e Desportiva é reconstruir o mais rápido possível o espaço destinado as atividades corporais para que a intervenção da cultura corporal retome suas ações.

Depois das obras concluídas e com os devidos apoios, para além de retomar a regularidade e reorganização das atividades corporais, a gestão desportiva da Instituição pretende desenvolver programas específicos para controle da obesidade, nutrição e acompanhamento psicológico voltados as atividades corporais.

9.8. Capoeira

O Projeto intitulado **Capoeira um Movimento...**, foi desenvolvido teoricamente e aplicado na prática pelo próprio autor deste estudo. A proposta teórica do projeto apresentava metodologia e objetivos que serviam ao perfil e aos fins educativos do IPT. Com a aprovação do projeto em Outubro de 2010 pelo Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva as atividades deram início em Novembro do mesmo ano.

O Coordenador afirma que o projeto de Capoeira despertou-lhe grande interesse, por estar incutido na Capoeira o ritmo, a música, o social, a cultura brasileira, o corporal e fundamentalmente o auto-controle emocional, porém teve que justificar bem aos elementos da Direção que ficaram de início apreensivos com a proposta por se tratar de uma luta. A Direção então questionou o Coordenado da Cultura Corporal e Desportiva se a prática de uma luta pelos educandos, que no caso de muitos já vem de um histórico agressivo, não poderia potencializar o quadro de agressividade entre as crianças e jovens.

O gestor desportivo “rebateu” o questionamento defendendo que justamente por se tratar de uma luta o objetivo era contrário. Diante de uma situação de “stress” – palavra usada pelo Coordenador – os educandos

viesses a desenvolver auto-controle emocional, questão essa que as lutas, dependendo da proposta e de quem a desenvolve, podem trabalhar muito bem, pela intervenção disciplinar que pode despertar para o respeito pelo outro lutador, que no caso da Capoeira é o jogador.

Silva e Heine (2008) chamam a atenção para a questão dos líderes que conduzem a Capoeira, ou seja, Mestre, Professores e/ou Monitores. Do ponto de vista dos autores, se os líderes são violentos a tendência é que seus alunos se tornem violentos, já que, Mestres, Professores e/ou Monitores são referências ou modelos para seus alunos que acabam se identificando com a “figura” de seu treinador ou Professor.

Ao fim de nove meses de atuação, que totalizando setenta e oito horas de atividades com a Capoeira, o Coordenador da Cultura Corpora e Desportiva avaliou o projeto confirmando que o que o projeto propôs na teoria cumpriu-se e constatou-se na prática. Nesse momento destaca-se o discurso do Coordenador.

“[...] o grande objetivo tinha a ver com a parte do auto-controle, e as questões da agressividade, tenho sentido um grande impacto em determinados jovens, digamos assim, porque eram jovens que tinham pouquíssima tolerância a frustração. Bem, o impacto aí é fantástico, tem se notado realmente uma tal, auto-controle, o refletir um pouco antes de partir para a violência, sim, isso tem se notado em muitos jovens, e esse, volto a dizer, era meu grande, grande objetivo” (Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva, Professor de Educação Física e Diretor Técnico do IPT)

Tendo em conta a limitação do espaço físico do Instituto, em função das obras que estavam sendo realizadas no período em que a Capoeira atuou no IPT, a Capoeira então cumpriu com outro objetivo que foi proporcionar atividades corporais e culturais aos educandos da Instituição que encontravam-se carenciados de atividade corporais devido ao comprometimento espacial do IPT. As aulas de Capoeira eram realizadas na segunda-feira e na quarta-feira, das 18:30 até 19:30, atendiam dezesseis educandos divididos em duas turmas de oito meninos em uma sala do próprio IPT de 30 m².

9.9. Reflexões e projetos para o futuro

Relembrando as palavras do Provedor “a diversidade cultural sempre foi uma realidade dessa Instituição, e vai continuar”. (Provedor do IPT). A administração do Instituto tem o anseio de acentuar iniciativas no âmbito da diversidade cultural, pois as prioridades são de dar respostas com qualidade as crianças e jovens para poder disponibilizar um conjunto vasto de atividades onde os educandos sintam-se capazes de revelar potencialidades e talentos. Porém, para os próximos anos não será fácil projetar outras iniciativas como de desejo, porque não se vê outros recursos para conseguir isso, declara o Provedor.

Relativamente aos projetos e investimentos voltados a Cultura Corporal e Desportiva, a realidade é que ainda não há recursos financeiros para novos projetos nesta área, o avanço para outros depende de pedidos dirigidos a entidades públicas e privadas de apoio e cada vez menos o Instituto tem tido respostas positivas, sendo assim, considera-se os que já existem “satisfatórios”.

O Coordenador confirma essa questão afirmando que:

“[...] no entanto neste momento torna-se complicado, tendo em conta a situação que o país está, nós não sabemos se vamos contar com apoios, não conseguimos definir concretamente aquilo que vem para o futuro, quer a nível de atividades corporais, quer nível de atividades desportivas, porém as atividades vão ter que continuar, mas nesse momento não consigo dizer com firmeza se isso vai acontecer ou não, porque estamos mesmo em um período de grandes decisões”. (Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva, Professor de Educação Física e Diretor Técnico do IPT)

A Capoeira entrou em 2010 como projeto de iniciativa própria do IPT com o objetivo de oferecer uma atividade corporal e cultural aos educandos em momentos em que a prática da Cultura Corporal e Desportiva via-se limitada devido as obras que estavam sendo realizadas no Instituto.

A Capoeira finalizou suas atividades em Julho de 2011 sem expectativas de continuar. A justificativa dada pelo Provedor e pelo Coordenador para a não continuidade do projeto de Capoeira foi praticamente a mesmas. As imprevisões políticas do novo governo causavam certa insegurança financeira, e então a Instituição não sabia qual apoio que teria, e como o IPT já estava trabalhando com um orçamento condicionado qualquer investimento a mais poderia comprometer o cálculo financeiro da Instituição.

CONCLUSÃO

As desigualdades são crescentes em pleno século XXI, o modelo ocidental capitalista cria uma pressão social que gera uma competição brutal pelo lucro. A tensão social originada pelo rendimento económico desenvolve exploração da classe trabalhadora – daqueles que por “sorte” dispõe de trabalho – e põem a margem da sociedade aqueles que se quer tiveram condições de desenvolvimento e emancipação.

A própria sociedade produz as dificuldades e desigualdades que acabam transformando-se problemas de Estado afetando o desenvolvimento de políticas públicas base necessitando o desenvolvimento de outras políticas para tentam sanar mazelas sociais que aumentam os investimentos em assistência social e o custo dessa dívida é “dividido” com o cidadão traduzindo-se em mais impostos. Em casos que o Estado não consegue intervir unicamente em determinadas áreas recorre a apoios como da iniciativa privada e da própria sociedade civil, como assim já foi observado no desenvolvimento deste estudo.

As IPSS’s na atual sociedade portuguesa estão cumprido com o papel de substituição do Estado, que nesse caso em específico é oferecer proteção e assistência a infância e juventude em situação de risco social.

O Estado português presta apoio as IPSS’s principalmente com auxílio financeiro de 60% no orçamento dessas Instituições e os outros 40% da receita das Instituições são arrecadados através de apoios da iniciativa privada e da própria sociedade civil, ou seja, a sociedade civil paga duas vezes por esta resposta social quando presta auxílio a estas entidades, sendo que, a intervenção de proteção de crianças e jovens em risco era de inteira responsabilidade do Estado. E lembrando o que relatou o Provedor o IPT na sua entrevista, no caso de uma IPSS entrar em situação de insolvência ou falta de Corpos Sociais o Estado tem pleno poder de posseção de todos os bens inclusive das crianças e jovens institucionalizadas.

Através dos inquéritos do Provedor e do Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva do IPT percebe-se a tensão gerada pelo idealismo político diante das mudanças do governo que criam incertezas sobre o apoio prestado pela nova gestão governamental que cria certa apreensão

principalmente em relação ao auxílio financeiro que as IPSS's recebem. Essas indeterminações acabam comprometendo a “vida” dessas Instituição que necessitam de decisões concretas para trabalhar por intervenções de qualidade que se traduz em investimentos de ampliações de projetos socioeducativos, obras e reformas prediais, contratação de novos técnicos, e tantos outros investimentos que ofereçam objetivos de resposta social qualifica que possam refletir decisivamente no plano de vida de crianças e jovens institucionalizadas.

O projeto **Capoeira um Movimento**... não renovou sua atuação para o ano letivo de 2011/2012 no IPT devido as incertezas económicas de apoio prestados pelo novo governo. Um projeto que apresentou resultados satisfatórios na sua intervenção, segundo o que declarou o próprio gestor desportivo do IPT, perde então sua continuidade no campo de atuação direta com o processo socioeducativo de crianças e jovens do IPT e, crianças e jovens perdem a Capoeira como sendo atividade corporal e cultural por puro idealismo político.

Portugal desde a década de 1980 convive com a diversidade cultural. Esse fenómeno influenciou o contexto social lusitano em aspectos económicos, culturais, políticos mas principalmente na constatação do “outro”, do exótico, do diferente, do imigrante que passou dividir o mesmo espaço. O convívio social tomado pela diversidade cultural oscila entre os conceitos de interculturalidade e multiculturalismo onde se observa uma relação de tolerância cultural. O IPT esforça-se na valorização e convivência com a diversidade cultural movendo acções que promovam a interculturalidade, podendo citar o próprio desenvolvimento da Capoeira como forma de valorização intercultural. Instituições de ensino regular e superior, IPSS's e entidades de assistência cada vez mais encontrarão a presença imigrante em seu contexto surgindo então a necessidade atuações de conscientização das diferenças.

O IPT diante da atual realidade, com a realização de obras e na procura de mais investimentos, seja da iniciativa privada ou da sociedade civil, consagra a Cultura Corporal e Desportiva para seus educandos diante de uma realidade limitada através de projetos do governo que disponibilizem verbas

para o desenvolvimento dos mesmos. O Programa Escolhas é um exemplo de projeto financiado pelo governo que o Instituto recorre para proteger o orçamento de gastos “extras”.

Crianças e jovens dependem de representantes para desenvolver e fazer valer seus direitos, sua proteção, sua educação, sua saúde, sua habitação e até mesmo sua reinserção familiar e social. E esses representantes estão nas escolas, nas universidades, nos hospitais, nas IPSS's, nos Tribunais da Família e de Menores e principalmente nos gabinetes do Estado. As necessidades de crianças e jovens em risco social ficam a mercê de quem se quer passou perto de traumas que uma criança ou um jovem institucionalizado carrega em sua vida.

Os entraves económicos causados pelos representantes do Estado, hora de direita hora de esquerda, põem crianças e jovens entre um “fogo cruzado” de interesses políticos e até religiosos onde as únicas vítimas são crianças e jovens que estão por muito tempo à espera de atitudes concretas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amado, J., L., Meirim J., M. (2002). *A proteção dos jovens praticantes desportivos*. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva Gabinete de Documentação e Informação.
- Araújo, P., C.(1995). *CAPOEIRA: A transformação de uma actividade guerreira numa actividade lúdica*. Porto. Dissertação apresentada às provas de doutoramento no ramo de ciências do Desporto, apresentado a Faculdade de Desporto Universidade do Porto.
- Assembleia da República. Consult. 12 Maio 2011, disponível em <http://www.parlamento.pt>
- Baganha, M., I. (2005). A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In Santos, B., S. (org.) (2005). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: 3^o Edição Afrontamento.
- Barbirato, F., R. (2005). *A socialização no contexto de projectos desportivos: Um estudo de caso na Fundação Gol de Letra*. Niterói F. Barbirato. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Fluminense.
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bento J., O. (1998). *Desporto e Humanismo: o campo do possível*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Botelho Gomes, Paula. (2003). Corpo, categoria central em educação física: encruzilhadas e desafios. In: A. Prista; A Marques; A Madeira; S. Saranga (Eds), *Actividade Física e Desporto. Fundamentos e contextos*. FCDEF-UP, pp 31-41.
- Bourdieu, P. (1983). Gostos de classe e estilo de vida. R Ortiz (org), *Bourdieu*. São Paulo: Atica.
- _____. P., (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal.
- COLETIVO DE AUTORES. (1992). *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Consult. 15 de Julho de 2011, disponível em www.cnpcjr.pt .
- Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade. Consult. 20 de Abril de 2011, disponível em <http://www.cnis.pt>

- Costa M., A., Secretário de Estado da Solidariedade Social, (2011). Governo incapaz de resolver sozinho problema social do país, diz secretário de Estado. *Jornal Público*, 22 de Outubro de 2011 – 17:25. Consult. 22 Out. 2011, disponível em www.publico.pt
- Diário de Notícias (2010). Desigualdades: Portugal tem segundo valor mais alto no índice de desigualdade social da União Europeia. *Diário de Notícias*, 02 de Dezembro de 2010. Consult. 22 de Dez. de 2010, disponível em www.dn.pt
- Diário da República. Consult. 15 de Outubro de 2011, disponível em www.dre.pt.
- Daolio, J. (2004). *Educação Física e o conceito de cultura*. Campinas SP: Autores Associados (Coleção Polêmica do Nosso Tempo).
- Fernandes S., M., T. (2002). *Oferta e Procura Desportiva para Jovens*. Porto: S. Fernandes. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Desporto Universidade do Porto.
- Fiori, E., M. (1975). Prefácio in Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- Foucault, M. (2008). *Vigiar e Punir*. Petrópolis RJ: Editora Vozes.
- Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- Gaya, A., & Garlipp, D. (2008). *Ciências do Movimento Humano, Introdução à metodologia da pesquisa*. Porto Alegre: Artmed.
- Giddens, A. (1995). *As consequências da modernidade*. Oeiras, Celta Editora, 2ª Ed.
- Infopédia, Enciclopédia e Dicionário. Consult. 21 Fevereiro 2011, disponível em <http://www.infopedia.pt>
- Instituto do Desporto de Portugal, LP. Consult. 06 Abril 2011, disponível em <http://www.idesporto.pt>
- Kirk, D., Macdonald, D. (1998). Situated learning in physical education. *Journal of teaching in physical education*, 17, 376-387.
- Le Breton, D. (1992). *Anthropologie du corps et modernité*. Paris, Presses Universitaires de France, 2ème Ed.
- Leão, A., B. (2007). *Norbert Elias & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lima, M., C. (2005). *Dicionário da Capoeira*. Brasília: Edição do autor.

- Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio - ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Relógio d'Água.
- Madec, A., Murard, N.(1995). *Cidadania e Política Social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Marconi, M., Lakatos, E. (1990). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas Editora
- Martins, G., O. (1998). *Educação ou Barbárie?* Lisboa: Gradiva
- Meirim, J., M. (2007). *Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto: Estudo, Notas e Comentários*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Murad, M. (2009). *Sociologia e Educação Física: diálogos, linguagem corporal, esporte*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Quivy, R., Campenhoudt L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3^a ed). Lisboa: Gradiva.
- Ramião, T., A. (2010). *LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO ANOTADA E COMENTADA. Jurisprudência e Legislação Conexa*. Lisboa: Quis Juris – Sociedade Editora Ld.^a.
- Ribeiro, B., M., P. (2009). *A Atividade Física e Desportiva nas Santas Casas de Misericórdia do distrito de Viseu*. Porto: B. Ribeiro. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto
- Richardson, Roberto J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo – Atlas.
- Rosado A., Mesquita I. (2009). *Pedagogia do Desporto*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana.
- Santos, B., S. (1997). *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 48, 11-32.
- São João, C., S., Ferreira, F., D., C., Netto., N., S., P. (2008). *Políticas Públicas em Educação, Esporte e Cultura: a Capoeira no interior do projecto contra-turno escolar do município de campo largo. notas de um caso atípico?* Alesde: Asociacion Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte. Disponível em <http://www.alesde.ufpr.br>.
- Segurança Social. Consult. 15 Junho de 2011, disponível em www.seq-social.pt
- Silva, G., O., & Heine, V. (2008). *Capoeira: um instrumento psicomotor para a cidadania*. São Paulo: Editora Phorte.

- Soares, C., E., L. (1994). *A Negregada Instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- Tavares, L., C., V. (2006). *O Corpo que Ginga, Joga, e Luta: a corporeidade na Capoeira*. Salvador: Edição do autor.
- Stigger, M., P. (1999), *DESPORTO, MULTICULTURALIDADE E EDUCAÇÃO: do desporto na Escola, para o Desporto da Escola*. Educação, Sociedade e Cultura, 12, 63-84.
- União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto. Consult. 21 Maio 2011, disponível em <http://www.udipss-porto.org>.
- Vala, J. (1989). A análise de conteúdo. In A. S. Silva; J. M. Pinto (org). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Vieira, R. (1999). *História de Vida e Identidades. Professores e Interculturalidade*. Porto: Edições Afrontamento.

ANEXOS

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

(provedor)

- ✚ **Tema:** O Estado, as organizações e sua regulação e gestão. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e o enfoque no Instituto Profissional do Terço (IPT). A cultura desportiva e especificamente a Capoeira na formação de crianças e jovens.
- ✚ **Subtema:** A perspectiva da gestão do IPT diante aspectos sociopolíticos de ação.

1. Objetivos:

- ✓ Caracterizar o IPT dentro dos princípios de regulação e sociopolíticos que envolvem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's);
- ✓ Identificar a relação existente entre o Estado e as IPSS's;
- ✓ Obter informações acerca do apoio concedido pela União Distrital das Instituições de Solidariedade Social (UDIPSS-PORTO) e pela Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS);
- ✓ Identificar e caracterizar os principais parceiros e investidores do setor público e privado empresarial e também pessoas individuais (colaboradores) que estão vinculados com o IPT;
- ✓ Identificar e caraterizar a política da Cultural Corporal e Desportiva do IPT;
- ✓ Investigar quais as atividades para crianças e jovens relacionadas com a política de diversidade cultural;
- ✓ Determinar os objetivos da oferta de práticas da Cultura Corporal e Desportiva aos educandos (crianças e jovens) do IPT;
- ✓ Identificar o interesse institucional atribuído à proposta apresentada, a prática da Capoeira para crianças e jovens do IPT.

2. Legitimação da entrevista:

- Existe algum ponto que não foi esclarecido, em relação à temática desta pesquisa?
- Existe alguma dúvida antes de iniciarmos a entrevista?
- Há alguma oposição em gravar a entrevista?
- A utilização do seu nome, se necessário, na presente pesquisa causa algum problema?

3. Identificação do entrevistado:

- Nome:
- Nacionalidade:
- Idade: sexo: masculino
- Formação académica:
- Há quanto tempo atua no IPT?
- Há quanto tempo ocupa este cargo?
- Qual sua identificação com a Cultura Corporal e Desportiva?

4. Dimensão de análise

- Relação do Estado com as IPSS's/IPT;
- Parcerias e investimento (pessoas coletivas e individuais de apoio as IPSS's/IPT)
- Regulação e organização do IPT (legislação/estatuto/projeto socioeducativo)
- Desporto e diversidade cultural;
- Reflexos/projeções para o futuro;

Sobre o IPT, IPSS's, Cultura Corporal e Capoeira:

a) Relação do Estado com IPSS/IPT

1. Qual sua opinião sobre a relação do Estado com as IPSS's?
2. Realce os aspectos positivos e negativos da política (social) atual. No seu entender quais seriam os aspectos a serem aprimorados (melhorados)? E através de que meios?
3. Especifique o que diz respeito ao IPT. Realce os aspectos positivos e negativos. No seu entender que teria que ser aprimorados (melhorado)? E através de que meios?

b) Parcerias e investimento (organizações de apoio as IPSS's/IPT)

1. Qual seu conhecimento sobre a ação da União Distrital das IPSS-PORTO? E sobre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade? Será que existem outras?
2. Essas Instituições estão cumprindo com os devidos apoios com que se responsabilizam prestar ao IPT? (que tipo?) (técnico, administrativo, contabilístico, jurídico, de formação, de defesa)
3. Para além destas existem protocolos com entidades – públicas e privadas – que garantem apoios ou investimentos para o IPT? Existe apoio de pessoas individuais?

c) Regulação e organização do IPT (legislação/estatuto/projeto socioeducativo)

1. Relativamente a legislação específica das IPSS's, quais são os pontos favoráveis e desfavoráveis a existência e funcionamento destas organizações?
Quais as principais dificuldades de aplicação enfrentadas em termos de legislação pelas IPSS / IPT? Que alterações parecem-lhe que seriam necessárias ou que novos instrumentos legais deviam surgir?
2. Os atuais estatutos servem os fins e objetivos do IPT ou necessitam de alterações? Estes estatutos contemplam as atividades da Cultural Corporal e Desportiva?

3. O atual projeto socioeducativo serve os fins e objetivos do IPT ou necessita de alterações? O projeto educativo contempla as atividades da Cultural Corporal e Desportiva

d) Desporto e diversidade cultural

- 1 Diante da realidade de diversidade cultural existente no IPT, de modo geral, como é que a Instituição trata dessa realidade? Especificamente qual é a atuação/medidas, programas em relação a essa questão? (valorização, resgate, prática de monocultura e etc) (é conflituoso, é pacífico?)
- 2 O desporto é, ou tem sido, entendido como um meio/um instrumento importante no projeto educativo do IPT?
- 3 Do ponto de vista da Educação Corporal, há ou já houve algum resgate de práticas da Cultura Corporal e Desportiva de uma cultura em relação a outra cultura? (mediante o conceito de interculturalidade)
- 4 Na sua opinião, o Desporto no IPT deve ter uma projeção pedagógica, de lazer/ preenchimento de tempo livre ou de rendimento para crianças e jovens? Em que se traduz?

e) Reflexos/projeções para o futuro (com o olhar no futuro):

1. Frente a realidade da diversidade cultural existente no IPT, quais as perspectivas futuras que a Instituição pretende desenvolver?
2. Especificamente em relação a Cultura Corporal e Desporto, quais os projetos futuros do IPT?
3. A Capoeira vai continuar fazendo parte das atividades culturais e desportivas do IPT? Por que?

5. Validação:

- O Senhor aprova as questões colocadas e o que foi abordado?
- O Senhor considera que a entrevista foi válida?
- Deseja colocar mais alguma questão sobre os temas abordados?

ANEXO 2

GUIÃO DE ENTREVISTA

(coordenador de atividades)

✚ **Tema:** A participação da Capoeira como atividade da Cultura Corporal no processo socioeducativo de crianças e jovens do Instituto Profissional do Terço (IPT).

✚ **Subtema:** A expectativa da gestão do IPT diante a proposta pedagógica da Capoeira como sendo atividade da Cultura Corporal e Desportiva para criança e jovens.

6. Objetivos:

- ✓ Identificar e caracterizar a política da Cultura Corporal e Desportiva do IPT;
- ✓ Resgatar o histórico da Cultura Corporal e Desportivo e relacionar com a atualidade; (ultima década)
- ✓ Identificar a política de diversidade cultural do IPT;
- ✓ Investigar quais as atividades para crianças e jovens relacionadas com a política de diversidade cultural imigrante;
- ✓ Determinar os objetivos da oferta de práticas da Cultura Corporal e Desportiva aos educandos, (crianças e jovens) do IPT;
- ✓ Identificar a expectativa atribuída pela gestão a proposta apresentada pelo projeto da Capoeira o IPT.

7. Legitimação da entrevista:

- Existe algum ponto que não foi esclarecido, em relação à temática desta pesquisa?
- Existe alguma dúvida antes de iniciarmos a entrevista?
- Há alguma oposição em gravar a entrevista?

- A utilização do seu nome, se necessário, na presente pesquisa causa algum problema?

8. Identificação do entrevistado:

- Nome:
- Nacionalidade:
- Idade: sexo:
- Formação académica:
- Há quanto tempo atua no IPT?
- Há quanto tempo ocupa este cargo?
- Qual sua identificação com a Cultura Corporal e Desportiva?
- Qual seu conhecimento sobre a Capoeira?

9. Dimensões de análise

- Política Desportiva e histórico da Cultura Corporal (Programas, atividades e objetivos da Cultura Corporal e Desportiva);
- Os jovens e o direito ao desporto
- Diversidade Cultural e Desportiva;
- Parcerias e investimento para o desporto do IPT (pessoas coletivas e individuais de apoio as IPSS's/IPT)
- Capoeira;
- Reflexos/projeções para o futuro;

5 A Educação Corporal do IPT:

a) Política Desportiva e histórico da Cultura Corporal

1. Como Coordenador da Cultura Corporal e Desportiva do IPT reconhece existir política desportiva nesta instituição? (existe, não existe, em que traduz).
2. Tem sido uma política que deriva da política geral do IPT ou que se tem desencadeado a partir do Coordenador de Actividades?
3. Qual o histórico da Cultura Corporal e Desportiva do IPT nos últimos dez anos? (estagnação, retrocesso, progresso, desporto mais praticado)

b) Os jovens e o direito ao desporto:

1. Tendo os jovens especiais garantias quanto ao direito ao desporto, entende que o IPT está a cumprir tais imposições? Se sim de que forma, quais as medidas tomadas? Se não, o que é insuficiente, o que terão de fazer ou mudar?
2. Os jovens reclamam atividades da Cultura Corporal e Desportivas no seu dia-a-dia institucional? Aderem às propostas apresentadas? Apresentam novas ideias e projetos a este nível ou estes só partem da instituição?
3. As atividades da Cultura Corporal e Desportivas estão previstas nos documentos oficiais do IPT (estatutos, plano de atividades, projeto socioeducativo, etc...)?

c) Programas, atividades e objetivos da Cultura Corporal e Desportiva

1. Na atualidade, como caracteriza a Cultura Corporal e Desportiva do IPT? Quais são os principais programas, as principais atividades e os objetivos da Cultura Corporal e Desportiva realizadas pelas crianças e jovens no IPT?
2. O desporto é, ou tem sido, entendido como um meio/um instrumento importante no projeto socioeducativo do IPT? De que maneira?
3. Na sua opinião, o Desporto no IPT tem uma projeção pedagógica, de lazer preenchimento de tempo livre ou de rendimento para as crianças e jovens? (Em que se traduz?)
4. Entende que seriam importantes a introdução de novos programas de Cultura Corporal e Desportiva?

d) Desporto e diversidade cultural

1. Diante da realidade de diversidade cultural existente no IPT, de modo geral, como é que a Instituição trata dessa realidade? Especificamente qual é a atuação/medidas, programas em relação a essa questão? (valorização, resgate, prática de monocultura e etc) (é conflituoso, é pacífico?),

2. O desporto é, ou tem sido, entendido como um meio/um instrumento importante para promover a interculturalidade no projeto educativo do IPT?
3. Do ponto de vista da Educação Corporal, há ou já houve algum resgate de práticas da Cultura Corporal e Desportiva de uma cultura em relação a outra cultura? (mediante o conceito de interculturalidade)

e) Capoeira

1. Diante da proposta que lhe foi apresentada pelo Projeto Capoeira um Movimento..., no seu ponto de vista, qual foi à partida o principal benefício oferecido por este projeto? (contato com uma atividade imigrante, musicalidade, proposta pedagógica do projeto, desenvolvimento motor, socialização, disciplina, diminuição da violência).
2. Como foi acolhida pela comunidade educativa (direção outros professores, funcionários e estudantes) esta atividade nova no IPT?
3. Depois de meses de operacionalização deste projeto junto das crianças e jovens (16) qual é para si a avaliação da sua execução? (justifica se foi positivo porquê e se foi negativo o porquê e como melhorar ou ultrapassar os problemas)

f) Reflexos/projeções para o futuro (com o olhar no futuro):

1. Qual a perspectiva futura para a Cultura Corporal e Desportiva do IPT?
2. Entende que deve haver continuidade da atividade da Capoeira, para as crianças e jovens do IPT? Devia ser alargada a um maior número de jovens ou apenas para públicos alvo específicos (crianças e jovens com aspectos diferenciadores)? A Capoeira vai continuar fazendo parte das atividades da Cultural Corporal e Desportivas do IPT? Por quê?

6 Validação:

- O Senhor aprova as questões colocadas e o que foi abordado?
- O Senhor considera que a entrevista foi válida?
- Deseja colocar mais alguma questão sobre os temas abordados?
- Tem alguma questão queira colocar?